

# **Práticas e produções culturais e acadêmicas de mulheres latinas e afro-caribenhas**

**Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação**

**Júlio César Suzuki**

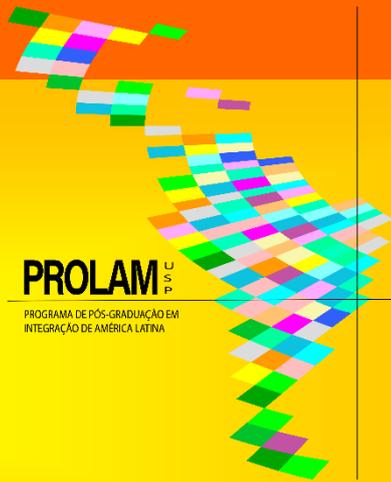
**Rita de Cássia Marques Lima de Castro**

**Andréa Rosendo da Silva**

**(organizadores)**

 **fflch** FACULDADE DE FILOSOFIA,  
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**PROLAM** U  
S P  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO DE AMÉRICA LATINA



**ISBN: 978-85-7506-489-4**

**DOI: 10.11606/9788575064894**

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**

**RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO**

**ANDRÉA ROSENDO DA SILVA**

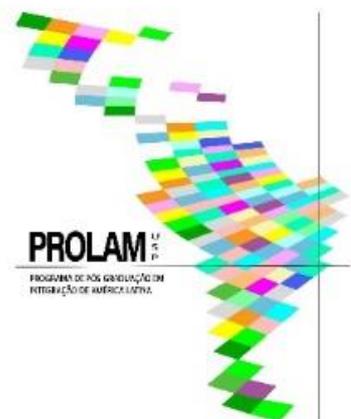
**(ORGANIZADORES)**

**Práticas e produções culturais e  
acadêmicas de mulheres latinas e afro-  
caribenhas**

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na  
política, na arte, na cultura e comunicação



**FFLCH-USP  
PROLAM-USP  
2024**



## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP**

**Reitor:** Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

**Vice-reitor:** Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH**

**Diretor:** Prof. Dr. Paulo Martins

**Vice-diretora:** Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA**

Presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

## **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

- P912 Práticas e produções culturais e acadêmicas de mulheres latinas e afro-caribenhas [recurso eletrônico] / Organizadores: Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Andréa Rosendo da Silva. -- São Paulo : FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2024. 2.050 Kb ; PDF. --(Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação)

Vários autores.

ISBN: 978-85-7506-489-4  
DOI 10.11606/9788575064894

1. América Latina e Caribe. 2. Mulheres – América Latina. 3. Mulheres – Caribe. 4. Produção cultural. 5. Interseccionalidade. 6. Identidade e expressão. I. Suzuki, Júlio César. II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de. III. Silva, Andréa Rosendo da. IV. Série.

CDD 980

---



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

Capa e editoração: Rita Lima de Castro

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>O TECER MULTICOLORIDO DE MULHERES LATINAS E AFRO-CARIBENHAS EM SUAS PRÁTICAS E PRODUÇÕES CULTURAIS E ACADÊMICAS .....</b>                                      | <b>1</b>  |
| Júlio César Suzuki  |           |
| Rita de Cássia Marques Lima de Castro   |           |
| Andréa Rosendo da Silva   |           |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 1 .....</b>   | <b>8</b>  |
| <b>SOBRE TECER OS FEMININOS QUE ME HABITAM: UMA NARRATIVA DECOLONIAL DE ENCONTRO COM OS (NÃO) SABERES DAS MINHAS ORIGENS.....</b>                                 | <b>8</b>  |
| Kátia Alexandra dos Santos  |           |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2 .....</b>   | <b>39</b> |
| <b>DESAFIOS FRENTE À CONCILIAÇÃO DE PAPÉIS DAS MULHERES: AS ESCOLHAS PROFISSIONAIS E OS IMPACTOS DA MATERNIDADE.....</b>  | <b>39</b> |
| Gabriella da Silva Mendes   |           |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3 .....</b>   | <b>70</b> |
| <b>O PERCURSO DE UMA PROFISSIONAL E ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS: A VIDA COMO ELA FOI E É, ESTIMULADA PELO AMOR AOS LIVROS E SUSTENTADA PELA MÚSICA .....</b> | <b>70</b> |
| Florisbela Maria Guimarães Nogueira Meyknecht   |           |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 4 .....</b>   | <b>93</b> |
| <b>A MULHER AFRO-CARIBENHA NA OBRA “CHÁ DAS CINCO NA FLORESTA”, DE NILZA MENEZES.....</b>   | <b>93</b> |
| Simone de Oliveira Mestre   |           |
| Jamyle Vanessa Costa Brasil   |           |
| Henrique Pereira Galvão   |           |

|   |     |
|---|-----|
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....   | 124 |
| <b>A PALAVRA VIVA: UM OLHAR MISTRALIANO SOBRE A AMÉRICA LATINA</b> .....                                    | 124 |
| Nadia Ayelén Medail   |     |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....   | 160 |
| <b>TIAS OU PROFESSORAS? UMA CARTA SOBRE RAÇA, GÊNERO E DOCÊNCIA</b> .....                                   | 160 |
| Sheila Perina de Souza  |     |
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | 186 |
| <b>VIRGINIA BRINDIS DE SALLAS: UMA ESCRITORA NEGRA... UNA MUJER QUE ESCRIBES DE CORAZÓN</b> .....           | 186 |
| Jamyle Vanessa Costa Brasil   |     |
| Marcela Arantes Ribeiro   |     |
| Beatriz de Oliveira Benedito  |     |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | 231 |
| <b>TÃO LONGE E TÃO PERTO: NARRATIVAS DAS EXPERIÊNCIAS RACIAIS E DE GÊNERO NO BRASIL E NA COLÔMBIA</b> ..... | 231 |
| Maria da Anunciação Conceição Silva   |     |
| <b>Sobre os organizadores</b> .....   | 280 |
| <b>Sobre os autores</b> .....   | 283 |



## **O TECER MULTICOLORIDO DE MULHERES LATINAS E AFRO-CARIBENHAS EM SUAS PRÁTICAS E PRODUÇÕES CULTURAIS E ACADÊMICAS**

Esta obra, que faz parte da série *Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação*, é constituída de múltiplos teceres. Como um caleidoscópio de diversos tons, cores e formatos, a leitura de cada tecer se constitui em uma nova figura, trazendo-nos novos caminhos e perspectivas de análise.

Em nosso texto inicial, fizemos questão de trazer algumas falas originais das pessoas que compuseram este denso e-book, falas estas que estavam em textos de apresentação com um resumo de suas produções. Nada mais rico e multicolorido do que trazer as palavras tecidas e escolhidas pelas próprias pessoas que deram vida a elas.

A começar pelo capítulo 1, intitulado *Sobre tecer os femininos que me habitam: uma narrativa decolonial de encontro com os (não) saberes das minhas origens*, de autoria de Kátia Alexandra dos Santos, nossa jornada de leituras de teceres nos remete a revisões realizadas sobre saberes e práticas em pleno ano de início da pandemia do coronavírus COVID-19, o ano de 2020. A autora apresenta um texto em forma de narrativa que aborda os deslocamentos que ocorreram em seu



cotidiano – cotidiano este de uma mulher brasileira, professora universitária, pesquisadora e coordenadora de um projeto de extensão que se volta ao trabalho com mulheres em situação de violência, como a própria autora destaca. Com uma perspectiva decolonial, a autora narra os femininos que habitam a vida de uma mulher e pesquisadora latino-americana, discorrendo sobre a relação entre o artesanato e a produção de conhecimento científico. Como também comenta a autora, “nesse batimento entre saberes originários e saberes científicos, coloca-se em cena uma desconstrução de um modelo de fazer ciência e produzir conhecimento, valorizando o local, a experiência subjetiva, contudo sem perder de vista a dimensão política desse processo.”

O capítulo 2 nos remete ao texto reflexivo de Gabriella da Silva Mendes, intitulado *Desafios frente à conciliação de papéis das mulheres: as escolhas profissionais e os impactos da maternidade*. Nele, a autora analisa o processo de escolhas das mulheres, sob uma perspectiva da filosofia existencial, acerca de ser mãe e profissional, e reflete sobre a influência que essas escolhas têm na identidade da figura da mulher, além de apresentar desafios que são associados à busca de conciliar esses papéis de mãe e profissional.

O capítulo 3, nomeado *Percurso de uma profissional e acadêmica das ciências jurídicas: a vida como ela foi e é*,



*estimulada pelo amor aos livros e sustentada pela música, é de autoria de Florisbela Maria Guimarães Nogueira Meyknecht. O texto nos permite imergir em uma viagem retrospectiva da jornada da autora, jornada esta de “meio século da vida de uma pessoa comum, que interessaria primeiramente como expressão da memória da protagonista, mas ainda assim representativa da realidade de muitas”, como comenta Florisbela. Em nossa proposta de tecer de forma multicolor essas práticas e produções culturais e acadêmicas de mulheres latinas e afro-caribenhas, essa jornada de meio século nos leva a pensar nos desafios, nas vitórias, nas ações que nos levam a enfrentar o cotidiano de quem decide adentrar nos meandros da academia e enfrentar esses desafios para vencer.*

No capítulo 4, o tema é *A mulher afro-caribenha na obra “Chá das cinco na floresta”, de Nilza Menezes*, e são três as pessoas que teceram este texto: Simone de Oliveira Mestre, Jamyle Vanessa Costa Brasil e Henrique Pereira Galvão. O texto apresenta uma análise sócio histórica do livro *Chá das Cinco na Floresta de Nilza Menezes*, obra historiográfica sobre a comunidade afro-caribenha no tecido da sociedade de Porto Velho. O foco está em um recorte de gênero que busca desvelar como é ser uma mulher negra barbadiana no cotidiano da referida cidade, “tendo em vista que esta comunidade viveu a colonização e escravidão eurocêntrica e carrega ao longo da existência em sua memória social talhado no processo colonial e



reforçado pela lógica capitalista", como destacam Simone, Jamyle e Henrique.

Chegamos ao capítulo 5, intitulado *A palavra viva: um olhar mistraliano sobre a América Latina*, de autoria de Nadia Ayelén Medail. O texto nos brinda com uma abordagem comparativa da prosa não ficcional da poetisa chilena Gabriela Mistral, contida em cartas, ensaios e escritos de seu diário íntimo, com o pensamento de intelectuais latino-americanos como José Carlos Mariátegui, José Enrique Rodó e José Martí e com produções feministas atuais, como as que envolvem as bases do feminismo decolonial e comunitário. Essa comparação se reveste de originalidade pois, como a própria autora Nadja Ayelén Medail comenta, Gabriela Mistral "é reconhecida internacionalmente por sua poesia, chegando a ser homenageada em vida com o maior galardão literário, o Prêmio Nobel de Literatura em 1945. Contudo, é pouca a informação que circula sobre sua produção intelectual, muito frutífera e potente." Assim, a leitura deste capítulo nos possibilita conhecer as principais preocupações de Mistral em sua prosa de não ficção, como a questão indigenista, as mulheres, e os problemas latino-americanos.

No capítulo 6, de autoria de Sheila Perina de Souza, intitulado *Tias Ou Professoras? Uma Carta Sobre Raça, Gênero E Docência*, encontramos uma produção que nos provoca à



reflexão a partir do conceito de Conceição Evaristo, chamado de *escrevivência*, que é “o ato de contar histórias particulares que remetem a outras experiências coletivizadas”, como destaca Sheila. A autora se utiliza da sua própria história e da história de sua família para, ancorando-se no pensamento de Lélia Gonzalez e nas cartas de Paulo Freire, nos levar a uma discussão sobre “raça, gênero e classe na formação e atuação das pedagogas brasileiras em diálogo com a educação do povo negro ao longo da história do Brasil”.

No capítulo 7, intitulado *Virginia Brindis de Sallas: uma escritora negra... una mujer que escribe de corazón*, de autoria de Jamyle Vanessa Costa Brasil, Marcela Arantes Ribeiro e Beatriz de Oliveira Benedito, encontramos a proposta de uma reflexão discursiva envolvendo o poema denominado *À margem americana*, da escritora e poetisa afro-latina Virginia Brindis de Salas. O tema é a mulher na sociedade, sob uma narrativa embasada em acontecimentos históricos, tendo como marca a escrita focada na luta de gênero, demonstrando o quanto Virginia Brindis de Salas esteve à frente do tempo em que viveu. Como comentam Jamyle, Marcela e Beatriz, essa temática que envolve tanto a construção do papel social quanto o cultural da mulher consegue transcender os limites da invisibilidade e nos possibilita analisar as questões envolvendo lutas por equidade e igualdade, quebrando os paradigmas sociais tradicionais.



Concluimos nossa trajetória de saberes multitecidos com o capítulo 8, de autoria de Maria da Anunciação Conceição Silva. Este capítulo, intitulado *Tão longe e tão perto: narrativas das experiências raciais e de gênero no Brasil e na Colômbia*, nos remete a uma análise de situações cotidianas pelas quais passam mulheres negras que atuam como trabalhadoras autônomas nas cidades turísticas de Cartagena, na Colômbia, e Salvador, Bahia, no Brasil, por meio das narrativas de duas mulheres afro colombianas e duas mulheres afro-brasileiras e do desvelamento das estratégias que elas adotam para enfrentar as diversas formas de opressão a que são expostas. Como destaca Maria da Anunciação, “as narrativas revelam situações de coisificação, desrespeito e hipersexualização impostas aos corpos negros, características de países construídos em bases escravagistas e alicerçados em valores colonizadores e patriarcais”.

Esperamos que os múltiplos teceres que apresentamos no início desta densa e rica obra amplie sua experiência com as práticas e produção culturais e acadêmicas de mulheres latinas e afro-caribenhas, estimulando não apenas momentos extensos de reflexão, mas também de ação em busca de uma sociedade mais equânime, justa e respeitosa.

Ótima leitura!



Júlio César Suzuki<sup>1</sup>

Rita de Cássia Marques Lima de Castro<sup>2</sup>

Andréa Rosendo da Silva<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. [jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br) ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

<sup>2</sup> Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis - INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa. [ritalimadecastro@usp.br](mailto:ritalimadecastro@usp.br); [ritalimadecastro@gmail.com](mailto:ritalimadecastro@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

<sup>3</sup> Jornalista, doutoranda bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM/UFPR), bacharel em Comunicação Social - Jornalismo e graduada em Geografia pela UFPR. Professora colaboradora na pós-graduação lato sensu "Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT) " do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação(Celacc), da ECA-USP. Integra a Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade e os Grupos de pesquisa: Mirada-Estudos de Gênero e Audiovisual (USP); Grupo de Estudos do Núcleo de Apoio à Pesquisa Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) da USP; o GT "Epistemologias decoloniais, territorialidades e cultura" do CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais); Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latinoamericanas da USP(Nupedelas/USP), e Grupo de Pesquisa RHECADOS - Hierarquizações Étnico-raciais, Comunicação e Direitos Humanos, da Universidade Estadual da Bahia( Uneb). [andrearosendo@usp.br](mailto:andrearosendo@usp.br); [dearosendo@gmail.com](mailto:dearosendo@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0001-6384-2270>



## **CAPÍTULO 1**

### **SOBRE TECER OS FEMININOS QUE ME HABITAM: UMA NARRATIVA DECOLONIAL DE ENCONTRO COM OS (NÃO) SABERES DAS MINHAS ORIGENS**

Kátia Alexsandra dos Santos <sup>4</sup>

#### **INTRODUÇÃO**

Em 2020 comecei<sup>5</sup> acadêmica, dona de saberes e fazeres de uma mulher do século XXI e terminei sabendo bem menos e buscando modos de ser mulher em memórias que eu nem sabia que habitavam em mim. Este texto é, portanto, uma tentativa de simbolizar a contradição que tem se colocado a uma mulher de 40 anos, heterossexual, professora universitária, classe média, casada, que decidiu não ser mãe e que está refletindo ainda sobre sua identidade de raça/cor.

---

<sup>4</sup> Doutora em Ciências- Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-FFCLRP-USP. Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-Unicentro. Email: kalexsandra@unicentro.br.

<sup>5</sup> O texto será escrito em primeira pessoa do singular, tendo em vista que é defendida neste texto a possibilidade de uma escrita pessoal e acadêmica ao mesmo tempo, fugindo do cânone de metodologia científica padrão.



Em 2020 todos fomos interpelados por um vírus<sup>6</sup>, uma doença circulando: deparamo-nos com a possibilidade real da morte; da nossa e de pessoas próximas que amamos. Do lugar de mulher pesquisadora, inicialmente vi uma oportunidade para produzir. Produzir, para mim, era obviamente escrever artigos, orientar pesquisas. Como professora universitária, tinha muita coisa para fazer e fiz, e isso me possibilitou preencher o tempo. Logo em seguida, entretanto, esse preenchimento não foi mais possível. Havia nesse fazer um vazio de propósito. Estudava sobre o feminino, os feminismos, a violência contra as mulheres, estava fazendo sessões de psicanálise e me debatendo entre teorias que dizem sobre o que somos, como nos constituímos como mulheres. As discussões acadêmicas e pessoais- por meio de psicoterapia- reiteraram a importância da escrita, compreendida como única forma de produzir. Por outro lado, algo distanciava da escrita e daquilo que era compreendido como produção no meio acadêmico.

Assim, nesse mesmo ano, entrei em contato com mulheres escritoras/pensadoras feministas que me deram outra perspectiva. Mulheres que trouxeram escritas que mesclam um modo acadêmico e narrativo de dizer sobre o que é ser mulher,

---

<sup>6</sup> No Brasil, em março de 2020 foi decretado estado de calamidade pública em todo o país em função da pandemia de Covid-19.



saindo dessa categoria homogênea-mulher- escrita no singular e fadada ao fracasso por, ao se pretender universal, não abarcar ninguém. Estou falando, entre outros nomes, de Lélia González (2020), Maria Lugones (2019), Curiel (2020), Grada Kilomba (2019) e Glória Anzaldúa (2019). Essas leituras produziram deslocamento e alguma confusão, ainda assim não conseguia escrever nada. Ainda não havia materialidade para a construção do que depois viria a chamar de narrativa decolonial, produto científico possível a partir do diálogo com a epistemologia do feminismo negro (COLLINS, 2020) e a proposta de descolonização dos saberes oriunda das perspectivas decoloniais.

Desse modo, aproveitando a dificuldade da escrita, busquei outras práticas de enodar elementos. Resolvi tecer. Sim, tecer. Aprendi a fazer crochê, depois macramé (ironicamente, técnicas nomeadas com palavras que remontam em sua pronúncia a uma origem europeia, mas que se identificam a práticas muito próximas das nossas antepassadas-mulheres indígenas e negras- que não chamariam desse mesmo modo). Cabe destacar que nunca olhei com bons olhos para essas técnicas femininas. E não olhava justamente porque, para mim, elas se relacionavam a um padrão do feminino que sempre combati e procurei fugir por meio da vida acadêmica. Mas nesse ano teci: fiz mantas, painéis, cestos e toalhinhas de



crochê. Um dia, em uma sessão de análise, lembrei de Penélope, a mulher de Ulisses que teceu por 10 anos à espera do retorno do seu amado (DUMITH, Denise de Carvalho, 2007). Teceu uma mortalha, teceu para viver e para não se entregar aos mandos de outros homens que queriam que ela casasse com outro homem para poder existir, já que não era concebível e reconhecível a existência de uma mulher sozinha.

Em meio a tantas produções não acadêmicas, lembrei em uma sessão de análise de uma parente que chamávamos de tia Aurora, uma figura da qual não me recordava há muitos anos, que estava guardada (esquecida?) nas memórias da minha infância. Tia Aurora era uma mulher com traços indígenas, cabelos muito longos e pretos emaranhados em uma trança que ia até sua cintura. Usava lenços coloridos na cabeça e sempre estava de saias, uma por cima da outra, também coloridas. Tinha uma voz meio rouca, própria de quem fuma, e uma risada que não encontro adjetivos para descrever. Tia Aurora tinha um comportamento nômade, não tinha casa própria, vivia viajando e parando de casa em casa, onde ficava por alguns dias, vendia suas "brólhas" e depois ia para outro lugar. Tia Aurora era conhecida por beber. Gostava de tomar pinga. Sempre chegava procurando bebida na nossa casa. Meu pai brincava com ela, escondendo a garrafa



e depois mostrando e oferecendo. Eu tinha um afeto especial pela tia Aurora, era sempre uma alegria recebê-la.

Por que lembrei da tia Aurora? Porque ela tecia. Tia Aurora fazia "bróia"; "brólha" ou "amarradinho", o que se chama hoje de macramé (ela utilizava a primeira expressão). O macramé é uma "arte decorativa que consiste em atar fios em diversos tipos de nós apenas utilizando as mãos. O nome Macramé (*Migramach*) é de origem turca, e significa "tecido com franjas, tramas ornamentais e galão decorativo" (CAMPOS, Ludimila Caliman; GARCIA, Mereida Maria Modesta Netto, 2012, s/p). Provavelmente, esse nome se deu por conta dos tecelões turcos do século XIII d.C., os quais faziam muitos trabalhos com franjas em toalhas barradas (CAMPOS; GARCIA, 2012, s/p). Apesar dessa origem, a técnica se dissipa por toda Europa e teoricamente chega ao Brasil por meio dos portugueses:

Já em Portugal medieval, o tecido era desfiado para fazer franja: lá, a técnica passou a ser chamada também de "bróia", "brolha" ou "amarradinho". O Macramê chegou ao Brasil por meio dos colonizadores portugueses, cognominado pelos apelidos dados à técnica ainda em Portugal. Sabe-se que, provavelmente, o Macramê veio por meio das senhoras que teciam seus enxovais de casamento. Posteriormente, a técnica seria ensinada pelas "sinhas" às escravas e deixando, assim, de ser uma prática exclusiva das senhoras ricas." (CAMPOS; GARCIA, 2012, s/p).



As autoras (CAMPOS; GARCIA, 2012, s/p) destacam que a técnica do macramé (que chamarei aqui de "brolha", mesclando algo de mim, professora de português, com a memória da fala da tia Aurora, que dizia "bróia"), remonta a algo do cotidiano por seu caráter de simplicidade dos pontos e repetição. Trata-se de uma herança que se dissemina pela colonização, passando das "sinhás" às mulheres escravizadas, enredando-se a uma herança colonizadora e patriarcal, já que é técnica utilizada nos enxovais das mulheres, obviamente das mulheres que poderiam/deveriam se casar (sabemos que não estamos falando de todas). Contudo, também podemos compreendê-la como uma estratégia das mulheres para produzir espaços públicos dentro do ambiente privado, ao qual eram relegadas, o que faziam juntando outras mulheres, tornando o tecer uma técnica exclusivamente feminina e compartilhada.

A essa reflexão trago agora a contribuição de Maria Lugones, autora que nos ajuda a pensar na "descolonização do gênero" como forma de resistência, constituindo-se uma relação que ela grafa do seguinte modo: "oprimir→ ← resistir"(LUGONES, 2019, p. 365). Com essa grafia podemos compreender que a opressão direciona uma força que acaba produzindo condições de possibilidade para outra força que se coloca em direção oposta: a resistência. É sobre isso que



procuraremos discorrer neste texto, brincando com a tessitura de fios e textos acadêmico-científicos na narrativa de uma mulher durante a pandemia de Covid-19.

### **2 SOBRE OS FIOS DA OPRESSÃO E A TESSITURA DA RESISTÊNCIA: ENCONTRANDO UM LUGAR PARA O FEMININO ENTRE-LINHAS**

O primeiro ponto a ser discutido neste tópico diz respeito a uma proposta metodológica que se coloca a partir da própria experiência da autora-pesquisadora, mas que se pretende além dos contornos autobiográficos ou ensaísticos, possibilitando uma escrita narrativa que passe pela análise da experiência vivida. Para isso, buscamos aporte na epistemologia feminista negra, tal como a caracteriza Patrícia Hills Collins:

A epistemologia feminista negra é fundamentada por uma base experimental e material, a saber, as experiências coletivas e visões de mundo correspondentes que as mulheres negras estadunidenses consolidaram a partir de sua história peculiar. (2020, p. 147)

Apesar de a autora trazer uma proposta calcada na experiência de mulheres negras norte-americanas, o que consideramos central nessa proposição e que pode se aliar aos princípios de uma perspectiva decolonial é a afirmação de um outro modo de produzir conhecimento científico válido, tendo em vista que "as abordagens positivistas buscam criar



descrições científicas da realidade por meio de generalizações objetivas"(COLLINS, 2020, p. 146) que invisibilizam experiências de grupos subalternos.

Os modelos aceitos privilegiam o distanciamento do pesquisador/a em relação ao seu objeto de pesquisa, descredibilizando a experiência como lugar de saber. Assim, o que a autora propõe é a consideração da experiência vivida como critério de significação, compreendendo que "o conhecimento deriva da experiência"(COLLINS, 2020, p. 151). Assim, a possibilidade de uma escrita-narrativa própria como fonte de dados é algo possível a partir dessa epistemologia, já que se concebe a experiência individual como parte de um espírito comum, como na composição de uma colcha de retalhos que se produz a partir da junção de pedaços diferentes entre si, mas que compõem um todo que não invisibiliza a singularidade.

Desse modo, o método da narrativa pessoal pode ser fonte profícua de discussões e elemento fundamental para a descolonização do saber, ou seja, o rompimento com um modo de produzir conhecimento hegemônico, de matriz eurocêntrica. Essa visão encontra eco na proposições de Ochy Curiel (2020), ao falar da construção de metodologias feministas pelo feminismo decolonial, e no que Yuderky



Espinosa Miñoso (2020) aborda ao propor uma genealogia da experiência, ou seja, "usar a própria experiência como documento substancial e fundamental" (MIÑOSO, 2020, p. 105).

Assim, é possível considerar que

Algumas teóricas do feminismo negro se propuseram, então, a produzir uma teoria própria, como ponto de vista particular que parte da experiência das mulheres negras. Algo parecido acontece na América Latina, nas últimas décadas, quando o ressurgimento de um forte movimento continental anticolonialista e decolonial coloca em cheque a versão da história e os conhecimentos produzidos pelas ciências sociais-que são conduzidas por intelectuais e pesquisadores de origem branco-mestiça. (MIÑOSO, 2020, p. 106).

Tendo em vista esses apontamentos que justificam uma metodologia calcada na experiência da própria pesquisadora, e buscando ainda aporte na leitura de Lugones (2019, reflito articulando à história da tia Aurora sobre o processo de colonização dos gêneros que produz, ao mesmo tempo, uma separação entre feminino e masculino, colonizado e colonizador, primitivo e civilizado, mas que também relega um não lugar à mulher não branca ou, como chama Lugones, às "mulheres de cor". Me dei conta disso porque, a despeito de vivermos numa cidade do interior do Paraná, nos anos de 1980/90, nunca ouvi nenhum tipo de comentário acerca da forma de vida de tia Aurora: nômade, alcoolista, mãe solteira, com filhos espalhados por lugares diferentes. Ou seja, hoje



compreendo que tia Aurora estava fora dos estereótipos dos papéis de gênero que designariam para ela as funções de mãe, esposa, amante, trabalhadora doméstica, entre outras. E essa quebra de padrões de gênero não se deu porque tratava-se de uma mulher à frente do seu tempo, tampouco privilegiada, pelo contrário: hoje considero que isso ocorria porque ela, assim como outras mulheres latino-americanas com as mesmas características, estava fora de qualquer sistema de classificação daqueles sujeitos considerados humanos. O lugar de humano é destinado ao homem branco e considerado civilizado.

Sobre isso, Lugones, que morreu exatamente em 2020 - ano que nos fez olhar para nossas condições de sujeitas como nenhum outro -, afirma que "o processo de colonização inventou o colonizado e elaborou uma tentativa de redução completa deles a algo menos que humanos primitivos, possuídos pelo diabo, infantis, agressivamente sexuais e necessitados de transformação"(LUGONES, 2019, p. 364).

Contudo, o que a autora propõe, numa estratégia de resistência, é, ao invés "de pensar no sucesso do sistema global, capitalista colonial e na destruição que promove (de povos, conhecimentos, relações e economias) (..) pensar nos



processos de resistência continuada a ele que duram até hoje"(LUGONES, 2019, p. 364).

Considerando esses dois modos de olhar para a colonização, pensar no artesanato, na amarração, no trançar de fios como algo mais relacionado ao feminino, ou melhor, aos femininos, trazia para mim a lembrança de um tipo de atividade degradante, talvez justamente porque se liga aos afazeres domésticos, como podemos observar na citação a seguir:

Várias técnicas manuais feitas com fios e linhas têm preenchido o mundo privado feminino, se perpetuando por meio de tradições familiares, a função de cotidianamente transmitir às novas gerações os afazeres domésticos. Isto incluiu, por muitos anos, ensinar as moças da casa a costurar, bordar e executar tarefas ditas femininas ou 'prendas domésticas'" (CAMPOS; GARCIA, 2012, s/p).

As autoras mencionam em sua descrição uma relação com os trabalhos manuais que se verifica muito mais na esfera pública normativa, já que não considera as atividades artesanais desenvolvidas por homens, tal como ocorre em grupos indígenas. Esse tipo de concepção é responsável pela produção de sentidos em torno do artesanato como uma atividade eminentemente feminina e, mais que isso, uma atividade menor, até degradante. Contudo, a experiência de tecer e, com isso, também encontrar em mim práticas de



mulheres que me antecederam, me levou a ver em atividades anteriormente lidas apenas como opressoras (por estarem ligadas exclusivamente a um mundo feminino que condiciona mulheres ao espaço privado) como possíveis formas de resistência.

Durante a escrita deste texto entrei em contato com o acervo da artista Rosana Paulino e uma das suas obras da série *Bastidores*, disponível na coletânea organizada por Heloísa Buarque de Hollanda (2020), obra na qual ela costura grosseiramente fotografias no tecido. Sobre esse processo, afirma que são

Linhas que modificam o sentido, costurando novos significados, transformando um objeto banal, ridículo, alterando-o, tornando-o um elemento de violência, de repressão. O fio que torce, puxa, modifica o formato do rosto (...)"(HOLLANDA, Heloísa Buarque de, 2020, p. 356).

**Figura 1: Obra da série Bastidores, 1997**





Fonte: HOLANDA, 2020, p. 357

A obra em questão, em que Paulino utiliza fotos antigas de mulheres de sua família e as transfere para o tecido preso ao bastidor: "olhos e bocas costurados grosseiramente como símbolo da violência às mulheres, o segredo guardado dentro do ambiente doméstico" (HOLANDA, 2020, p. 356) me fez refletir sobre os bastidores da vida das mulheres no Brasil. São mulheres de feições negras, indígenas retratadas em preto e branco e agora ressignificadas na junção de uma técnica artesanal que se utiliza como arte, produzindo efeito de denúncia, estranhamento.

A produção artística me fez refletir sobre os limites tênues entre arte e artesanato. Como pesquisadora que trabalha com a temática da violência contra as mulheres, me perguntei, o que diferencia meu artigo acadêmico dessa obra de arte? Qual tem mais verdade e produz mais efeito? Para além disso, o que diferencia o bordado, o trabalho com/nos bastidores, chamado de artesanato, da arte? O que torna um trabalho válido, importante? É quem o faz?

Essas dicotomias entre trabalho acadêmico *versus* senso comum; arte *versus* artesanato; primitivo *versus* civilizado; feminino *versus* masculino, dentre tantas outras, são produções



de um sistema articulado que tem para nós raízes muito bem costuradas à colonização, ao capitalismo e ao patriarcado.

Em dissertação de mestrado sobre as origens e disseminação do Patchwork no Brasil, Marcia Maria Cavaliere (2011) discute a diferenciação entre essa técnica norte-americana e a colcha de retalhos produzida no Brasil. Além disso, a autora coloca em pauta os limites entre aquilo que se considera arte e artesanato e os motivos pelos quais os chamados "artistas" se ressentem ao verem pessoas que eles categorizariam como artesãos/ãs se autodenominando artistas. A partir disso fiquei pensando: ocorreria o mesmo quando enviamos um artigo para uma revista e nos questionam sobre nosso método, hipóteses, instrumentos, exigindo-nos um modelo de fazer ciência que não tem espaço para a criação? A definição do que é arte e do que é ciência passaria pelas mesmas relações de poder? Fui buscar algumas respostas nos estudos que propõem a descolonização do pensamento:

As propostas decoloniais, em suas diferentes expressões, oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades. Partindo de paradigmas não dominantes que mostram a relação entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, elas questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuraram as hierarquias sociais (CURIEL, 2020, p. 121).



Os estudos decoloniais são assim nomeados a partir da radicalização do argumento pós-colonial, por meio do que foi definido como "giro decolonial", conforme narra Luciana Balestrin (2013), acerca da constituição do grupo latino-americano Modernidade/Colonialidade (M/C), organizado e disseminado no final da década de 1990. A colonialidade é conceito central e se difere do colonialismo por compreender-se como uma estrutura de poder que permanece a despeito do fim da colonização enquanto período histórico. Assim, a noção de decolonialidade assenta-se em uma ideia de colonialidade que parte do princípio que:

(..) o fim do colonialismo como constituição geo política e geo-histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. O que acontece, ao contrário, é uma transição do colonialismo à colonialidade global (CURIEL, 2020, p. 126).

Aníbal Quijano propõe o termo "colonialidade de poder", realizando uma análise histórica que coloca de forma inseparável os "processos de racialização e a exploração capitalista (LUGONES, 2019, p. 361), ao que Lugones (2019) acrescenta, para compreender as relações de dominação-exploração, as questões de gênero.



Existem diferentes nomenclaturas que se voltam a pensar nos efeitos da colonização: Estudos Pós-coloniais; Descoloniais; Decoloniais-, derivadas de princípios epistemológicos distintos, ainda que tenham pontos de intersecção. Trata-se de "um espaço enunciativo não isento de contradições e conflitos, cujo ponto de coincidência é a problematização da colonialidade em suas diferentes formas, ligada a uma série de premissas epistêmicas compartilhadas", como definiram Pablo Quintero, Patrícia Figueira e Paz Concha Elizalde (2019, p.4). Entre essas premissas está a colonialidade do saber, proposta por Edgardo Lander que parte do pressuposto da "designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade"(QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p.5). Junto com a modernidade instaura-se um modelo de ciência e, portanto, de produção de conhecimento considerado válido, que exclui todos os outros modos de saber. Com isso, universaliza-se a experiência local europeia como única, expandindo-se teorias e modos de compreender o mundo como se fossem válidos para todos os outros espaços.

Assim, quando a colonialidade impõe dicotomias que desconsideram um *a priori* dos seres colonizados, "a única possibilidade de tal ser está na sua plena habitação dessa fratura, dessa ferida, em que o sentido é contraditório e dessa



contraditoriedade novos sentidos aparecem"(LUGONES, 2019, p. 369). É a partir dessa afirmação que Lugones propõe a ideia de *lócus fraturado*, construção colonizadora que coloca aos colonizados a condição de habitar um lugar construído duplamente: "onde os 'lados' estão em tensão e o próprio conflito ativamente informa a subjetividade do Eu colonizado em relações múltiplas"(LUGONES, 2019, p. 365).

Assim, os seres colonizados vivem uma vida dupla, muitas vezes sem acesso aos saberes, crenças de suas origens, confundindo-se entre aquilo que são e o que os fizeram ser a partir do processo de colonização. Lugones não propõe apagar as dicotomias instauradas pelo processo de colonização, que impõem, inclusive, a dicotomia de gênero, mas desnaturalizá-las, olhá-las a partir da construção que representam historicamente, pois só assim é possível transformá-las:

Eu não estou propondo que não vejamos a imposição das dicotomias humano/não humano, homem/mulher, macho/fêmea na construção das nossas vidas diárias, porque isso não é possível. E fazê-lo seria esconder a colonialidade dos gêneros, o que apagaria a própria possibilidade de perceber- ver- a vivência em tensão da diferença colonial e as respostas que vêm desse lugar (LUGONES, 2019, p. 367-368).

A proposta de Lugones, e que está em consonância com o projeto anunciado pelo grupo Modernidade/Colonidade,



situa-se do lado da resistência, ao desnaturalizar essas categorias já dadas e, com isso, obter elementos para práticas de transformação. Com isso podemos dizer, juntamente com Juaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2020) que:

Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade"(2020, p. 10).

Tendo essa proposta em vista e, em busca de respostas para como seria possível fazer uso desse nosso *lócus fraturado* para, como propõe Lugones, sairmos do eixo da opressão para a resistência, fomos buscar outra autora que, embora não seja considerada pertencente aos estudos decoloniais, articula questões identitárias e de memória para tentar encontrar alguns caminhos. Grada Kilomba (2019), mulher negra, acadêmica e artista, tem materializado por meio de uma escrita-narrativa experiências subjetivas de mulheres negras com o racismo cotidiano, o que podemos encontrar no seu texto "Memórias da Plantação"(2019). Nessa obra, ela destaca a importância das palavras, assim como fizeram Lugones (2019) e Gonzalez (2020) e as narrativas de experiências particulares, vendo na escrita uma possibilidade de sair da posição de "outra" para tornar-se "sujeito", ou melhor, "sujeita". Kilomba



(2019) narra sua dificuldade de ser aceita como mulher negra em uma universidade alemã, tendo que encontrar em um modo de escrever que não era canônico uma forma de dizer que pudesse dar conta de suas experiências.

Olhando para a experiência de Kilomba, lembrei de um episódio na escola, eu deveria ter uns 10 anos e isso ocorreu na década de 1990. A professora apresentou uma atividade em que cada um/uma deveria representar a nacionalidade de suas origens. Rapidamente meus colegas se identificaram: descendentes de italianos, japoneses, alemães e espanhóis. A professora foi, então, buscando elementos para representar essas nacionalidades: vestimentas típicas, língua, comidas, costumes. Por fim, deu uma tarefa: deveríamos usar vestimentas e trazer algum prato típico no dia designado para a apresentação da atividade na escola. Cabe destacar que, nesse período histórico, ainda não estavam em vigor as leis 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008) que regulamentam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Ainda assim, a eleição dos conteúdos para a atividade escolar reproduz uma lógica colonizadora que prioriza determinadas culturas em detrimento de outras.



Esse episódio me marcou muito porque eu fui para casa e perguntei à minha mãe qual era a nossa origem, e ela não soube responder. Isso me causou muito estranhamento: não tínhamos nós uma origem? Desconcertada com minha indignação, minha mãe então lembrou que meu avô era chamado de "João Paraguai" e disse, então, que éramos descendentes de paraguaios. Voltei feliz para a escola dizendo que eu representaria o Paraguai. O olhar da professora, entretanto, logo me fez compreender que não se tratava de uma origem muito valorizada. Ela nem ao menos sabia qual era a vestimenta ou prato típico desse país.

Até hoje não sei se meu avô era paraguaio, de fato. Ele tinha cabelos lisos e muito pretos, como os da tia Aurora. Hoje penso que meu avô tinha descendência indígena, mas era impensável representar na atividade da escola uma descendência indígena. Esse tipo de descendência, apesar de claramente presente, estava fora das redes de memória dos conteúdos selecionados pela escola, pelo menos dos conteúdos valorizados culturalmente. Os indígenas só apareciam em narrativas de colonização como categoria única e primitiva que foi salva pelos colonizadores. Eram esses colonizadores que exaltávamos na atividade escolar.



A experiência com a atividade sobre as nacionalidades que nos constituíam produziu em mim apenas estranhamento, sentimento de não pertencimento, mas ainda não tinha condições de simbolizar o ocorrido. Hoje compreendo que aí colocam-se vários processos que compreendem o que Kilomba (2019) chama de racismos cotidianos e que produzem o que Franz Fanon (2020) chamou de trauma, não no sentido psicanalítico individual, familiar, mas trauma que se dá na ordem social: "Tal separação é definida como um trauma clássico, uma vez que priva o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade inconscientemente pensada como *branca*" (KILOMBA, 2019, p. 39). No processo do trauma, ao descrever a separação, a autora menciona um processo de despersonalização, uma vez que se conta uma história que não nos atravessa: "Eu não tenho a história que se pareça comigo", diz uma das entrevistadas de Kilomba (2019, p. 220). Foi assim que me senti na atividade escolar: não tenho nacionalidade, ou seja, não sou sujeito dessa história.

Mas voltando às formas de resistência, notadamente pelo registro dessas redes de memória que foram apagadas, a autora afirma que

Essa passagem de objeto a sujeito é o que marca a escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização, no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o



escrita/escritor "validada/o"e legitimada/o"e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (KILOMBA, 2019, p. 28).

E a noção de sujeito, tal como trazida pela autora, carrega uma perspectiva relacional, que passa, portanto, pela validação do outro. Desse modo, autorizar-se como sujeito e poder falar por si mesmo é um processo árduo que depende, inevitavelmente, de um conjunto de conhecimentos, do que é considerado válido por uma comunidade científica. E quando se descobre que as teorias e tudo aquilo que um dia fez sentido pertence a uma matriz opressora que nos coloca num lugar de reprodução?

Foi esse processo reatualizado de sensação de não pertencimento (vivida na atividade escolar) que me fez buscar um outro modo de produzir conhecimento para além do cânone científico. Ressoaram em mim as perguntas de Ochy Curiel acerca da produção do conhecimento científico: "conhecimento para quê? Como produzimos conhecimentos? Essa produção é feita de acordo com que projeto político? Em que quadros institucionais e políticos estamos produzindo?" (2020, p. 131). A fala dessas mulheres/pesquisadoras trouxe alguma perspectiva, já que, assim como Kilomba: "demando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um



tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas- não há discursos neutros" (2019, p. 58).

De outro lado, a arte de tecer e produzir algo para além da escrita, na materialidade do corpo e das linhas incrivelmente se colocou como forma de resistência: resistência a uma produtividade exigida no contexto pandêmico pela academia. Ainda assim, contraditoriamente (como é a experiência vivida), entre cestos, painéis, mantas, teci também este texto.

Por fim, alguma possibilidade se coloca ao olhar para autoras como Kilomba (2019) e González (2020), contudo, ainda há uma distância e um certo incômodo em me reconhecer como mulher negra (ou indígena? Ou mestiça?). O risco da apropriação identitária é algo que se apresenta, o receio de estar consumindo e usufruindo de teorias sem sentir "na pele" as opressões.

Uma saída possível seria evocar a categoria da "amefricanidade", tal como postulada por Lélia González:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (Amefricanity), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta; a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular).



para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência (...)) (GONZÁLEZ, 2020, p. 349).

Contudo, parece ainda difícil um lugar onto-epistemológico que dê conta da minha pele ou do meu cabelo: nem tão preta, nem tão enrolados como deveriam/poderiam ser. Assim, busquei apoio nos apontamentos de Glória Anzaldúa (2019), que, em seu clássico texto *La consciencia de la mestiza*, apresenta sua trajetória como acadêmica e mulher chicana. A definição trazida para a figura *mestiza* me coloca a possibilidade de um lugar: “Na confluência de duas ou mais cadeias genéticas, com os cromossomos constantemente ultrapassando fronteiras, essa mistura de raças, em vez de resultar em um ser inferior, gera uma prole híbrida, uma espécie mutável, mais maleável, com uma rica carga genética” (ANZALDÚA, 2019, p. 323). Essa junção de elementos biológicos e culturais produz, segundo Anzaldúa, “uma nova consciencia *mestiza*, *una consciencia de mujer*. Uma consciencia das fronteiras” (2019, p. 323).

É preciso dizer, entretanto, que a consciencia mestiça não traz em si um lugar identitário que tem como efeito a tranquilidade, pelo contrário: “a ambivalência proveniente do choque de vozes resulta em estados mentais e emocionais de perplexidade. A contenda interior resulta em insegurança e



indecisão. A personalidade dupla ou múltipla da mestiza é assolada por uma inquietude psíquica" (ANZALDÚA, 2019, p. 324).

Com isso, a partir da memória atualizada de traços e trançados, busco alguma identidade possível numa história que não me possibilitou conhecer minhas origens. Parto do princípio de que "escrever é, nesse sentido, uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente" (KILOMBA, 2019, p. 223-224), já que o trauma se faz por uma história não ou mal contada; por um lugar de sujeito negado, que produz, invariavelmente, despersonalização, não pertencimento. Creio que o assombro dessas memórias se (re) atualizou na pandemia, daí a necessidade de algum alento por meio da tessitura deste texto.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este texto teve como objetivo apresentar uma narrativa a partir da experiência pessoal de uma pesquisadora latino-americana. A história da qual parte essa narrativa constitui-se enredada à memória de outras mulheres que não escreveram, mas amarraram suas histórias por meio da transmissão do conhecimento de técnicas manuais. Durante o retorno aos fragmentos dessa narrativa nos perguntamos se se trata de um



conhecimento válido pensar os contornos identitários de muitas mulheres brasileiras que, como eu, foram privadas de conhecer suas origens por se considerar que se tratam de histórias menores, não dignas de registro.

Lugones (2019, p. 371), ao teorizar sobre o feminismo decolonial, afirma que a "tarefa da feminista decolonial começa por ver a diferença colonial, resistindo enfaticamente a seu próprio hábito epistemológico de apagá-la". Diz ainda a autora (LUGONES, 2019, p. 371) que a feminista decolonial "deve abandonar seu encantamento com 'a mulher', com o universal, e começar a aprender sobre outros e outras que também resistem à diferença colonial". Assim, este texto pretendeu colocar em pauta histórias de mulheres como tia Aurora: mulheres que não foram ouvidas, que foram esquecidas pela racionalidade científica, que foram consideradas menos humanas do que outras.

Assim, por meio da experiência relatada por meio deste texto compreendi que tecer, em 2020, me reconectou a redes de memória que dizem de uma história que é minha, mas que ficou por muito tempo em segundo plano, em detrimento de um lugar de mulher-pesquisadora. Efeito próprio da colonialidade dos gêneros:



A colonialidade dos gêneros é percebida como exercícios concretos de poder intrinsecamente relacionados, alguns corpo-a-corpo, alguns jurídicos, alguns dentro de um cômodo onde fêmeas-bestiais-mulheres-não-civilizadas são forçadas a tecer dia-e-noite, outros no confessionário (LUGONES, 2019, p. 371).

Contudo, para além dos processos de esquecimento e aniquilamento cultural e intersubjetivo, Lugones fala da potência de um "lócus fraturado" e é aí que eu vi a possibilidade de juntar-me à tia Aurora, compreendendo que "o movimento sucede na retenção de formas criativas de pensar, comportar-se e se relacionar (..) encarnando uma trama desde o lócus fraturado que constitui uma recriação criativa, povoada" (LUGONES, 2019, p. 372). Afinal, "adaptar, rejeitar, adotar, ignorar e integrar nunca são apenas formas isoladas de resistência" (LUGONES, 2019, p. 372). Mas o processo também passa por uma "lógica de coalização" do ponto de vista da diferença, colocando no que ela chama de "Eu relacional" a força de resposta à colonialidade dos gêneros. Somente assim é possível ultrapassar a relação sujeito-objeto, efeito da colonialidade do saber, compreendendo que o "outro", ou seja, "aqueles que representam a diferença colonial, são geralmente objetos das pesquisas: mulheres, negras, empobrecidas, pobres, indígenas, migrantes do Terceiro Mundo"(CURIEL, 2020, p. 13. Tentando ultrapassar essa dicotomia coloquei-me neste texto como objeto de



investigação, ousei escrever em primeira pessoa do singular, buscando um efeito plural.

Por fim, termino com a reflexão de Maria Lugones acerca da produção do conhecimento numa perspectiva decolonial:

Como aprendemos uns sobre os outros? Como fazemos isso sem machucar uns aos outros, mas com a coragem de acolher os entrelaçamentos da vida diária que podem até revelar certas traições? Como cruzamos fronteiras sem nos tornarmos conquistadores? Com quem devemos fazer esse trabalho? A teoria aqui é imediatamente prática (LUGONES, 2019, p. 373-374).

Tomando como mote as palavras de Lugones, finalizo dizendo que 2020 foi um ano de tecer, trançar redes de memória acerca das minhas origens que me possibilitaram trazer de volta a tia Aurora. Isso me permitiu um deslocamento teórico e prático no que se refere à produção de conhecimentos. Um imbróglio, sem dúvida, que venho tentando desenrolar. Este texto é uma primeira tentativa.

### REFERÊNCIAS:

ANZALDÚA, Gloria. *La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 323-339.



BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciência Política** (11) . Ag, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CAMPOS, Ludimila Caliman; GARCIA, Mereida Maria Modesta Netto. **Pensando nos nós do Macramê**: uma história, uma técnica, um lugar de memória no cotidiano feminino. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em: <[http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/aa\\_macrame.htm](http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/aa_macrame.htm)>. Acesso em 07.dez.2020.

CAVALIERI, Marcia Maria. **Patchwork: retalhos da técnica, memória, arte e artesanato**. Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC, 2011.

COLLINS, Patricia Hills. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 139-170.



CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 121-138.

DUMITH, Denise de Carvalho. Penélope. In: BERND, Zilá (Org). **Dicionário de figuras e mitos literários das Américas**. Porto Alegre: Tomo/UFRGS, 2007, p. 512-518.

FANON, Frantz (1952). **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 341-352..

HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-377.

KILOMBA, Grada.(2009). **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**



**hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 97-118.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Arte e colonialidade:** n.3. São Paulo: MASP Afterall, 2019, p. 1-12. Disponível em: <<https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>>. Acesso em 21.mai.2021.



## **CAPÍTULO 2**

### **DESAFIOS FRENTE À CONCILIAÇÃO DE PAPÉIS DAS MULHERES: AS ESCOLHAS PROFISSIONAIS E OS IMPACTOS DA MATERNIDADE**

Gabriella da Silva Mendes <sup>7</sup>

#### **INTRODUÇÃO**

Inicialmente, é importante dizer que este estudo buscou realizar uma reflexão teórica acerca das hipóteses da fenomenologia existencial referente as escolhas existenciais vivenciadas por mulheres na qualidade de ser mulher e se admitir estar como mãe e profissional, pois acredita-se que seja importante reconhecer a conjectura dessas escolhas no universo feminino na contemporaneidade, sobretudo no Brasil.

Observa-se que a história da mulher, notadamente no Brasil, vem sendo escrita baseada em dois quesitos, a saber:

---

<sup>7</sup> Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, pelo Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde (PPGECS) no Centro de Ciências e Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - (2020-2024). Possui Mestrado em Educação em Ciências e Saúde (NUTES-UFRJ) – (2018-2020) . Possui Graduação pelo Instituto de História (IH-Bacharelado e Licenciatura - 2013-2017) – UFRJ. E-mail: gabiufrj1@gmail.com



a queda da taxa de fecundidade e o crescimento no grau de instrução da população feminina. Tais fatores seguem uma progressiva inclusão da mulher no mercado de trabalho, bem como a ampliação de sua renda. No ano de 1990, teve-se que a parcela feminina alcançava 34,4%. No ano de 2006, as mulheres ocupavam cerca de 42% dos postos de trabalho (UENO, 2010).

A escolha por ter filhos pode significar o abrandamento das aspirações individuais como, por exemplo, aprazar planos de carreira mais audazes ou deixar de adquirir determinados bens materiais almejados para o futuro. Outra preocupação frequente entre casais, alude-se ao fato de que ter filhos constitui ter outro ser humano completamente dependente afetiva e economicamente deles. Além do mais, essa dependência do filho afetaria de forma negativa a autonomia e a independência de ambas as partes, ocasionando certa insegurança em relação a seguridade econômica e relacional do casal (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Para solidificar sua condição dentro do mercado de trabalho, a mulher vem deixando, frequentemente, projetos individuais como a maternidade. A diminuição na quantidade de filhos pode ser vista como um dos fatores que vem colaborando para facilitar a compleição da mão de



obra feminina. A diminuição da fecundidade aconteceu com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980. Na década de 1990, iniciou-se uma percentagem baixa de fecundidade: 2,6%, que tombou para 2,3% ao final da mesma década (UENO, 2010).

A inclusão da mulher no mercado de trabalho trata-se de um fenômeno atual no Brasil. Todavia, agora, nota-se o aumento da inclusão desta no mercado de trabalho, sendo que os dois cônjuges trabalham e a renda originária do trabalho feminino trata-se de um fator essencial para a sustentabilidade econômica familiar. Além da sustentabilidade, tem-se igualmente maior poder de consumo dos casais, já que estão inclusos dentro de uma sociedade que tem valores culturais regulados na individualidade da crença de que o consumo de bens se trata de uma maneira para viver mais feliz (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Sabe-se que as reações acerca da gravidez de uma profissional nem sempre foram vistas com positividade no mundo organizacional. Por muitos anos, em diversas instituições, havia restrições para a aceitação de mulheres de modo comum, e a faixa etária mais afetada era entre vinte e trinta anos. A gravidez concebia elevados custos na folha de pagamento das organizações. Atualmente, nota-se



uma alteração na postura das empresas, e isto, em razão do progresso e o amadurecimento da mulher no campo profissional, bem como ao próprio crescimento da competitividade nas colocações de trabalho (UENO, 2010).

Deste modo, observa-se que uma das grandes pressões que as profissionais de hoje encaram não é somente provar a capacidade profissional, entretanto, maiormente, harmonizar as demandas da carreira com a vida particular. Assim sendo, uma parcela expressiva de profissionais do sexo feminino se vê forçada a postergar a maternidade em razão da carreira profissional (ALMEIDA; SANTOS, 2018).

Portanto, acredita-se que pensar acerca da maneira de ser e de enxergar da mulher diante da condição de ser mãe e profissional, restitui a necessidade de averiguação das dessemelhantes formas admissíveis do ser da mulher que, por ocasiões, advém se perder no mundo, esquecer-se de si própria, vindo a ser mais uma, e que o seu ambicionar, o seu pensar e o seu fazer, se encontra naquilo que o mundo define que precisa ser.

Portanto, o presente estudo procurou realizar uma reflexão sob o ponto de vista da filosofia existencial, do processo de escolhas adjudicadas às mulheres em ser mãe e profissional, bem como a influência de tais escolhas na



identidade da figura da mulher, além de apresentar os desafios frente à conciliação de papéis das mulheres.

### **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica. Esta revisão bibliográfica se deu por meio de artigos científicos e publicações. Todo o material foi obtido no *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Como critérios de seleção, optou-se por selecionar obras publicadas entre os anos de 2007 e 2020. A pesquisa é do tipo exploratória-descritiva, caracterizando-se como qualitativa.

A abordagem usada nesta pesquisa foi a qualitativa, em que existiu a coleta de informações para posteriormente serem expostas e analisadas, além da observação de documentos, com a preocupação de colher e atentar para uma maior quantidade de elementos, objetivando assim um entendimento maior e mais profundo do problema trabalhado. De acordo com Bogdan e Biklen *apud* Lima (2001, p. 13):

A pesquisa qualitativa ou naturalística abrange a aquisição de dados descritivos, adquiridos no contato direto do pesquisador com a circunstância estudada, onde ressalta-se mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar o ponto de vista dos participantes.



Uma pesquisa ou investigação, trata-se de um processo sistemático voltado para a construção do conhecimento humano, causando novos conhecimentos, podendo também desenvolver, colaborar, reproduzir, refutar, ampliar, detalhar, atualizar, algum conhecimento pré-existente, convindo fundamentalmente, tanto para o indivíduo ou grupo de indivíduos que a realiza, quanto para a sociedade na qual essa se desenvolve (LIMA; MIOTO, 2007).

### RESULTADOS

Para se alcançar o objetivo proposto no presente estudo, obteve-se um total de vinte e cinco artigos. Em seguida, foi realizada a filtragem obtendo-se doze artigos, descartando-se treze, onde então sete foram selecionados, por meio dos seguintes descritores contidos no resumo: Maternidade; Mercado de Trabalho; Mulheres. Para tanto, os artigos selecionados tiveram o cruzamento dos descritores conforme mostra o **Quadro 1** logo a seguir.



**Quadro 01** - Cruzamento dos descritores

| DESCRITORES                                | TOTAL | FILTRO | SELEÇÃO |
|--|-------|--------|---------|
| Maternidade; Mercado de Trabalho; Mulheres | 10    | 05     | 03      |
| Maternidade; Mercado de Trabalho           | 10    | 04     | 02      |
| Mercado de Trabalho; Mulheres              | 03    | 02     | 01      |
| Maternidade; Mulheres                      | 02    | 01     | 01      |
| TOTAL                                      | 25    | 12     | 07      |

**Fonte:** Próprio Autor (2020)

## DISCUSSÃO

Nota-se que a emancipação da mulher constituiu uma adição de responsabilidades, conjugando a figura mãe e a figura profissional. Entretanto, não se pode imaginar uma vida particular e profissional em uma dicotomia. Para uma pessoa arquitetar sua carreira profissional, as metas da vida individual e profissional precisam ser refletidas e planejadas em concordância (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Dito isto, o perfil laboral da mulher, no transcorrer das décadas, é formado por progressos e constâncias. A mulher adveio a se implantar de maneira mais expressiva no mercado de trabalho inicialmente da década de 1970. Naquele tempo, as mulheres trabalhadoras eram, quase que



somente, jovens, solteiras e sem filhos. A inclusão da mulher casada e com filhos no ambiente corporativo fora do lar aconteceu de maneira mais acanhada do que para as mulheres sem filhos. As mulheres mães deixaram o espaço doméstico para procurar trabalho fora do lar de forma gradativa. Presentemente, esta circunstância se alterou, sendo admissível analisar uma quantidade de mulheres mais velhas, casadas e mães desenvolvendo atividades remuneradas fora de casa (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Neste contexto, estudos no campo da Economia analisam a decorrência da maternidade na constância da mulher dentro do mercado de trabalho. Todavia, tais estudos não procuram descobrir causalidades, porém, uma associação entre estes dois fenômenos, suprimindo o que este grupo de estudos denomina de causas endógenas (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Dessemelhantes fatores se encontram conexos à transição dos afazeres domésticos para o trabalho remunerado extra lar das mulheres de frações médias da sociedade. Na década de 1970, a realidade econômica do Brasil advinha por um momento de inflação, quando dificuldades econômicas provocaram um gradativo empobrecimento das famílias. O decaimento na qualidade



dos serviços públicos, notadamente em termos educativos e de saúde, igualmente induziu as famílias a concretizarem maiores gastos com despesas basilares (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Com a finalidade de medir o choque da maternidade no empenho da mulher dentro do mercado de trabalho. Pazello e Fernandes *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 15) colacionaram dois grupos; um de mulheres com filhos e mulheres que não possuíam filhos. “O grupo de mulheres sem filhos precisaria possuir pelo menos um filho que nasceu morto. Os estudiosos ambicionavam colacionar mulheres com preferências idênticas, portanto, que almejavam ser mães”. As informações para análise foram extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do ano de 1992 ao ano de 1999. Os resultados comprovaram um cheque negativo da maternidade sobre a participação no mercado de trabalho, tombando em 10,28 pontos percentuais. Eles igualmente recomendaram que existe uma convergência à redução de tal impacto no transcorrer do tempo, portanto, na amostra de mulheres acima de quarenta anos, o impacto se mostra pouco menor.

Hoje em dia, as casas comandadas por mulheres subiram de 24%, no ano de 2001, para 35%, no ano de 2009,



conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora todas estas alterações, a mulher ainda é a grande responsável pelas atividades do lar e pelos cuidados com os filhos, enquanto o homem continua sendo tido como um auxiliar, aceito que não toma as responsabilidades e afazeres no domicílio como a mulher o faz. Este cenário desponta a divisão sexual de atividades funcionais dentro da sociedade. As expressões "trabalho de mulher" e "trabalho de homem" se encontram conexas às conjecturadas condições biológicas de cada sexo, como a competência de gestar feminina e a de acumular músculos com maior facilidade exibida pelo homem (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014).

Deste modo, o que se pode analisar no trabalho de Trindade e Enumo *apud* Barbosa e Rocha-Coutinho (2007, p. 35), trata-se da “conservação de uma representação social da infertilidade que sugere depreciação e estigmatização da mulher”, e que se encontra intrinsecamente conexas às representações habituais da maternidade, ora enxergada como destino biológico, ora enxergada como valor social inerente a consolidação da identidade feminina.

A diferença entre trabalho de homem e trabalho de mulher constitui um valor, sendo menosprezado aquilo que é



conexo ao feminino. De tal modo, enquanto o homem é enxergado como importante, confiante e assertivo no espaço laboral, estas mesmas particularidades são enxergadas como autoritarismo, agressividade e frieza nas mulheres. Os fazeres domésticos, tidos como "trabalho de mulher", são representados como inferiores, o que contribui para que os homens deixem os próprios para quem sempre os fez – as mulheres (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014)

Em se tratando das mulheres que escolheram por não ter filhos, Abranches *apud* Barbosa e Rocha-Coutinho (2007, p. 36) analisa que a decisão de ser ou não mãe "não se constitui sem conflito, estando tal decisão conexas tanto à disponibilidade interna para a maternidade quanto ao nível de beneficiamento ocasionado pelas condições externas". Esta autora levanta, todavia, questões essenciais para as quais precisa-se atentar para não realizar afirmativas e generalizações simplistas e precipitadas.

Heilman e Okimoto *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 20) igualmente estudaram as decorrências da maternidade no mercado de trabalho. Estes usaram o aspecto de gênero para colacionar 100 estudantes de Nível Superior, homens e mulheres, com filhos e sem filhos, que já se encontravam inseridos no mercado de trabalho. Os resultados



despontaram que “tanto a paternidade quanto a maternidade possuem cheque negativo, entretanto, ser mãe possui um choque negativo maior, o *status* materno pode anteparar o avanço na carreira”. Estes pesquisadores avaliaram que os estereótipos de gênero estimam os predicados masculinos conexos ao êxito na vida laboral.

Desde a inclusão da mulher no mercado de trabalho formal, diversas modificações e desafios foram atribuídos à realidade da mulher. A relação de trabalho remunerado, fora do lar, assinalou-se como mais uma função na vida da mulher, que historicamente já carregava consigo as funções legitimadas de mãe e de cuidadora do lar, resultado de uma sociedade patriarcal (GARCIA; VIECILI, 2018).

Em se tratando de investimento na carreira profissional, maternidade e paternidade apresentam resultados contrários, como recomendou a pesquisa de Hewlett *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 21). Em um recorte da pesquisa internacional acerca da carreira profissional e vida privada de mulheres e homens amplamente habilitados, um dos resultados do estudo despontou que, “quanto mais sucesso ter o homem, mais possivelmente ele irá achar uma mulher para casar e será pai”. Por outro lado, “49% das mulheres, sobretudo as que a citada autora batiza como ultra



empreendedoras, portanto, com remuneração acima de US\$ 100.000 ano, não possuem filhos, e 75% dos homens possuem”. Este resultado adverte que, para além dos desafios da carreira, as mulheres possuem um desafio maior com a maternidade.

Informações pesquisadas por Andrade *apud* Garcia e Viecili (2018, p. 06), juntamente aos Censos Demográficos do IBGE, assinalam que, “no ano de 1950, tão-somente 13,6% das mulheres se mostravam economicamente ativas”. Inicialmente deste fato apresentado, tem-se que “a participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) vem aumentando de maneira expressiva e de maneira constante, pulando de 13,6%, no ano de 1950, para 49,9%, no ano de 2010”.

Na ocasião em que as mulheres desempenham cada vez mais uma atividade laboral e se admitem ter ou não filhos, as atividades maternas são refletidas menos como um fardo e mais como uma evolução de si próprias; menos como uma “escravidão”, mas sim como fonte de sentido; menos como uma “injustiça” que alcança as mulheres, porém, como uma efetivação identitária, não compondo mais como impedimento à autonomia singular (BARROS, ROCHA, 2010).



Assim, seguindo esse movimento de inclusão feminina no mercado de trabalho do Brasil no transcorrer dos anos, determinadas legislações foram elaboradas propendendo dar maior amparo e resguardo às mulheres na concretização de suas atividades. Em 1943, o então Presidente Getúlio Vargas (1882-1954) criou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que veio a unificar toda a legislação concernente ao trabalho no Brasil. Com o advir do tempo, a CLT foi sendo atualizada conforme as demandas dos trabalhadores de modo comum, procedendo no conjunto de leis em vigor no começo do século XXI, que dispõem, dentre outros, de direitos característicos à proteção da mulher, como por exemplo, o direito à licença maternidade de 120 dias, sem detrimento no salário da trabalhadora, antevisto no Art. 392 da presente lei (GARCIA; VIECILI, 2018).

Com o exposto, pode-se dizer que a alocução que estima a mulher independente e seu trabalho na seara pública e, do mesmo modo, valoriza a função de mãe e cuidadora do lar, é comprovado no trabalho de Amazonas; Vieira e Pinto *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 22). Estes autores entrevistaram seis mulheres com a finalidade de saber o que é ser mulher nos dias de hoje. Estes autores constataram que, “embora as mulheres se sentirem



excessivamente carregadas e acreditarem na divisão das tarefas caseiras e do cuidado dos filhos, elas se sentem culpadas quando isto acontece, crendo que apenas as mães possuem a competência de cuidar deles".

Ao se afrontar a legislação vigorante com a realidade do século XXI, um questionamento pode ser provocado: a legislação vigente é satisfatória para atender as demandas sociais e emocionais existentes em circunstância de gestação e meses seguintes ao parto, assegurando os direitos constitucionais tanto das crianças como de suas mães? Deste modo, debater a relação entre o trabalho feminino e a maternidade se mostra fundamental para instrumentalizar os variados atores sociais – trabalhadores, empresas e sindicatos – a procurar a plena execução da legislação que existe e gerar avanços e adaptações às novas realidades, para que as trabalhadoras então consigam proteção ao acesso e a constância no mercado de trabalho (GARCIA; VIECILI, 2018).

Estudos recentes recomendam a concepção de políticas que possam assegurar o equilíbrio nos dessemelhantes campos da vida feminina. Hewlett *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 23) recomendam “políticas que auxiliem na obtenção da conciliação entre maternidade e



vida laboral a longo prazo". Estes estudos ainda ressaltam tal necessidade, destacando o fato de que a reorganização familiar pela inclusão da mulher no mercado de trabalho pode atenuar as imissões no capital humano.

O crescimento da inclusão da mulher no mercado de trabalho trata-se de um dos fatores responsáveis por causar as mais expressivas modificações na organização da sociedade. Com isto, as mulheres obtiveram um novo *status* sobre a sua função social e, por conta disso, vieram a assumir novos papéis. As mudanças culturais que puseram a mulher no mercado de trabalho majoraram as suas atividades, tanto do lar quanto de trabalho formal, e de tal modo, a mulher recebeu uma nova posição com contorno de responsabilidades singulares, familiares e sociais, que lhe atribuíram alterações de conduta. Profissionalização, maternidade e cuidados domésticos passaram a ser algumas das imputações femininas frequentes na contemporaneidade, e que juntas, demandam muito dos predicados físicos e psíquicos das mulheres (GARCIA; VIECILLI, 2018).

Em se tratando do Brasil, a busca para conciliar maternidade e vida laboral, e pospuser a separação entre a mãe e seu filho, adveio a ser debatida na seara política.



Hoje em dia, tem-se um direito que assegura legalmente este período entre mãe e filho nos quatro meses de vida iniciais do recém-nascido, que é chamado de licença-maternidade. Assim, precisando ir mais além, no ano de 2008, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ratificou a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias; todavia, esta expansão não é forçosa. Conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), existem estudos internacionais que recomendam que a conservação do elo entre a mãe e o recém-nascido posteriormente seu nascimento é avigorado pela convivência entre os dois, causando assim uma sensação de maior comodidade ao recém-nascido e uma maior possibilidade de ótima saúde mental ao próprio (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Mesmo em meio a transformações, a sociedade permanece aguardando que a mulher mantenha a família, o lar, e os filhos no cerne de sua vida. Há maior liberdade, aceitação social, e até incitação para a mulher assumir novas funções, dentre as quais, o do trabalho formal, entretanto, ainda se cobra que ela exerça as funções enraizadas no imaginário social de mantenedora da casa, esposa e mãe. Os meios de comunicação massificados permanecem vinculando a figura da mulher perfeita, como sendo as grandes e excepcionais responsáveis pelo cuidado



do lar e da família. As mulheres vêm sendo instruídas e encorajadas a procurar por uma inclusão profissional igualada à masculina, valorizando sua potencialidade e independência, mas, elas ainda necessitam encarar o dilema de gerir as necessidades da carreira, da casa e da família, proeminentes no momento da maternidade. Nesta conjuntura, mesmo com as mudanças na conjuntura social, ainda cabe à mulher os cuidados com os filhos e o lar (GARCIA; VIECILI, 2018).

Assim sendo, esta separação do recém-nascido trata-se de um período fundamental na vida da mulher e do próprio bebê. Assim, quando chega ao término a licença-maternidade e, incluso a isto, o momento do reingresso ao mercado de trabalho e na vida social, as mulheres não conseguem reinvestir da mesma forma estes dois espaços; seja pelo receio de faltarem demasiadamente ao seu bebê, seja por não saberem dosar a presença/ausência com seu filho, bem como a mãe ideal precisa saber fazer, ou por não poderem fazer viagens de trabalho imprevistas, horas extras ou levar trabalhos para casa (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Igualmente, na conjuntura dos dilemas encarados pelas mulheres que advêm a exercer as funções materna e profissional, estudos recentes assinalam para o fato de que



tanto homens como mulheres ainda carregam a ideia de que a providência econômica da família é de responsabilidade do homem, e os filhos e afazeres do lar são de responsabilidade da mulher. Isso acaba por impactar em que, não obstante concretizem a mesma carga-horária de trabalho formal fora da esfera doméstica; as mulheres ainda dedicam maior tempo para as atividades do lar do que seus companheiros (GARCIA; VIECILI, 2018).

Lopes *et al.* *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 24), fundamentados no conceito do renomado pediatra Donald Woods Winnicott (1896-1971), de ocasião de apreensão materna primária, estudaram os sentimentos das mães que deram a luz pela primeira vez perante a circunstância de separação de seus filhos e igualmente os sentimentos referentes aos cuidadores alternativos. Examinaram por meio da análise de conteúdo, das questões da entrevista acerca da experiência da maternidade no terceiro mês do recém-nascido, “que 66% das 47 mães entrevistadas descreveram sentimentos negativos na ocasião da separação de seus filhos, tais como preocupação, apreensão, temor, tristeza e inquietação”.

A visível disparidade no compartilhamento das atividades do lar, no cuidado para com os filhos, na



elevação profissional e socioeconômica, bem como na remuneração financeira, pode colaborar para que haja um sentimento de descontentamento nessas mulheres. Além do mais, reduz a probabilidade de a mulher majorar a quantidade de horas dedicadas à procura por formação acadêmica ou especialização técnica. Cada vez que uma mulher gasta uma hora cuidando dos filhos, preparando refeição ou lavando roupas, ela se afasta ainda mais do potencial de absorver funções não domésticas, tanto profissional como politicamente (GARCIA; VIECILI, 2018).

A angústia desponta-se posteriormente a maternidade, sem a volta imediata e constante à posição de trabalho antecedente. Para a mulher, este período de maternidade e trabalho são vividos de forma imaginária como antagonistas na concretização, pela qual o investimento progressivo em um aludiria basicamente o não investir proporcional no outro (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Certamente, competiu à mulher, por um longo período, a função social de ser mãe. Tal função foi arquitetada sendo que, na atualidade, tem-se um questionamento maior, em boa parte, pela probabilidade de a mulher de classe social média e alta poder vir a escolher por demais identidades



que igualmente lhe ofereçam prestígio social (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Na procura de averiguar como a anteposição pelo trabalho poderia afetar o desenvolvimento da apreensão da separação, uma pesquisa nos Estados Unidos buscou analisar uma amostra de mães mais velhas e elevado grau de instrução. Por meio de uma pesquisa longitudinal com 72 mães primíparas, colacionando um grupo de mães que preferiu por trabalhar com um grupo que escolheu por permanecer em casa em meio ao ano inicial da criança, os resultados despontaram que as primeiras estavam menos preocupadas com a circunstância de ter que deixar seu filho em razão do trabalho do que as mães que ambicionavam permanecer no lar. Recomendaram igualmente que a primazia pelo trabalho e a ocasião de trabalho são variáveis essenciais no desenvolvimento de seus sentimentos e ações acerca da separação em meio ao primeiro ano da maternidade (BELTRAME; DONELLI, 2012).

Os padrões antes hegemônicos de divisão das funções de gênero constituídos socialmente – tendo a mulher a função de ser mãe e cuidadora do lar e ao homem o provedor



– acabam por reproduzir relações dissimétricas de poder entre homens e mulheres. Todavia, quando a mulher se dispõe defendendo seus interesses, aparecem novos conflitos conexos ao padrão patriarcal que ainda se faz presente dentro da sociedade (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Referente à conjuntura do emprego, Hock e DeMeis *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 24), ao analisarem os fatores psicológicos que regulam a relação entre trabalho, maternidade e saúde mental doze meses após do nascimento do filho, verificaram que “a alternativa por permanecer no lar, não basicamente, trata-se da mais saudável”. Sobre isto, o estudo põe que as mães que escolhiam trabalhar, porém, permaneceram no lar, “exibiram índices mais elevados de sintomas depressivos colacionadas às que não o faziam”.

Todavia, inicialmente do momento que a mulher foi inclusa nessa conjuntura de demais probabilidades identitárias que não exclusivamente ser mãe, demandou-se dela ser extraordinária profissional, além de ser mãe exemplar, sem a probabilidade de fracassar em nenhuma das circunstâncias, já que ela assumiu uma função nova: a de ajudar no sustento da família ou de ser a singular



provedora. Ao colocar-se no mercado de trabalho, a mulher assume um grau mais equitativo em relação ao homem, ainda que o compartilhamento dos afazeres, especialmente reminescente ao cuidado dos filhos e as caseiras tenham começado, ainda a mulher parece ser a principal responsável (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Na França, Robin *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 25), procurando averiguar a ansiedade da separação materna, analisou, em um primeiro estudo, “dois grupos de mães trabalhadoras, um que trabalhava em tempo integral, e outro que escolheu por trabalhar em tempo parcial”. A finalidade era analisar os motivos da opção e a eficiência das estratégias de conciliação da maternidade com a do tempo de trabalho. O resultado despontou uma relação expressiva entre o grau de ansiedade de separação materna e as aspirações relativas à duração do tempo de trabalho para toda a amostra, “sendo que as mulheres que almejavam conservar o mesmo tempo de trabalho apresentavam baixos níveis de ansiedade de separação do que aquelas que ambicionavam diminuir este tempo ou deixar de trabalhar”. Este estudo corroborou com pesquisas recentes que vem confirmando a importância da adaptação, em grau psicológico, entre as ambições da mulher e sua circunstância atual referente ao trabalho.



Observa-se que a alteração no estilo de vida e o desenvolvimento profissional das mulheres são mais expressivos com o passar do tempo. A sociedade se encontra em progressivo desenvolvimento, e, diante disto, a mulher vem tomando espaço em todas os campos, tornando-se liberal, construindo sua autonomia e realizando suas escolhas, tais como ser solteira ou casada, ter filhos ou não, e qual profissão seguir. Portanto, a mulher de hoje procura atender às suas necessidades singulares, arquitetando o próprio destino (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Certamente, sabe-se que a chegada de um filho intervém, positiva ou negativamente, na vida da mulher, e com isto, as atividades profissionais alongam a ficar em um segundo plano. Isto foi examinado no estudo de Rocha-Coutinho e Rocha-Coutinho *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 25), ao entrevistarem mulheres executivas e diretoras. As participantes descreveram estratégias usadas, “que procuraram conservar com o nascimento do filho, tais como horário de trabalho fixo, impedir horas extras e diminuir as viagens”. Como estratégia de investimento em suas carreiras, acreditavam que “advieram a concentrar-se mais em suas atividades, tendo um estímulo maior para trabalhar e impedir a demissão”.



A procura pela autonomia feminina sugere investimento na seara pública e, por conseguinte, um desinvestimento no campo privado que ordena da mulher a execução de funções sociais constituídas pela cultura conexas ao cuidado do lar e dos filhos. O que fica evidente nessa nova configuração, trata-se da acumulação de um terceiro turno no dia a dia dessas mulheres que, na busca de equilibrar as demandas do campo doméstico e profissional, acumulam funções. Nisto, torna-se manifesto que a entrada da mulher no mercado de trabalho carrega consigo outro tema a ser lidado pelos casais que se alude ao ganho financeiro feminino, assunto este envolto por individualidade familiar e cultural/social, por significações construídas na história de vida de cada cônjuge e nem sempre de simples negociação. Em razão dessas demandas emergentes inclusas na atualidade, da complexidade que a vida moderna atribui aos casais, são responsáveis por novos formatos conjugais e relacionais (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).

Procurando maneiras e soluções aproveitadas pelas mulheres que são mães e trabalhadoras, Rocha-Coutinho *apud* Beltrame e Donelli (2012, p. 25) entrevistaram mulheres da classe média do Rio de Janeiro para entender de que forma elas desempenham suas tarefas como mãe e como



buscam conciliar a maternidade com a vida profissional. Para tanto, a autora entrevistou quinze mulheres com carreiras de sucesso, bom retorno financeiro, elevado nível de satisfação no trabalho e investimento em suas carreiras, mães de crianças de seis meses a três anos de idade. No discurso das participantes, para boa parte, “o trabalho semelha ser um elemento de suma importância na vida”.

Contemporizar a maternidade trata-se de uma decorrência das alterações do contexto social, econômico e cultural, bem como das novas funções que a mulher passou a assumir. Tais modificações podem produzir uma bivalência entre gestar ou não gestar, gestar e quando gestar. Portanto, ter um filho de forma tardia trata-se de uma probabilidade cada vez mais possível e que pode acarretar benefícios para ambos. Todavia, compete advertir que a escolha de ter filhos é tomada perante inúmeras representações experienciadas pelas mulheres nas suas experiências relacionais. Contudo, por diversas vezes, a decisão pela maternidade se mostra pautada pela pressão social que ainda baliza funções de gênero como o fato de a mulher ter que ser, basicamente, mãe. Se a mulher não almeja ter filhos acontece a quebra de um padrão feminino habitual, nem sempre de simples resolução pelas mulheres (BRUZAMARELLO; PATIAS; CENCI, 2019).



Sendo assim, a conciliação da vida profissional com a maternidade é entendida como algo admissível e igualmente como desejável, e as soluções buscadas são particulares. Em grande parte, as mulheres conseguem separar visivelmente o lar, a família e a profissão, diminuindo deslocamentos, as horas-extras, e impedindo trazer trabalho para o lar (BELTRAME; DONELLI, 2012).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visando situar uma conclusão acerca da temática aqui abordada, observou-se que diversos autores não asseveraram ou responderam o que é ser mulher, pois, essa é e sempre será uma construção social materializada nas relações colocadas com o outro no tempo, espaço e conjuntura social do dia a dia. Contudo, notou-se uma aparente anuência entre os autores ao ponderarem que os procedimentos de escolhas vivenciadas e experienciadas pelas mulheres pela maternidade e carreira profissional se constituem inicialmente das relações sociais com o outro, seja o filho, o marido, e/ou o trabalho. Este outro – filho, marido e/ou trabalho – é parte do mundo da mulher na contemporaneidade, colaborando para a construção e reconstrução da identidade, ao grau onde as relações são



intercedidas pela relação social em que existe uma aprendizagem na maneira de ser mulher diante das funções de mãe e profissional.

No momento em que se percebe responsável por seus procedimentos de vida, a mulher é implicada absolutamente em ajuizar acerca de suas escolhas, bem como as decorrências sucedidas delas, reconhecendo-se enquanto excepcional na maneira de ser, pensar e atuar. Sendo assim, como uma imagem no espelho, esta nota o outro não mais em um estilo de ter de submeter-se ao outro como um parceiro nas relações sociais. Portanto, como desafio, a mulher, que agora é protagonista de sua história, procura compreender que ser mãe e profissional é parte de todo um procedimento de vida.

Isto acaba por abrir sua vivência para se implantar e estar no mundo como um ser de probabilidades, reconhecendo-se nessa construção, já que, como é de conhecimento, o ser se constitui na relação com, portanto, é e sempre será um ser-com. Portanto, a mulher, ao despontar-se ao mundo, afastando-se do lar como condição excepcional para sua existência, encara o desafio de se colocar na relação com os demais e consigo mesma, pondo-se na qualidade de ser um ser-no-mundo, podendo



mover-se entre o meio privado para o meio público, ou até mesmo admitir-se vivenciar qualquer outra probabilidade.

Adveio a ser, assim sendo, uma temática proeminente para o desenvolvimento do estudo e debate no campo acadêmico, aceito que inúmeros foram os pensadores, filósofos e historiadores que estudaram acerca da mulher, entretanto, nota-se um amplo campo de pesquisa se for considerar que a mulher é parte importante nas relações colocadas no transcorrer da vida, já que trata-se do elo inicial de comunicação e de conservação da vida, e, por conseguinte, na afirmação das relações com o mundo. Sendo imprescindível, deste modo, que a mulher seja vista e compreendida como o ser que é, podendo ser adequada de criar e até mesmo ampliar o entendimento de sua própria existência a partir de sua condição de ser, um ser apropriado de se apreender na relação com o outro e com o mundo.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Viviane Cordeiro de; SANTOS, Carolina Maria Mota. Trabalho, carreira e maternidade: perspectivas e dilemas de mulheres profissionais contemporâneas. **Administração**: ensino e pesquisa; Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 583–605, set-dez, 2018.



BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.

BARROS, Juliana Nunes de; ROCHA, Margarete Maria da Silva. **Mulher, mãe e profissional**: uma breve discussão sobre o reflexo dessas escolhas no modo de ser mulher. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. 2010.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n.38-39, dez, 2012.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria dos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. In: LIMA, Paulo Gomes. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Campinas, SP: (s.n), 2001.

BRUZAMARELLO, Diogo; PATIAS, Naiana Dapieve; CENCI, Cláudia Mara Bosetto. Ascensão profissional feminina, gestação tardia e conjugalidade. **Psicol. estud.**, v. 24, 2019.

FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Rev. bras. orientac. Prof**; São Paulo, vol.15 n.1, jun, 2014.

GARCIA, Carla Fernandes; VIECILI, H Juliane. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 30, n. 2, p. 271-280, maio-ago, 2018.



LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10, 2007.

UENO, Joji. A difícil escolha entre ter uma carreira profissional e ser mãe. O mercado de trabalho adia cada vez mais o sonho da gravidez. 2010. **Minha Vida.** Disponível em: <<https://www.minhavidacom.br/familia/materias/2034-a-dificil-escolha-entre-ter-uma-carreira-profissional-e-ser-mae>>. Acesso em 10 mar 2020.



## CAPÍTULO 3

### O PERCURSO DE UMA PROFISSIONAL E ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS: A VIDA COMO ELA FOI E É, ESTIMULADA PELO AMOR AOS LIVROS E SUSTENTADA PELA MÚSICA

Florisbela Maria Guimarães Nogueira Meyknecht <sup>8</sup>

#### Introdução

Como *alumni* da USP, na graduação e na pós-graduação, onde hoje, sexagenária, aguardo a revalidação do diploma de doutoramento pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, deslizo, sempre rapidamente, o cursor no seu jornal eletrônico. Ao me deparar com o tópico das agruras femininas na academia, conjecturei em

---

<sup>8</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Especialista em Direito Político, Administrativo e Financeiro pela mesma FADUSP; Advogada; Mestra em Ciências na área da Integração da América Latina (Prolam-USP); Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, pela Faculdade de Direito da Universidade Coimbra; Especialista em Estudos Europeus e em Direitos Humanos pela mesma UC. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais-GPPS-UNIOESTE / CNPq. Contatos: [florisbela.meyknecht@gmail.com](mailto:florisbela.meyknecht@gmail.com)/+351.925522911/+55.45.988129672/+55.45.3223.7112.



pensamento: - Vou constatar se ainda hoje passam pelo que passei! E abri a matéria. Qual não foi a minha surpresa, ao encontrar grande amiga à frente da iniciativa. E aqui estou para dar alguma contribuição, ciente de que juntas somos mais fortes!

### **Uma interiorana chega ao Caetano de Campos e de lá adentra à Velha e Sempre Nova Academia**

Corria o ano de 1972 e eu contava com 17 anos de idade. Deixando a Alta Araraquarense distante mais de 500km, mudamos para a Capital do Estado de São Paulo, num misto de busca de oportunidade de estudo universitário para os quatro filhos – eu a primogênita – e uma nova chance de vida familiar para os pais, uma administradora escolar e um diretor de escola primária. Os quais, sempre com poucos recursos financeiros, ainda assim proporcionaram a mim e à minha irmã alguma formação musical. E os livros foram sempre o alimento que podíamos desfrutar livremente.

Moramos num sobrado na Pompeia, onde a melhor lembrança foi termos acompanhado diariamente, e com muito entusiasmo, os lances das partidas entre Bobby Fischer e Boris Spassky, pois todos jogávamos xadrez desde muito



pequenos. Todavia, sem ter a noção de que era representativa da Guerra Fria.

Relevei com bom humor as chacotas no Colégio Caetano de Campos, pelo forte acento do “r” trazido do “interioorr”. Fui uma das premiadas no Concurso Eletro-Radiobrás, realizado no Ibirapuera, com prêmio de 1000, do dinheiro da época. Ainda, recaiu sobre mim a escolha para, na festa final de encerramento do 3º Colegial, representar o Brasil, vestida de branco longo, mais ao alto, cercada pelos estados.

Sempre boa aluna, orgulho da família, dizia para a mamãe: - Se não entrar na USP irei para Coimbra! Mesmo sem ter qualquer condição econômica que pudesse suportar essa afirmação. Com dedicação constante ao estudo, acrescida de dois meses no Cursinho XI de Agosto, com serões às 6af. até o amanhecer de sábado, a aprovação no vestibular foi noticiada pela mãezinha, acordando-me bem cedo, com o jornal na mão. Com isto, realizei o primeiro sonho dela, pois quando veio em lua de mel para São Paulo, e passou diante da São Francisco, profetizou: - Um filho meu vai estudar aqui!

*Quando se sente bater no peito heroica pancada,*



*Deixa-se a folha dobrada, enquanto se vai morrer!*

Não obstante, a crise conjugal dos meus pais recrudescceu e a separação ocorreu. Quando as aulas começaram já estava sem a companhia da mamãe e dos três irmãos, que rumaram para o então longínquo Paraná; meu pai, logo mais adiante, voltou para o interior de São Paulo. O primeiro editorial do Jornal do XI de Agosto foi por mim elaborado. Adentrei no curso de Alemão, já buscando escrever o diário naquela língua. Na metade do ano, fui a única aluna do 1º ano a participar do Projeto Rondon, indo para Marabá-PA, com o Professor Sodero, para outorgar títulos de propriedade de terras devolutas, se a memória não me falha. Adentramos pela Transamazônica por 100km de cada lado. O momento era da Guerrilha do Araguaia, sobre o que eu não tinha entendimento algum.

Na volta, na festa de celebração do encontro das Turmas do Projeto Rondon, conheci aquele que viria a ser o pai dos meus três primeiros filhos. Por se tratar de um alemão, minha expectativa de adentrar ao Itamaraty desvaneceu-se. O estágio de meio período na Prefeitura de São Paulo, no Projeto Campanha, permitiu-me, com os dois salários mínimos,



pagar 1,5 para o Pensionato de freiras e conhecer todas as favelas de São Paulo. A atuação no Coral XI de Agosto levou-me ao Rio de Janeiro e até a Porto Alegre, durante o 2º ano da Faculdade, onde também participei de aulas de Oratória, e de tudo o mais que fosse gratuito.

### **Os percalços (vistos assim só muito tempo depois) para concluir a graduação**

Estagiava em um escritório na João Mendes, desde o início do 3º ano, quando engravidei, tendo uma clara consciência da importância da maternidade na minha vida, que era compartilhada pelo pai. Morávamos na Zona Leste, 40km da Faculdade, distância que percorria de ônibus e trem de subúrbio. Terminei o ano escolar e decidi só cuidar de meu prematuro por um ano, por saber a importância desta decisão na sua formação, já pretendendo seguir as instruções de Clarisse Lispector<sup>9</sup>. O meu amor pelos livros era tal que nem percebi quão inusitado foi ter levado para a maternidade dois volumes dos Pensadores: Montesquieu e

---

<sup>9</sup> De apresentar-lhe livros já com 10 meses de idade.



Leibniz<sup>10</sup>. Desemparelhei-me da Turma do Sesquicentenário, e até então era uma aluna de média oito.

Voltei ao 4º ano em 1977, mas na metade no ano, depois de me submeter a uma cirurgia, sem saber que estava grávida, perdi o bebê e, desmotivada, deixei de ir as aulas, ficando reprovada por faltas em todas as matérias. Engravidei novamente, e quando meu segundo filho contava com quase 5 meses de idade voltei ao 5º ano, no período noturno, na Área de Direito Político, Administrativo e Financeiro, de forma que o pai assumia os meninos assim que eu saía. Usava o percurso do trem, para ler vários livros e até preparar seminários, nas duas horas por dia que os utilizava.

Como fatos pitorescos, ainda me lembro do meu filho Alex assistir a aula do Prof. Dinamarco e não querer abandonar uma daquelas salas, na saída para a Rua Riachuelo. Ou quando deixou cair um carrinho *matchbox* no silêncio de uma aula, numa sala anfiteatro do 3º andar. Para assistir aos Seminários, às 7h da manhã, pegava o trem das 5h, tão lotado de trabalhadores, que não havia espaço para mudar o pé.

---

<sup>10</sup> Aos 14 anos de idade eu dizia que queria fazer Física Quântica, e o Alexander formou-se em física pela USP.



Então, o 2º semestre do 5º ano, coincidiu com o 2º semestre do 4º ano. Por um golpe de sorte, a severa Secretária Drinadir Coelho encantou-se pelo meu bebê, ou pelo pai dele, não sei bem ao certo, e muito simpática, encontrou uma justifica legal para que eu extrapolasse a carga horária, para concluir o curso, frequentando eu 12 disciplinas. Neste ponto, aplica-se aquela frase “Não sabendo que era impossível, foi lá e fez”<sup>11</sup>.

O *stress* era tal, para dar conta de tudo, como dei, que, tendo se tornado obrigatória a disciplina de educação física, eu ia para Cidade Universitária fazer karatê! Anote-se que, desde a maternidade, minhas notas passaram a ser o suficiente para ser aprovada, com exceção do 10 que tirei em Direito Internacional, com o Professor Guido Soares, no 5º ano. Paradoxalmente, minha absorção do conteúdo era muito maior do que antes.

E lá foram os meus dois peraltas colar Grau junto comigo, fazendo questão de recebê-lo sobre suas cabecinhas. Incentivada por uma professora, resolvi prestar o primeiro exame da ordem, ainda no mês de dezembro de 1979. Como tive os problemas no braço que me levaram à

---

<sup>11</sup> Conta-se que numa aula de física, o professor passou na lousa um exercício dito impossível para a aula seguinte. Um aluno, que não havia assistido a aula, chegou, copiou e foi o único que conseguiu resolver a questão!



cirurgia, não pude fazer os Relatórios de visitas a todas as instituições durante o 4º e o 5º ano, que substituiriam o exame, então tive que ir para a prova escrita e oral com banca.

Influenciada pelas magníficas aulas do Prof. Paulo José da Costa Jr. fiz a opção pelo Direito Penal. Felizmente, naquela época, as provas não eram eliminatórias. E meu desempenho foi muito, muito sofrível na prova escrita.

Dispúnhamos de uma jovem que auxiliava a cuidar dos meninos, vinda do Paraná, e enviei os três para a casa da praia da minha cunhada. E fui estudar para a prova oral de manhã até a noite por uns 15 dias. Li inteiramente o CP e o CPP e até direito aeronáutico, por cautela, pois o Prof. Pitombo, especialista na área, poderia estar na minha banca e me perguntar algo sobre.

A lista dos candidatos era por ordem alfabética e fui assistir às primeiras provas orais, cujos nomes começavam com a letra "A". A situação era tão traumática, pelo constrangimento que eram submetidos, como por perguntas sobre o teor de artigos que não existiam nos códigos, que no dia seguinte fiquei com herpes *simplex* nos dois lábios. Passei violeta genciana e fiquei desfigurada! Mas, já estava fraquinho no dia do meu exame.



Na véspera, fui sortear o ponto e caiu novamente uma apelação criminal. Elaborei a peça, treinei, submeti-a a uma colega<sup>12</sup> dos anos iniciais, que já estava dando consultoria para revistas famosas, a qual disse que estava ótima. Assim, fui para a prova, acompanhada do marido, com duas sacolas de livros, passando antes pelo banheiro para repetir tudo. Depois de “recitar” a peça sem nada ver, pedi um copo de água! Havia decidido, minutos antes da prova, que “iria me submeter ao exame, mas não à banca”. Iria tratá-los com altivez! E resultou. Durante as respostas que dava a todas as questões, ouvi que era a primeira da noite que tinha condições de ser advogada. Eu fui a sétima daquela banca.

Concluída a Faculdade eu queria continuar estudando, mas tive que ir à luta. Não foi fácil para quem apreciava “perfumaria jurídica”, filosofia do direito e direito internacional. Para suprir a falta do aprendizado diário passei a ouvir e ler sobre música erudita e compositores<sup>13</sup>, ante a base de quase cinco anos do estudo de piano. No carro, somente tocava a Rádio Cultura, acompanhada pela programação mensal, e assistindo frequentemente a

---

<sup>12</sup> Outro já era Promotor de Justiça na Comarca onde eu morava!

<sup>13</sup> Ouvia tanto G. P. Telemann que o Alex, com oito anos, cantarolava no chuveiro o seu Concerto Grosso.



concertos com a crianças no Municipal, e em muitas outras salas, que despontaram preferências e hábitos nos filhos adultos. Uma alegria!



### **O início truncado da atividade profissional até seu ápice servindo ao mercado**

Por um desses acasos do destino, meu CV foi levado para o melhor escritório de advocacia da cidade que morei por 27 anos na Grande São Paulo, e comecei a advogar no dia 1º de setembro de 1980. Recebia três salários mínimos, e com cada um pagava (i) a escola infantil dos meninos, (ii) a auxiliar (lembro-me de ser a única que pagava SM) e (iii) comprava sapatos! Naquela época, as carteiras da OAB/SP demoravam mais de um ano para ser, manualmente, expedidas.

Muitas vezes, antes de levar os meninos à escolinha, passava mais cedo no escritório e eles ficavam sentadinhos na frente da minha mesa, no chão, enquanto resolvia alguma pendência da véspera. Quando lia com eles ao colo já lhes dava um lápis para escrever na página ao lado. E quando a auxiliar faltava ia “fazer fórum” na João Mendes com os dois, de trem. Lá, eles se penduravam nos Cartões de Ponto e as botinhas brancas e shortinhos idem voltavam sujinhos para casa. Dormiam no trem, e ao chegar na nossa estação não sabia como pegar os dois e os processos. Na casa, que ficava próxima, eu adentrava exaurida e eles completamente acesos!



Mesmo quando as auxiliares começaram a dar problemas de furto, eu não me importava, mas quando as crianças noticiaram que apanharam e que eu tinha dado a ordem, vi que não era possível conciliar. E de uma conversa com o marido, prevista para iniciar um curso preparatório para concurso, a conclusão foi abandonar o escritório. Chorei a noite toda.

Mas não parei de advogar! Oferecia meus préstimos ao escritório para fazer audiência ou alguma diligência em locais mais distantes. Tanto que, numa celebração de Dia das Mães, atrasei-me e quase anoitecia quando cheguei à escolinha e o Alex me aguardava com o rostinho na grade. Também passei a fazer *pro-bono* ou cobrar um mínimo a quem podia pagar, dos frequentadores de uma instituição religiosa<sup>14</sup>.

Tive uma loja de roupas e depois que a encerrei nasceu a minha filha, que mamou muito em Salas da OAB, assistiu a audiências, e me desenhava com a pasta entrando no Fórum, com os cabelos vermelhos. Passei a ser a advogada dos casos particulares do Prefeito da cidade, socorrendo-me dos colegas de escritório sobre o que não sabia resolver. Firmei convênio com a Procuradoria, quando recebia dois

---

<sup>14</sup> Onde era carinhosamente chamada de Dra. Belinha.



salários mínimos ao final de cada processos. Foi uma época de grandes realizações pessoais, pela sentenças absolutórias ou de redução de penas de até 13 anos. Cumprir um mandado de soltura – e foram muitos – era uma alegria intraduzível.

No ano de 1990, quando retirava as dúvidas de sempre, fui convidada a voltar a trabalhar no escritório, onde fiquei por mais 11 anos, sempre acompanhada dos filhos nas Comarcas mais distantes. Aí aprendi a escrever, e mais no final, ter a certeza de que de enfrentaria qualquer desafio profissional que me fosse apresentado. Iniciei na advocacia empresarial e separei-me. Pude então me dedicar inteiramente à gerência jurídica de maior empresa do Estado de São Paulo, e, incipientemente a continuar a estudar línguas e a viajar nas curtas férias.

Desde o ano 2000 havia voltado a investir em mim mesma, fazendo muitos cursos, iniciando pela formas alternativas de solução de litígio, uma formação como mediadora e árbitra, linguagem de não violência, conciliação, negociação, que ajudaram sobremaneira nas questões do consumidor e mais. Também assumi uma Comissão na OAB local e fui uma das Conselheiras suplentes da primeira candidata mulher da OAB/SP, reencontrando o



Prof. Guido Soares, como vice. Já então, tinha a percepção de que a vida dá mesmo muitas voltas. Penso que foi em 2007 que fiz minha primeira incursão no mundo acadêmico, escrevendo sobre Um Hino para o Mercosul.

Já tinha feito três tentativas de adentrar ao mestrado no Prolam, vindo num crescendo nas provas de proficiência em língua inglesa, eliminatória, até que decidi realizar o sonho de “estudar fora”. Deixei de advogar e passei o ano de 2009 morando em Lisboa, com dois filhos<sup>15</sup>, e estudando no Porto. O *Executive Master - Gestão para Juristas* foi um fechamento de toda a atividade da advocacia empresarial, e onde reaprendi a estudar. Na intermediação de mercados que fiz para a empresa que atuei, visitei Luanda e trabalhei em Bolonha, de onde voltei para Assis, no dia de São Francisco.

### **Enfim, seguindo o caminho dos irmãos, adentrando na Academia...**

Sentia-me como uma ovelha negra,  
Única advogada,  
Numa família de professores...

---

<sup>15</sup> Alex e Misia, que tinha terminado Psicologia no Mackenzie.



De volta ao Brasil, cogitei dar aulas em Porto Velho<sup>16</sup>, recebendo oposição familiar. Por sugestão da minha irmã<sup>17</sup> retomei o “projeto Prolam” e fui aprovada na fase preliminar, cientificada quando estávamos em Isla de Margarita. Pelos contatos acadêmicos que ela mantinha, pude contar com o apoio necessário para as cartas de referência, auxílio na elaboração do projeto e ter uma orientação. Naquele período de 2010<sup>18</sup> e 2011 fui Conciliadora no TJSP, escrevi dois artigos nos limites do Jornal Jurídico, um conto infantil de filosofia sobre Sócrates, autobiográfico, em quatro línguas. Também participei de um projeto da OAB/SP para a criação de um Tribunal Penal para o Mercosul<sup>19</sup>.

Preparei-me com afincos para a prova escrita, e foi, na entrevista, significativa de que tinha sido aprovada e igualmente o projeto, que ouvi, de uma futura professora: - **Então, a sra. está afastada 30 anos da academia?** Eu só podia responder que sim. Mas, que não se revelou um óbice para

---

<sup>16</sup> Onde, à época meu irmão cacula, era Diretor Administrativo de uma IES privada.

<sup>17</sup> Professora no Mestrado em Educação na UNIOESTE.

<sup>18</sup> Justamente quando o 2º filho, Maximilian, concluiu Engenharia de Materiais, no Mackenzie.

<sup>19</sup> Que foi depositado no Parlasul em 2012, saindo eu de Coimbra para participar do ato.



que eu pudesse ser admitida no Mestrado. Após concluir as disciplinas e receber pelos *papers* com as melhores notas, exceto uma, recebi o convite para cursar Estudos Europeus na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com início em fevereiro de 2012<sup>20</sup>. Conciliei com um evento em Madrid, dias depois da chegada, sobre a América Latina e EU, promovido pela Universidad Alcalá de Henares.

Minha pretensão era escrever durante a semana a Dissertação, para qualificar em junho, e aos sábados ir às aulas dos Estudos Europeus. E assim foi. Qualificada, terminei os Estudos Europeus e fui fazer trabalho de campo na Venezuela. Foi extenuante terminar tudo no exíguo prazo concedido, mas realizei tempestivamente o depósito da Dissertação.

Enquanto aguardava a data da defesa, sua realização e respetiva correção para depósito final, cursei duas disciplinas na expectativa do Doutorado<sup>21</sup>. Para o que fazia 1.800km por semana e, ainda assim, foi estupendo. Defendi a Dissertação no dia 25 de abril de 2013. Qualquer relação com

---

<sup>20</sup> Quando conheci meu segundo marido, razão do plural na maioria das andanças.

<sup>21</sup> . Aceita em ambas como aluna ouvinte, no Prolam "Moedas no Século XXI" e, na São Francisco "Comércio Internacional", ministrada em inglês.



a importância desta data para Portugal, não é mera coincidência.

Como saldo dos Estudos Europeus, percebendo que muitos não tinham noção do que era o Tratado de Lisboa, cuja ratificação das assinaturas acompanhara, usando como paradigma o primeiro livrinho, escrevi “O Tratado de Lisboa para crianças de todas as idades”, com comentários na contracapa pelo Prof. Porto, Coordenador do Curso.

Voltei a Coimbra e num evento no dia dos Direitos Humanos fui apresentada por um senhor, doutorando brasileiro, à Coordenadora do Programa Doutoramento, que viria a cursar. Mas, antes fiz a pós-graduação em Direitos Humanos no IGC - *Ius Gentium Conimbrigae*, em 2014, de onde retirei a inspiração do tema e recebi a orientação para o Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, a que me candidatei e fui aprovada em 9º de 20 lugares.

Neste ínterim, fui até Bogotá apresentar um trabalho. No início do ano de 2015 os alunos foram levados até Estrasburgo pela Coordenadora, para assistir a uma Plenária do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. No final do primeiro semestre fui a Bruxelas, onde me apresentei no Palácio Egmont, na II Cumbre Académica CELAC-EU. No mesmo dia que voltei, foi deferida a Bolsa CAPES Doutorado Pleno no Exterior. Iniciei



outra pós-graduação, em Direito do Consumidor e dos Contratos, para ter mais desenvoltura no tema, vinculado ao projeto que havia apresentado perante a CAPES.

No início de 2016 fomos a Havana, onde apresentei trabalho, passando um final de semana na Cidade do México, onde visitamos a estação do metrô de Tacubaya<sup>22</sup>. Ao passarmos pela Cidade do Panamá, de longe fiz questionamentos sobre o local da realização do Congresso Anfictiônico do Panamá, de 1826.

A pós-graduação no IGC resultou na criação da Casa dos Direitos Humanos – de Coimbra para o Mundo, com escritura lavrada no dia 26 de abril de 2016<sup>23</sup>, com origem em um projeto que apresentei, de ação local, regional, nacional e internacional, que foi generosamente acolhido. No segundo semestre de 2016, fomos até a República Dominicana, participar de Seminário preparatório à III Cumbre Acadêmica CELAC-UE. E de lá rumamos a São José da Costa Rica, onde conheci a Corte Interamericana, indo também até o Pacífico.

---

<sup>22</sup> Para onde havia sido transferido o Congresso do Panamá.

<sup>23</sup> Dia que os portugueses consideram que descobriram o Brasil.



Participamos da *Cumbre del Conocimiento*, que realizou-se em El Salvador, em 2017. A III Cumbre Académica, já renomeada ALCUE, acabou por realizar-se em Córdoba em 2018. Não participamos, por termos optado pela CRES2018, na mesma cidade, dois meses antes. Em 2019 fomos até os arredores de Roma, participar de mais um Seminário, preparatório da IV Cumbre Académica ALCUE.

Mas, a Pandemia C-19 alcançou-nos a todos, postergando também o doutorado. Concluída em agosto de 2021, depois de compactada, a tese<sup>24</sup> foi depositada em 3 de janeiro de 2022, mas a designação da data da defesa só se deu na reunião dos membros do Júri, em 20 de dezembro, agendada para o dia 2 de março de 2023. Realizada na Capela do Colégio da Trindade, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, às 15h, tudo correu pelo melhor, segundo os desígnios de uma força maior<sup>25</sup>.

Ante o compromisso assumido e renovado com a CAPES, deveria estar de volta ao Brasil dentro de 60 dias após a defesa, para dar início ao período de remissão, pelo mesmo número de anos que recebi a Bolsa. Consegui aqui chegar

---

<sup>24</sup> Com o título “O Direito Humano à Educação Superior: a Gratuidade na perspectiva do Brasil e dos Estados membros da CELAC”.

<sup>25</sup> Eu seria a quinta filha doutora do meu pai, que faleceu uma semana antes da defesa da minha tese.



em abril, após cumprir as exigências para o depósito final, já com o diploma “debaixo do braço”. O esforço hercúleo prolongado<sup>26</sup> debilitou-me.

Aos poucos fui me recuperando física e emocionalmente com a celebração de muitas datas, com todos de quem tinha ficado ausente por 11 anos. Fui até Alcalá de Henares, encerrando o ciclo aberto em 2012, com a participação na V Cumbre Académica ALCUE. |A caminho, passei por Coimbra para arrebanhar os documentos exigidos para a revalidação do diploma, que agora já segue em frente.

Ainda, em julho de 2023, fui brindada por um convite relâmpago para palestrar na UNIR para alunos do Curso de Direito, recém instalado, no Campus de Vilhena. Para culminar, acabei de voltar de Genebra, onde participei da 74ª Sessão do Comitê dos Direitos Económicos Sociais e Culturais, e tive a oportunidade de dar continuidade ao recorte da tese, no sentido de avançar para o reconhecimento da gratuidade da educação superior na

---

<sup>26</sup> Acrescido pela superação de dois lutos.



esfera do Sistema ONU<sup>27</sup>. Ainda estou me instalando, na busca de institucionalização.

Não seria honesta se deixasse de mencionar que, além da música erudita, igualmente fui sustentada por terapias alternativas, que adotei como *hobbies* há quase 40 anos. Bem como a atenção dos profissionais em áreas da medicina não convencional: homeopatia, terapia holística e medicina interna com abordagem oriental. Serei sempre grata pelo constante, e muitas vezes palpável, auxílio recebido dos anjos.

Peço, por fim, a tolerância das leitoras e leitores para, em especial nesta parte derradeira, relevar sua correspondência com um Lattes revisitado, que tentei sem êxito evitar, por ser revelador da condição feminina na superação das adversidades<sup>28</sup> e no aproveitamento das oportunidades, que nos mantém sempre ativas, de olho fixo no alvo a atingir, de uma maior participação na ciência e na atuação política também.

---

<sup>27</sup> Apresentei uma submissão ao Comité dos DESC, em forma de sugestão ao Estado brasileiro, para que elabore um aditamento ao artigo 13, 2. c) do PIDESC, como indicado no *Draft* apresentado, para ser depositado perante o Secretário Geral da ONU.

<sup>28</sup> Abstive-me de fazer referência a circunstâncias e detalhes que não foram as melhores, mas tão menores que as dádivas que vivenciei, por entender que só o bem deve ser cultivado na memória e transmitido.



### **Em formato de coda: novos tempos há muito ansiados**

São louváveis, mesmo que tardios, evidentes e até mesmo surpreendentes, os progressos legislativos, da própria academia, da sociedade civil e das empresas, em especial as transnacionais<sup>29</sup>. Suas iniciativas de reconhecimento, incentivo e implementação de ações para minimizar as condições peculiares que as mulheres “pesquisadoras-mães-esposas-donas-de-casa-motoristas-lavadeiras-passadeiras-faxineiras-amigas-transeuntes-vizinhas-filhas-irmãs-tias” enfrentam, desde sempre, para adentrar, permanecer e concluir uma graduação, prosseguir na carreira escolhida, e ser uma profissional valorizada nas ciências em geral.

Vivemos numa sociedade marcadamente masculina, cujo tempo de predominância está em visível escalada descendente, ainda que com o prazo não delimitado. Mas, estejamos alertas, pois as questões e soluções que se apresentam não são simplistas nem lineares, nestes tempos de acelerada alteração da ordem global vigente.

---

<sup>29</sup> Numa convergência em paralelo, há poucos dias minha filha participou de um evento “com o propósito de aumentar a representatividade feminina no mercado de tecnologia por todo o mundo”.





## **CAPÍTULO 4**

### **A MULHER AFRO-CARIBENHA NA OBRA “CHÁ DAS CINCO NA FLORESTA”, DE NILZA MENEZES**

Simone de Oliveira Mestre <sup>30</sup>

Jamyle Vanessa Costa Brasil <sup>31</sup>

Henrique Pereira Galvão <sup>32</sup>

#### **Introdução**

No passado, mais precisamente no século XVII, o hábito de tomar chá à tarde surgiu como uma estratégia para inserir

---

<sup>30</sup> Doutoranda em Sociologia (UFMG), mestre em Antropologia Social (UFMG) e graduada em Ciências Sociais (Unir). Atualmente é professora substituta de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Tem experiência na área de educação, direitos humanos, gênero, feminismo, maternidade e etnografia. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6597882082398090>

<sup>31</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (1999) e mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da mesma instituição e graduanda no Curso de Letras - Língua Portuguesa pela Faculdade Fael com referências a pesquisas de Gênero, negritude, Amazônia e América Latina. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7338811476614887>

<sup>32</sup> Mestrando em Estudos Literários (Unir), especialista em Metodologia de Ensino e da História e da Geografia (Iesx\_Pprov), especialista em Tutoria em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior (Iesx\_Pprov), graduado em História (Faculdade Claretiano). Atualmente é professor de História da rede pública de ensino do Estado de Rondônia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História geral. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5928803845290221>



uma refeição entre a hora do almoço e a hora do jantar. Na época, o consumo diário de chá era um marcador social de classe na sociedade europeia. Tal prática era reservada e valorizada pelas famílias nobres e pela elite burguesa, porém, com o tempo, o chá das cinco tornou-se popular em toda a Europa, inclusive nas colônias inglesas.

Segundo a arqueóloga Tania Andrade Lima, no final do século XVIII, o processo de popularização do consumo de chá alavancou o uso de novos utensílios domésticos e de regras rígidas de etiqueta no ambiente público, contribuindo para que o chá se tornasse um “poderoso instrumento de sociabilidade” (LIMA, 1997), com contornos ritualísticos e uma formalidade acentuada.

Embora, a deglutição do chá tenha se tornado um hábito valorizado por homens e mulheres, historicamente, são as mulheres que estiveram envolvidas em todas as etapas do ritual de consumo da bebida, atuando, tanto em funções mais subalternas, quanto nas atividades de preparo como copeiras, por exemplo, e nas ocupações mais formais, podendo ser anfitriãs, ou em outras ocasiões, ser servidas. Na atualidade, no imaginário social, o consumo de chá está relacionado com aspectos terapêuticos, sendo



também associado a uma prática recorrente entre pessoas da terceira idade, em especial à imagem feminina.

A questão primordial, aqui, é enfatizar o quanto o chá é um hábito que está simbolicamente associado com mulheres e que remete à memória de um passado colonial.

Portanto, a expressão “chá das cinco na Floresta”, título da obra da escritora e historiadora Nilza Menezes e que será analisada neste texto, é um recurso literário que faz tanto uma alusão aos aspectos da cultura inglesa valorizada pelos barbadianos, quanto uma ênfase às práticas sociais, nas quais as mulheres estavam inseridas, a observar que, no contexto rondoniense, para a autora “por barbadianos ficaram conhecidos, genericamente, os trabalhadores caribenhos recrutados para a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré” (MENEZES, 1998, p. 10), de forma que, o presente ensaio busca fazer uma análise sócio-histórica do livro.

Publicada em 1988 e de cunho historiográfico, a obra é apresentada pela autora, de forma breve e assertiva, em 44 páginas, destacando aspectos da comunidade afro-caribenha barbadiana no tecido da sociedade porto-velhense, com um nítido recorte de gênero, que busca desvelar como é ser uma mulher negra barbadiana no



cotidiano da cidade, tendo em vista que essa comunidade viveu a colonização e a escravidão eurocêntrica e tem carregado, ao longo da sua existência, a memória social talhada pelo processo colonial, reforçado pela lógica capitalista.

Chá das cinco na floresta é um estudo sobre as raízes etnoculturais da cidade de Porto Velho. A obra da professora Nilza Menezes aborda a questão das relações das populações barbadianas com as origens da capital rondoniense, dando-se ênfase ao papel desempenhado pelas mulheres negras caribenhas, na construção da sociedade local (TEIXEIRA, 1998, p. 07).

Este ensaio será dividido em três partes. Na primeira, apresentamos um panorama histórico sobre o processo de inserção dos barbadianos no contexto amazônico em diálogo com autores regionais. Na sequência, lançamos um olhar teórico feminista, pautado nos conceitos de interseccionalidade (CRENSHAW, 2004) e de amefricanidade (GONZALEZ, 1988) para compreender a realidade das mulheres negras afro-caribenhas, por meio da história das mulheres barbadianas. E, por fim, analisamos aspectos da diáspora caribenha para a comunidade barbadiana sob a ótica dos conceitos de identidade cultural (HALL, 2006) e entre-lugares (BHABHA, 2001).





### **2. Os entrelaces da história da formação de Porto Velho com o livro “Chá das cinco na floresta”, de Nilza Menezes**

A Amazônia constitui-se de uma diversidade etnocultural, em consequência do seu passado colonial e das estruturas capitalistas que demandaram o tão avassalador progresso, tendo este se dado de forma gradativa em várias localidades geográficas da tão densa região conhecida mundialmente como Amazônia brasileira. Por ser a região com maior extensão territorial com bioma preservado, por vários séculos, foi desbravada e é justamente a partir deste desbravamento que encontramos as variedades culturais em cada estado, uma vez que a construção dos estados e dos municípios está interligada com os ciclos econômicos, que impetraram uma intensa e grandiosa mão de obra, ocasionando imigrações. Logo, é a partir desse ponto que a história de Porto Velho fora constituída.

Em 1910, a população do povoado dos brasileiros atingia 900 habitantes (...) Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, o qual, por intermédio da Lei n. 741, de 30 de outubro de 1913, criou o termo judiciário de Porto Velho, neste instalado em 30 de janeiro de 1914 (esta lei oficializou o nome "Porto Velho", para o povoado) (LIMA, 2012, p. 08).

O então vilarejo “Porto do Velho”, nome não oficial, começou a ganhar forma e constituir-se, gradativamente, tornando-se, em 1914, um município pertencente ao estado



do Amazonas e, posteriormente, com a criação do Território Federal do Guaporé conhecido como Rondônia, recebeu o *status* de capital e permaneceu, mesmo depois de Rondônia ser elevada à categoria de estado, em 1981.

Sabe-se que os dados sobre a criação da cidade são díspares. Podemos encontrar, em vários arquivos antigos, relatos de viagens e jornais da época, informações diferentes sobre o seu surgimento. Algumas pessoas atribuem o surgimento da cidade ao ciclo econômico da borracha, que vai do fim do século XIX ao início do século XX, quando a borracha “transformou-se na matéria-prima de maior procura e maior e mais rápida expressão do mercado mundial” (GALVÃO, 1994, p. 14). O ciclo da borracha elevou por um tempo a economia nacional e trouxe ao então vilarejo um volume grande de nordestinos. Outras pessoas, baseadas, principalmente, em registros orais de barbadianos que permaneceram na cidade e de seus descendentes, conferem à construção da tão desafiadora EFMM a condição de mito fundador da cidade.

Contudo, há uma nítida semelhança nos registros históricos existentes; eles apontam a consolidação de Rondônia, enquanto estado federativo, como um dos efeitos do empreendimento ferroviário. Conforme afirma a



historiadora Yêdda Borzacov, “não resta dúvida que a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, sendo mais que um símbolo, constitui a gênese da ocupação do Estado de Rondônia” (1994, p. 18). Lembrando que a construção da EFMM representa uma das contrapartidas brasileiras no Tratado de Petrópolis:

No dia 12 de fevereiro de 1904, o tratado de Petrópolis foi aprovado pelo Congresso brasileiro. No dia 18 de fevereiro desse ano, o Presidente da República, pelo Decreto de n. 1.179, sancionou o tratado. No dia 25 de fevereiro de 1904, pelo Decreto de n. 1.180, o Presidente da República sancionou a lei aprovada pelo congresso, pela qual ficava o executivo autorizado a Abrir os créditos necessários à construção da ferrovia (FERREIRA, 2008, p.190).

A partir do citado decreto, foram tomadas todas as providências para a instalação da EFMM em Porto Velho, tornando a cidade um lugar marcado por um discurso de modernização e por um intenso fluxo imigratório. A empresa responsável pela construção da ferrovia recrutou muitos trabalhadores imigrantes, tendo pessoas provenientes das mais diversas partes do mundo sido trazidas para trabalhar no referido empreendimento ferroviário.

Nesse contexto, o processo imigratório provocado pela construção da EFMM é caracterizado por uma diversidade cultural latente. Estima-se que, somente nos seis primeiros



anos da construção da ferrovia, chegaram à cidade de Porto Velho grupos de trabalhadores de mais de 25 nacionalidades diferentes (BORZACOV, 1994), entre eles os caribenhos barbadianos, que migraram da ilha de Barbados para trabalhar na construção da Ferrovia. Estes, com ênfase nas mulheres, são o grupo protagonista da narrativa histórica apresentada no livro “Chá das Cinco na Floresta”, da historiadora de Nilza Menezes.

Para além dos aspectos históricos que envolvem a participação dos barbadianos na construção da EFMM, é possível detectar na obra o quanto os aspectos eurocêntricos, que eram cultuados e valorizados, estão relacionados com o processo de deslocamento e a manutenção de uma mentalidade colonizadora, vez que os barbadianos foram colonizados pelos ingleses e trouxeram a Porto Velho os seus resíduos, dando continuidade à sua cultura, que não se consiste exatamente em suas raízes antes da colonização, mas sim àquela adquirida a partir dos seus colonizadores.

Os aspectos de contribuição desses imigrantes barbadianos à cidade estão interligados à educação, em especial à constituição de um estabelecimento educacional, que visava a amenizar as barreiras linguísticas representadas



pela dificuldade de estabelecer comunicação entre os imigrantes com os povos locais que atuaram na construção da ferrovia. Desta forma, “a escola barbadiana tinha como um de seus objetivos a formação técnica de mão de obra para a E.F.M.M., pois era o único cenário de emprego que eles tinham” (SCHUINDT, 2016, p. 60), o que proporcionava a alguns uma formação diferenciada, uma vez que, além de falarem inglês, também passavam a compreender a língua local.

Determinados trabalhadores barbadianos ocupavam lugares de destaque na construção da ferrovia, em decorrência do domínio técnico e do domínio dos idiomas, o que possibilitava a eles estabelecerem uma relação estreita com a Farquhar Company, empresa americana responsável pela construção da EFMM. Além de conseguirem conversar diretamente com os funcionários americanos e ingleses da empresa, acabavam atuando, também, como intérpretes desses mesmos funcionários, a permitir que ocupassem funções de encarregados da obra. Consequentemente, é estabelecida uma divisão de classes entre os trabalhadores barbadianos, baseada em suas funções dentro da construção: “por conta própria [...] caribenhos que trabalhavam na construção da ferrovia distribuíam-se em



diferentes classes, do trabalhador braçal ao operário especializado” (MENEZES, 1998, p. 22).

Um dos aspectos mais interessantes que podemos destacar a partir de Menezes é que, justamente no domínio de um instrumento colonial – a língua –, os barbadianos conseguem articular a chegada de suas mulheres a Porto Velho, pois a Farquhar Company concedia somente a uma parcela dos trabalhadores caribenhos a possibilidade de trazer suas companheiras e constituírem suas famílias. Eram eles “os encarregados de alguma tarefa mais importante [que] tinham permissão para buscar a mulher, a noiva ou a namorada. Mulheres caribenhas foram autorizadas a virem para Porto Velho algum tempo após a vinda dos homens” (MENEZES, 1998, p. 22).

Contudo, Menezes revela, em seu livro, que houve uma grande dificuldade em fazer a coleta do relato dessas mulheres, uma vez que sempre foram silenciadas, fruto do processo de colonização e depreciação da figura delas, pois o fato de a chegada das barbadianas estar condicionada à função ocupada por seus companheiros na EFMN, acabava negligenciando a participação delas na história da cidade, reduzindo suas trajetórias enquanto meras acompanhantes de seus maridos. Em oposição a essa omissão, a obra de



Menezes (1998) apresenta uma perspectiva de desvelamento da influência dessas mulheres na historicidade local:

Buscou-se analisar o papel dessa mulher no nascimento da cidade de Porto Velho, a contrapelo da historiografia tradicional, intentando mostrar a mulher caribenha dentro do contexto de uma cultura fortemente influenciada pelos padrões anglo-saxônicos, transplantado para o espaço Amazônico no começo do século (MENEZES, 1998, p. 01).

O contraponto proposto pela autora é ressignificar a narrativa dessas caribenhas barbadianas, incluindo-as no contexto de construção, não como coadjuvantes, mas sim a partir de um valor ativo, como personagens principais. A seguir, buscamos dar maior centralidade aos aspectos presentes na obra de Menezes, que sinalizam as especificidades dessas mulheres na sociedade porto-velhense, marcadas por sua raça, origem e gênero, por meio de uma visão pautada na interseccionalidade e na amefricanidade.

### **3. A americanidade da mulher barbadiana**

“Chá das cinco na Floresta” é um título que apresenta um prato, ou melhor, uma xícara cheia de simbologia. Ao fazer tal escolha, a autora permite lançar sobre o título um olhar interseccional que enfatiza marcadores sociais da



diferença que interseccionam religião, etnicidade, origem, raça, classe e gênero.

Ao utilizar a expressão “chá das cinco na floresta” para manifestar aspectos culturais da história das mulheres barbadianas em Porto Velho, a autora faz uma escolha teórica e política, visando a descortinar e combater uma problemática existente no contexto social: o apagamento da participação das mulheres nos registros históricos. Isso foi e, em alguns aspectos, continua sendo reforçado por meio de um binarismo nos processos de registro da memória coletiva, nos quais a narrativa das mulheres é posicionada no âmbito privado e no campo da oralidade, enquanto a narrativa masculina é organizada e consolidada no âmbito público e, logo, localizada no campo documental.

(...) para escrever a história, enfatizando o problema das mulheres existem grandes dificuldades, em razão de um passado de silêncio a elas impostas, difícil de penetrar. Muito de suas histórias pessoais acabam sendo encobertas, em razão de uma moral determinada arbitrariamente, pelo elemento dominante masculino. Na maioria das vezes, os acontecimentos que envolveram mulheres deixaram de ser registrados, não só pela falta de importância dada a história delas dentro da história masculina, mas, também, porque muitas das relações de convivência entre homens e mulheres foram encobertas ou negadas pelos mesmos. As mulheres faziam parte da vida privada, não da pública, portanto, suas histórias deveriam pertencer à esfera da família (MENEZES, 1998, p. 9-10).



Quando interpretamos o título da obra – “Chá das Cinco na Floresta” – como uma alegoria interseccional, pensamos a partir de uma abordagem de intersecção proposta pela teórica americana Kimberlé Crenshaw, a quem é creditado o pioneirismo na utilização da noção de interseccionalidade.

Para Crenshaw, considerar o cruzamento entre as categorias de classe e gênero é essencial para compreender a realidade das mulheres negras, é reconhecer que não podemos optar por enquadrar as experiências das mulheres negras por meio da categoria racial ou da categoria de gênero. Não devemos optar por uma dessas abordagens, e sim considerar que “ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam” (CRENSHAW, 2004, p. 8).

Ainda que, em “Chá das Cinco na Floresta”, a autora, em nenhum momento, faça menção direta ao conceito de interseccionalidade, a ideia conceitual apresentada por Crenshaw está presente, pois, Menezes não reduziu seu olhar a uma única categoria, ou seja, não partiu apenas da perspectiva da raça ou do gênero, e sim buscou colocá-las lado a lado em sua interpretação, com é possível observar no trecho a seguir:



Por outro lado, as mulheres negras no Brasil, recém egressas da escravidão sofriam toda a carga do racismo e discriminação decorrente da sua situação da mulher, negra, em uma sociedade de mentalidade escravocrata e machista. Eram tratadas de forma desumana, não sendo comparáveis às brancas em direito ou mesmo deveres, o que ocorria também na Amazônia (MENEZES, 1998, p. 9-10).

No caso específico de Porto Velho, como mencionado anteriormente, as mulheres negras provenientes de Barbados e outras ilhas do Caribe chegaram à cidade em decorrência de seus relacionamentos e, embora silenciadas, acabavam sendo incluídas em uma espécie de grupo privilegiado, considerando que seus companheiros ocupavam funções estratégicas na construção e na manutenção da EFMM.

Neste sentido, ao utilizar a expressão “chá das cinco”, a autora reforça uma alusão direta à forma como as barbadianas, enquanto mulheres negras, buscavam reproduzir em Porto Velho o *habitus* de Barbados. O termo *habitus* (Bourdieu, 2004) é uma categoria empregada para designar “subjetivação socializada” – quando os indivíduos interiorizam as práticas e os princípios de um determinado grupo social. Embora a necessidade de reproduzir práticas que demarcassem o *habitus* de Barbados não fosse particular das mulheres, e sim algo referente a toda a comunidade barbadiana, tais práticas ganharam um destaque relevante



para a compreensão sociológica de como a comunidade barbadiana inseriu-se na cultura amazônica.

Na obra são sinalizadas as estratégias utilizadas pelos barbadianos para consolidar um *habitus* próprio. Em virtude da força da colonização inglesa em Barbados, as famílias barbadianas em Porto Velho buscavam preservar os traços da cultura como uma forma de diferenciação, conforme é demonstrado no trecho a seguir, no qual é apresentado e posteriormente analisado o trecho de uma entrevista que a autora realizou com um homem barbadiano que trabalhou na EFMM:

....nós éramos moldados dentro de uma cultura diferente daqui, da religião anglicana, não tínhamos esse negócio de boi-bumbá, batuque... Quem trouxe essas manifestações foram os povos que vieram do Nordeste, Dona Esperança e outras pessoas... “[entrevista de Dionísio Shockness feita pela autora]”. Fica claro, então que (“nós”), os negros barbadianos, eram diferentes (“deles”) dos negros brasileiros, que trouxeram do Nordeste para Porto Velho os ritos afros. Essa era uma negação subliminar das raízes éticas, ao mesmo tempo uma aceitação orgulhosa da aculturação, fenômeno que os ingleses, muito mais que qualquer colonizador de língua latina, souberam construir no mundo colonial (MENEZES, 1998, p. 16).

Nesse trecho, percebemos, de forma contundente, que havia por parte da comunidade barbadiana – na qual as mulheres não estão isentas – uma busca pela reafirmação da



sua origem colonial inglesa, para se demarcarem como diferentes de outros estrangeiros e de outras pessoas negras.

Menezes enfatiza que “a população negra barbadiana adquiria certo orgulho através dos conceitos trazidos pelos missionários protestantes, que já começara na década de 1820” (1998, p. 12), a destacar que a religião, especificamente a igreja Batista, constituía-se como um marcador social de diferença estratégica, por ter uma intersecção direta com outros dois marcadores sociais, o de origem e o histórico. Afirmar-se como barbadianos protestantes era demarcar sua origem colonial inglesa, pois isso os diferenciava dos demais grupos sociais, tanto daqueles que cultuavam as religiões de matriz africana, quanto dos frequentadores da igreja católica, os quais eram vistos como provenientes de outras regiões brasileiras e de países da América do Sul, por consequência das influências culturais portuguesa e espanhola.

Mesmo utilizando a religião como um dos principais marcadores sociais para se diferenciarem de outros grupos negros da cidade, a comunidade barbadiana não se utilizava desse balizador para fomentar a intolerância religiosa, e alguns dos barbadianos buscavam os terreiros de Porto Velho para cultuar e preservar rituais religiosos de



origem africana que haviam adquirido no Caribe, como relata em entrevista o barbadiano Theophilus Shockennes: “os barbadianos não frequentavam o terreiro, mas respeitavam a questão religiosa, porém nem todos tinham a batista como religião e iam ao terreiro, alguns trouxeram de lá também, pois lá eles usavam também suas mandingas” (MENEZES, 1998, p. 17).

Em vista disso, Menezes fornece subsídios para pensarmos essa busca por diferenciação da mulher barbadiana, a partir de uma perspectiva interseccional que posiciona essa mulher em uma categoria política e cultural de amefricanidade, termo cunhado por Lélia Gonzalez e que é definido como uma categoria que:

incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, [...] em consequência, ela nos encaminha sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, “négritude”, “afrocentricity” etc. Seu valor metodológico, a meu ver está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos (GONZALEZ, 1988, p. 76-77).;



Desta forma, seria limitado interpretar ou classificar como presunçosa essa busca da comunidade barbadiana por se demarcar como um grupo social diferente dentro de Porto Velho, levando em conta que a própria Gonzalez assinala que vivemos não apenas no Brasil, mas em todo o continente americano, processos coloniais de diferentes países (Portugal, Espanha, Inglaterra etc.) que tinham em comum uma base colonial racista e machista.

Na verdade, essa busca por marcadores sociais da diferença foi uma estratégia empirista de sobrevivência à brutalidade que foi a construção da EFMM. Devemos avaliar que, em Porto Velho, os homens barbadianos vivenciavam um processo de segregação que os obrigava, mesmo que por razões inconscientes, a fazerem uso de argumentos eurocêntricos para não serem atacados por causa de sua origem geográfica e racial. Se essa base colonial é perversa com os homens, para as mulheres negras, ela é devastadora.

Retornemos à simbologia presente no título da obra – “Chá das Cinco na Floresta” –, que deve ser interpretado como uma referência histórica à resistência das mulheres negras barbadianas, que, de forma silenciosa e coletiva, buscavam sobreviver. Essa procura, apesar de assumir contornos peculiares, não é diferente das diversas lutas por



sobrevivência travadas pela população negra e que se expressa na categoria de amefricanidade, que, por sua vez, consiste em uma noção que “já na época escravista, ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre” (GONZALEZ, 1988, p. 76-77). Na atualidade, as gerações de mulheres nascidas nas famílias barbadianas consolidadas em Porto Velho são a materialidade dessa resistência, são elas uma das expressões visíveis da amefricanidade.

#### **4. Diáspora caribenha e a identidade cultural barbadiana**

Sabe-se que os barbadianos se desenvolveram na modernidade a partir do viés colonizador, nesse caso, o anglo-saxão; logo, as suas vertentes colonizadoras contribuíram para que, dentro do processo de "civilidade", os barbadianos fossem submetidos ao processo educacional colonial, aprendendo a língua hegemônica local, a ler e a escrever para uma maior adesão aos costumes e comportamentos ingleses. Tal acontecimento classificou-os como uma “mão de obra qualificada” e os levou para diversas partes do mundo.



Todavia, esse acontecimento não torna os barbadianos europeus, tampouco os faz menos barbadianos. Na verdade, trata-se de um processo muito mais completo e ambíguo de constituição identitária. A identidade cultural da comunidade afro-caribenha é pensada e constituída pelo pertencimento do sujeito ao seu lugar de origem, em consonância com o coletivo e a história-social que habita. Assim, ao abordarmos a identidade do sujeito, não nos voltamos para o uno, mas sim para identidades construídas a partir de rupturas, segregações e pulverizações, que resultam no sujeito fragmentado.

Para compreender melhor esses aspectos identitários da comunidade barbadiana utilizaremos noção de identidade do sujeito pós-moderno, cunhada por Stuart Hall (2019), cuja característica principal é assumir identidades diferenciadas em vários momentos, identificações que não se unificam em torno do “eu”. Nesse sujeito, ocorrem identidades contraditórias em diferentes direções, corroborando para que as assimilações estejam em contínua deslocação. Portanto, a identidade plena e única não existe, o que permite ao sujeito pós-moderno viver essa interconexão e transformação social com base na estrutura social tradicional, exemplificada pela máquina do capitalismo, pela mercantilização de produtos, pelo trabalho assalariado e pelas cidades em expansão.



Esse sujeito que aqui apresentamos, o imigrante caribenho – seja ele mulher ou homem –, oriundo de um passado descontinuado marcado pelo sequestro de corpos, exploração da mão de obra por meio da escravidão, e mesmo passando por um processo de ruptura e fragmentação interna e externa, irá compor a sua identidade de forma coletiva, firmada nas posturas e nos discursos pós-modernos, quanto ao descentramento, principalmente, no período depois da colonização.

O processo identitário não apenas dos barbadianos, mas de todos os povos afro-caribenhos, são exemplos que evidenciam o quanto o discurso progressivo da modernidade é desencadeador de processos e experiências violentas de colonização – como a retirada de sua terra (continente), a ablação da língua de origem e da cultura – e são aspectos que marcam gerações. Ao mesmo tempo em que sua cultura e identidade foram massacradas, elas assimilaram novos costumes, ou melhor, espelharam o uso e tradições do colonizador, como enfatizado pela autora:

em Porto Velho, viviam segregados, em razão da língua, da cor e por constituírem um bairro próprio (barbadian town). Junto com a religião, os barbadianos assim como todos os caribenhos das possessões inglesas, assimilaram costumes do colonizador quanto aos hábitos e à postura social (MENEZES, 1998, p. 15).



Assim, a diáspora caribenha, no início do século XX, ocorreu em vários lugares do mundo, principalmente na construção de obras de grande infraestrutura: “[os] barbadianos, por já terem trabalhado com os americanos em ferrovias construídas em Cuba e em países da América do Sul, também por serem na maioria especializados” (SILVA, 2007, p. 59). No contexto da obra analisada neste ensaio, percebemos que a vinda desses trabalhadores afro-caribenhos à Amazônia representou uma imigração para o Brasil de negros como mão de obra especializada, que foi impulsionada pela falta de trabalho, pela pobreza e pelo subdesenvolvimento nas ilhas do Caribe, um reflexo de séculos de colonialismo e imperialismo ingleses.

O colonizado afro-caribenho ainda causa impacto com a sua presença na Porto Velho de 1907, embora, esses buscassem diferenciação demonstrando “a maneira aristocrática e o sentimento de superioridade cultural” (MENEZES, 1998, p. 15), todos, independentemente da posição e do domínio do idioma local, também viviam segregados, em razão da cor da pele. Neste contexto “a presença negra atravessa a narrativa representativa do conceito de pessoa ocidental: seu passado amarrado e traiçoeiros estereótipos de primitivismo e degenerações” (BHABHA, 2019, p. 80) eram rotineiramente colocados no



centro de suas relações com os nativos e outros estrangeiros. Por isso, essa suposta superioridade sobre os demais também veio revestida de sofrimentos e choques culturais e religiosos, que foram fatores determinantes para que a comunidade se fechasse e fortalecesse seus laços, como aponta Stuart Hall:

A história da vida dos imigrantes barbadianos[...] enfatizado como os elos permanecem fortes. Tal qual acontece comumente às comunidades transnacionais, a família ampliada como rede e local da memória constitui o canal crucial entre os dois lugares (STUART HALL, 2003, p. 26).

Portanto, a consolidação da chegada e da permanência de mulheres e homens barbadianos em Porto Velho constitui essa comunidade como desbravadora em uma terra distante, na qual buscavam preservar os elos que fortalecem sua identidade. Assim, a diáspora firma-se como um fenômeno que acende múltiplas identidades de povos interligados pelas ilhas, que, juntos, compartilharam a chegada ao Caribe e as idas para outras terras pelo mundo, podendo ser Londres, Porto Velho ou Nova York, com muitos povos e muitas línguas. O imigrante afro-caribenho comunga semelhanças, assentamentos e ressignificação de símbolos e a cultura negra colonizada, fixadas pela memória, por meio da expressão oral por mulheres e homens que conservaram história, costumes, língua e religião, por viverem os rastros desta identidade, como destacado por Glissant “o africano



deportado não teve oportunidade de manter, de conservar essa espécie de heranças pontuadas. Mas criou algo imprevisível a partir unicamente de sua memória. Isto é, somente a partir de pensamentos de rastro/resíduos” (2005, p. 20).

O pensamento de Glissant expressa uma análise de resíduos/rastro de identidade negra presente no Caribe, a apontar para a memória coletiva e a formação da sua identidade em comunidade, como bem observa Menezes: “também em relação aos folguedos e às religiões africanas havia um sentido bem determinado de distanciamento” (1998, p. 16). Deste modo, o “imigrante nu” sempre poderá se revestir e reestabelecer os laços com os rastros e os resíduos da sua dupla diáspora (africana e caribenha).

A obra analisada fornece elementos para identificar certa partilha entre caribenhos, brasileiros e outros povos em relação à opressão por parte das empresas que construía e gerenciam a EFMM. Mesmo exercendo funções distintas, independentemente da sua posição de trabalhador ferroviário ou de encarregado, eram todos trabalhadores e explorados, que apesar de se encontrarem em solo brasileiro, o comando continuava sendo de ingleses ou americanos,



demandando a posição de dominadores, patrões e exploradores.

Além disso, o livro de Nilza Menezes é uma demonstração concreta de que o trabalhador estrangeiro, por estar longe de seu país, teve de negociar as identidades, entrecruzar as culturas, os deslocamentos e as demarcações, constituindo, assim, o “entre-lugar”, definido da seguinte forma por Homi Bhabha:

É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínio de diferença que as experiências intersubjetivas e coletivas da nação (nationness), o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se formam os sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressadas como raça, classe/gênero etc.)? (BHABHA, 2019, p. 20).

Infere-se que as barbadianas, por pertencerem à classe trabalhadora e estarem geograficamente num lugar esquecido pelo Estado brasileiro, além do marcador social de gênero/raça, eram posicionadas em um espaço de invisibilidade. Nessa perspectiva, a obra “Chá das Cinco na Floresta”, ao abordar a história social dessas mulheres, é um esforço que visa ao rompimento dessa invisibilização, ao repensar e rediscutir a história daquelas que sempre estiveram ocultadas em um “entre-lugar”. Tal posicionamento vai ao encontro de uma reconstrução histórica que visa a exercitar



as “habilidades de reinscrever o passado, de reativá-lo, de realocá-lo, de ressignificá-lo” (BHABHA, 2019, p. 94).

### **Considerações Finais**

O que se pode cruzar entre os questionamentos de Menezes em relação à subjugação do barbadiano e, em especial, da mulher barbadiana é justamente a forma com a qual a visibilidade do sujeito para uma sociedade patriarcal e colonizadora sustenta-se, a partir de um viés ainda colonizador. Independentemente das características e das contribuições, o subalterno nunca será bom e jamais terá voz ou vez, pois, assim como afirma Spivak (2010), o subalterno não pode falar. Logo, dá-se a tentativa de justificar os meios de silenciamento da mulher, em especial das mulheres que vivem sob o processo de colonização.

Para Albert Memmi (2007), a colonização foi um sistema cruel, impiedoso, que usou de todos os recursos para transformar o subalterno em um ser totalmente passível de dominação. No caso das mulheres barbadianas, foi exatamente esse trabalho que ocorreu: trabalhou-se dentro da versão colonizadora para que essas mulheres se tornassem cópias das mulheres inglesas de todas as formas, os costumes, as vestes e afins. Nesse contexto, “pouco importa ao



colonizador o que verdadeiramente é" (*idem*, p. 121). E, desta maneira, há uma explicação bem coerente para o comportamento dessas mulheres na questão do silenciamento, já que os resquícios da colonização ainda permaneceram vívidos nessas mulheres.

É justamente a partir dessa conjuntura que Menezes tenta demonstrar a realidade dos povos barbadianos, não deixando de classificar a mulher. A autora abre um espaço dentro da obra para analisar essa mulher triplamente colonizada, primeiro pelo viés de gênero, depois por ser subalterna e, por fim, pela raça. Ao mesmo tempo em que Menezes propõe colocar as mulheres na centralidade da sua obra, ela não perde de vista o contexto da comunidade barbadiana e os outros aspectos históricos da cidade de Porto Velho.

Como demonstrado ao longo do ensaio, a obra "Chá das Cinco na Floresta" tem o potencial de despertar caminhos distintos para sua análise teórica, de forma que não podemos deixar de observar que a investigação da autora, além de se entrelaçar com a História, também criará pontes entre a Antropologia, a Sociologia e, principalmente, com a corrente crítica pós-colonial. Apesar de Menezes não tecer direcionamentos a esses segmentos teóricos, é possível



enxergar as veias rizomáticas que permeiam o seu texto, dentro dos mais diversos aspectos.

### Referências

BHABHA, Homi K. **O Bazar dos cavalheiros ingleses**: textos seletos de Homi Bhabha. Org.: Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2011.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. Patrimônio histórico. *In*: FUNCER, Fundação Cultural do Estado de Rondônia. **Compêndio da História e Cultura de Rondônia**. Volume III. 1994.

BOURDIEU, Pierre A. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**: história de uma estrada de ferro na Amazônia. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

GALVÃO, Maurílio. Migrações e ciclos econômicos. *In*: FUNCER, Fundação Cultural do Estado de Rondônia. **Compêndio da História e Cultura de Rondônia**. Volume III. 1994.



GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma Poética da Diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HALL, Stuart. **Representação**: representações culturais e práticas significantes. Ed. THE OPEN UNIVERSITY (livro 2), 1987.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2019.

LIMA, Abnael Machado. **Porto Velho**: de Gapinada a Roberto Sobrinho 1914-2009. Gráfica Primmor formulário da Amazônia Ltda, 2012.

LIMA, Tania Andrade. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 1, n. 5, p. 93-129, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47141997000100003>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

MENEZES, Nilza. **Chá das Cinco na Floresta**. Campinas: Editora Komedi, 1998.



NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno; TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **A construção do Espaço Social em Porto Velho na Primeira Metade do Século XX:** um olhar através da fotografia. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia. Fundação Universidade Federal de Rondônia, 134 f. Porto Velho, 2008.

SCHUINDT, Elisangela Lima de Carvalho. **A diáspora barbadiana e o legado educacional em Porto Velho.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL). Fundação Universidade Federal de Rondônia, 85 f. Porto Velho, 2016.

SILVA, Antonio Cândido da. **Enganos da nossa história.** Porto Velho: EDUFRO, 2007.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed Marco Zero, 1985.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Marco Antônio. Apresentação. In: MENEZES, Nilza. **Chá das Cinco na Floresta.** Campinas: Editora Komedi, 1998.



## CAPÍTULO 5

### A PALAVRA VIVA: UM OLHAR MISTRALIANO SOBRE A AMÉRICA LATINA

Nadia Ayelén Medail <sup>33</sup>

#### Introdução

*“Sean ustedes mi lengua viva de muerta”*

Gabriela Mistral

Usamos a epígrafe acima para que ela se faça realidade nestas páginas (pelo menos em parte), para cumprir um dos últimos desejos de Gabriela Mistral: trazer sua

---

<sup>33</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM – USP). Possui graduação em Letras – Espanhol pela Universidade Paulista e em História pelo Instituto Superior del Profesorado, Dr. Joaquín V. Gonzalez (Buenos Aires, Argentina). Atua como professora de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) na rede particular de ensino da cidade de São Paulo e como tradutora literária. E-mail: [ayelenmedail@usp.br](mailto:ayelenmedail@usp.br)



voz de pensadora, entendê-la como sujeita epistêmica<sup>34</sup> da realidade latino-americana – “ser su lengua”. Para isso, é necessário começar com alguns dados biográficos que permitirão entender o caminho traçado pela escritora desde sua infância, primeiros passos na carreira docente, até a consagração como poeta em meados do século XX.

Gabriela Mistral, pseudônimo de Lucila Godoy Alcayaga, nasceu em Vicuña, pequena cidade do interior do Chile, em 1889. Filha de Juan Jerónimo Godoy, professor rural e poeta que abandonou sua família quando Lucila tinha três anos, e de Petronila Alcayaga mulher bordadeira e costureira da região rural do Vale do Elqui. Após o abandono paterno, a família decidiu mudar-se de La unión (hoje Pisco Elqui), pequeno povoado, para Montegrande, aldeia rural próxima, onde cresceu sob os cuidados de sua mãe, sua avó materna e sua irmã quinze anos maior, Emelina Molina Alcayaga, professora rural. Emelina educou formalmente a sua irmã na escola em que trabalhava, e com 14 anos a jovem Lucila já publicava seus primeiros versos em jornais locais e havia se

---

<sup>34</sup> Utilizamos o conceito de sujeito epistêmico elaborado por Jean Piaget ao longo de sua teoria. Para Piaget, o sujeito constrói conhecimento ao longo de sua vida em interação com o meio social que o circunda. Trata-se de uma postura ativa por parte do sujeito, pois cada informação que o sujeito apreende pressupõe uma reflexão que leva a uma atualização de outros conhecimentos já apreendidos, em um processo de questionamento constante.



tornado auxiliar de professora em uma aldeia rural próxima da cidade La Serena. Com 16 anos, buscou revalidar sua experiência dentro da sala de aula e obter um diploma oficial docente na Escola Normal de La Serena, porém foi rejeitada. Não conforme com a recusa, escreveu o artigo *La instrucción de la mujer* (1906). Devido à repercussão do artigo, Lucila Godoy Alcayaga acaba sendo aceita na Escola Normal e, logo de receber seu diploma empreende seu caminho como pedagoga ao longo do território chileno, passando pelo extremo e frio sul, até o norte deserto do país, chegando inclusive a ser diretora de alguns estabelecimentos.

Em 1914, o grupo de quatro poemas intitulados “Sonetos de la muerte”, sob assinatura de Gabriela Mistral, ganhou o primeiro lugar no concurso nacional de poesia, os “Juegos florales” de Santiago, e, a partir desse momento, Lucila nunca mais usou seu nome de batismo e passou a ser conhecida pelo seu pseudônimo Gabriela Mistral. Em 1922, recebeu um convite por parte do ministro de Educação do México, José Vasconcelos, para programar e dirigir o plano nacional de alfabetização da sociedade pós-revolucionária mexicana. Esse mesmo ano, o professor e literato espanhol Federico de Onís se ofereceu para organizar seus poemas e publicar seu primeiro livro, *Desolación*, pelo Hispanic Institute de Nova York. O livro e a colaboração pedagógica no México abriram-lhe



portas para exercer a função de secretária das Nações Unidas e, logo, de Cônsul do Chile em várias capitais da Europa. Por isso, Gabriela nunca mais voltou a morar em seu país natal, visitando-o apenas em duas ocasiões depois de ter saído dali. Durante seus anos de carreira política, Gabriela continuou escrevendo, não apenas poemas, mas também artigos políticos e pedagógicos, além de se corresponder com grandes escritores, educadores e políticos da época, gerando assim uma obra vastíssima. Em 1945, a poeta se tornou a primeira pessoa latino-americana a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, sendo que nesse momento ela contava com apenas três obras poéticas publicadas. Seu último e quarto livro de poesia, *Lagar*, foi publicado em 1954, um ano depois de instalar-se definitivamente em Nova York. Em 1957, depois de uma dura batalha contra o câncer, Gabriela faleceu na cidade norte-americana, com sessenta e sete anos de idade. Seus restos foram levados para seu país natal dez dias após sua morte, sendo sepultada com honrarias na região que a vira crescer, o Valle del Elqui.

Com esse breve panorama da vida da escritora, propomos um novo caminho para entendê-la para além de sua imagem de poeta. Para começar, é necessário localizá-la dentro da tradição de pensadores ensaístas do século XX. Assim como José Martí (1853-1895), José Enrique Rodó (1871-



1917) e José Carlos Mariátegui (1894-1930), pois Gabriela Mistral preocupou-se com as problemáticas de seu continente e buscou, em sua farta produção intelectual, “[...] pensar as diferentes sociedades latino-americanas a partir das relações étnicas, das emergentes identidades nacionais e da relação entre a modernidade e a modernização” (SZURMUK e MCKEE IRWIN apud RESTREPO, 2015, p. 22). Deste modo, nas páginas seguintes, traçaremos alguns pontos que permitem refletir sobre Mistral e sua produção intelectual em relação aos pensamentos dos autores citados acima, estabelecendo concordâncias e discordâncias a respeito de: identidade latino-americana, questão agrária, postulados indigenistas e educação. Dessa forma, busca-se evidenciar o silenciamento dos seus postulados teóricos no âmbito dos estudos latino-americanos, ressaltando sua importância e a necessidade de resgatar essa voz de mulher<sup>35</sup> que tanto contribuiu para o debate das problemáticas da América Latina.

As ponderações de Gabriela sobre a situação latino-americana sempre foram enunciadas desde sua condição de mulher. Consciente de que as mulheres ocupavam (e

---

<sup>35</sup> Escolhemos utilizar “voz de mulher” em lugar de “voz feminina” pois era a categoria utilizada pela própria autora ao momento de discorrer sobre as problemáticas de gênero.



ocupam ainda) um lugar relegado no âmbito intelectual, Mistral buscou entender a situação das mulheres, entender-se a si própria dentro do que começará a ser chamado de movimento feminista. Desse modo, consideramos importante trazer à tona a opinião de Gabriela no tocante à questão feminina da primeira metade do século XX, suas crenças, preocupações e críticas em relação ao movimento de emancipação das mulheres que começava a gestar-se nessa época. Assim, na tentativa de estabelecer um diálogo geracional, buscamos traçar alguns paralelismos entre o pensamento da autora e as principais questões da teoria feminista contemporânea, como a interseccionalidade e outras reivindicações presentes nos feminismos do século XXI, buscando evidenciar a lucidez da escritora, assim como sua forma de conceber a realidade e de formular conhecimentos.

Gabriela Mistral: sujeita epistêmica

Bendita sois vós entre os homens

Em primeiro lugar, Gabriela Mistral, como mulher escritora de princípios do século XX, afiliou-se ao movimento modernista hispano-americano<sup>36</sup>, do qual também

---

<sup>36</sup> É necessário levar em consideração que o modernismo hispano-americano difere do modernismo brasileiro, sendo o primeiro esteve mais próximo do romantismo alemão e o simbolismo francês, e o brasileiro conciliou a estética das vanguardas europeias na produção nacional.



participaram Rubén Darío (1867-1916) e José Martí (1853-1895). Sobre Martí, a autora expressa muita devoção em vários de seus escritos: “[...] pero al cubano Martí, lo venero, le tengo una admiración penetrada de ternura, y cuando lo nombro, es algo más que cuatro sílabas que digo.” (MISTRAL, 2002, p. 78). Não apenas sua poesia estará marcada pelo viés modernista, mas também seus ensaios, pois buscaram pôr em evidência a diversidade cultural do continente, as raízes indígenas e a possibilidade de uma identidade latino-americana que demonstrasse essas particularidades, sempre com uma linguagem estética refinada e poética. Desse modo, compartilhou com José Martí de *Nuestra América* (1891), a ideia de uma América Latina soberana e unida ante os ataques do imperialismo estadunidense: “Los pueblos que no se conocen han de darse prisa para conocerse, como quienes van a pelear juntos” (MARTÍ, 1981, p.1). Esse pensamento começa a ressoar com mais força em Mistral após sua estadia no México. A escritora ficou admirada com a busca da união latino-americana da nação mexicana, ressaltando o perigo imperialista dos Estados Unidos, que também postulou o escritor cubano em seu já mencionado ensaio de 1981<sup>37</sup>:

---

<sup>37</sup> Sobre o perigo imperialista dos Estados Unidos, Martí comenta que um novo perigo se avizinhava a finais do século XIX, o perigo do poderoso tigre do Norte



Cómo se respira la unión latinoamericana en este México. Se trata de una nación donde se ha declarado constitucionalmente que ningún hispanoamericano será considerado extranjero para los efectos de puestos públicos y de iniciativas diversas. [...] México es con Argentina el pueblo más culto de nuestra América, de una riqueza estupenda, con una raza muy bien dotada y fatalizado por esta proximidad a los yanquis, que viven sembrando la reyerta y manteniendo la inquietud en el país. (Mistral, 2002, pp. 90-91)

O pensamento de Mistral sobre a América Latina parte da ideia de uma sociedade constituída em sua diversidade étnica. Sua preocupação é com os mais afetados pelas injustiças do sistema capitalista de ordem colonial/moderna: “Y me atrevo a decir, sin miedo de parecer un fenómeno, que la miseria de Centro América me importa tanto como la del indio fueguino y que la desnudez del negro de cualquier canto del trópico me quema como a los tropicales mismos” (MISTRAL, 1994, p. 155). É um pensamento bem próximo do conceito de *Nuestra América* de José Martí (1891), além de coincidir com o escritor cubano em relação à ameaça imperialista do vizinho do norte, como ela expõe em 1928 em

---

e sua tradição de conquista (MARTÍ, 1981, p. 6).



seus escritos íntimos, após saber da ameaça de intervenção estadunidense na Nicarágua<sup>38</sup>.

Entretanto, a educação foi um dos temas mais tratados por Gabriela Mistral. Como mencionamos, a escritora percorreu grande parte do Chile lecionando em escolas primárias, principalmente em áreas rurais, estabelecendo contacto com as comunidades camponesas e indígenas. Porém, sua experiência docente excede o território chileno, pois a partir do convite do então ministro da Educação do México, José de Vasconcellos, ela fez parte da reforma educativa levada a cabo pela revolução, cuja tarefa central era a alfabetização de indígenas mexicanos. Antes disso, Mistral colaborava com diversos jornais do Chile com matérias referentes à educação das mulheres chilenas e dos mais pobres<sup>39</sup>. O interesse de Gabriela pelas classes subalternizadas e pelas minorias, sejam estas étnicas ou de

---

<sup>38</sup> Em seu diário íntimo, Gabriela Mistral expõe sua inconformidade com os Estados Unidos quando, ao mesmo tempo em que ameaça intervir na Nicarágua, planta uma ceiba (árvore típica de América) na Conferência Pan-americana de La Habana. Ela sente-se afetada por sua paixão pela botânica ante esse acontecimento e reflete sobre a escolha da espécie para ocultar seu verdadeiro objetivo, a exploração: "el más espeso, para que cubra feas cosas; el que echa más diámetro de sombra, refrescadora, no ya de pastores y ganados completos, como el árbol del poema, sino de caucheros y mineros acalorados de logro y violencia sobre los indios" (MISTRAL, 2001, p. 115).

<sup>39</sup> Podem ser consultados os textos: *La instrucción de la mujer* (1906), *Educación popular* (1918) e *Lectura para mujeres* (1923), todos publicados em: Mistral, Gabriela (1998). *La tierra tiene la actitud de una mujer*. Chile: RIL, 1998.



gênero, ficou evidente em sua dedicação quase exclusiva à docência rural e, em muitos casos, feminina. Nesse sentido, Mistral compartilhou com José Enrique Rodó (1947) a ideia de uma educação para além do utilitário, presente em *Ariel* (1900), porém, Gabriela criticou Rodó pela sua concepção branca da elite educada nos ideais de beleza greco-latina e cristãos de caridade. No sistema de Rodó, os melhores seriam captados democraticamente para serem dirigentes; estes, segundo Mistral, apenas poderiam ser os homens brancos, posto que os mestiços e indígenas não estariam ao alcance de tais atributos, menos ainda as mulheres. Mistral assinala:

Este fue el error de Rodó. Hombre del delta del Plata, más vuelto hacia Europa que un peruano, con el hábito de sus sentidos de conocer hombre blanco español o europeo en general, enseñado por Francia, nutrido de latinidad fibra a fibra, él como casi todos los del extremo sur, se dejó dictar por su medio y se confeccionó falsamente, sin saberlo, una América blanca sin un gramo indio, en la que el indio no se nombra nunca, en la que el problema de la raza no existe, y a la cual dirige un precioso sermón latinizante. Tan discurso europeo es el *Ariel* que puede leerse en cualquier universidad francesa o italiana sin que el oyente se percate ni por un momento de que eso fue escrito para un continente de mestizaje y de mestizaje subido. (MISTRAL, 2013, p. 198)

Desde sua juventude Gabriela esteve preocupada com os acontecimentos e mudanças políticas e sociais de sua



terra, Chile, e de outros lugares da América Latina<sup>40</sup>. Embora tenha se centrado bastante na questão educativa, também se preocupou com problemas de representação democrática e governabilidade, inclusive sobre a posse de terras. Muitas dessas preocupações se aprofundaram quando transitou pela experiência mexicana: “Mis ideas contra el militarismo y mis ideas en favor de la cuestión agraria, me vienen desde este México de Vasconcellos” (MISTRAL, 2002, p. 89). Em 1931, ela escrevia sobre a situação do campesinato na América Latina, a injustiça do latifúndio e a incidência do imperialismo inglês e estadunidense:

El extranjero va a vernos y, ya sea norteamericano o inglés, toma el radio más ancho posible para garantizar su inversión; se establece con mucho desahogo y toma actitudes de poseedor definitivo. [...] Pero sucede que entre los intereses de los capitalistas criollos y los intereses de los capitalistas extraños, desarrolla su vida entera la masa de un pueblo que no verifica estos arreglos y que sólo los padece, masa que constituye el cuerpo del país, es decir la carne de la patria, y que, no habiendo comprado ni vendido debe sufrir las consecuencias enteras de la terrible operación. En cierta manera yo hablo por esa masa a la que pertenezco en cuento persona sin tierra, pero que forma parte de una

---

<sup>40</sup> Sobre o avanço das ditaduras militares de conotação fascista na América Latina, Gabriela Mistral expõe: “Tanto hemos formado en los niños la veneración del soldado, que ahora creemos que una sargenteada es la mejor presidencia para nosotros. Yo vengo harta de gobiernos generales por el Pacífico, la pobre, la infeliz América Pacífica, llena de hambre, de pestes, de desorden y toda ella, desde el Perú, gobernada por ellos hasta Cuba” (MISTRA, 2002, p. 142).



tierra, en nombre de esa masa a la cual le ocurre la desgracia de que se despierta un día sabiendo que su provincia dejó de ser cubana, chilena o venezolana, sin que ella supiese el cómo ni el cuándo de su desgracia. (MISTRAL, 1998, p. 63)

Quando Mistral fala da posse das terras, utiliza o conceito de *latifúndio medieval* para se referir à concentração de terras nas mãos da elite terratenente, conceito que pode ser relacionado com o termo *gamonal*<sup>41</sup> de Mariátegui. Para ambos os pensadores, o problema do *gamonal* afeta diretamente a população indígena: “El ‘gamonalismo’ invalida inevitablemente toda ley u ordenanza de protección indígena. El hacendado, el latifundista, es un señor feudal.” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 26); “[si] El indio se queda sin suelo, sin herramientas y sin educación agrícola; le dejan el alcoholismo y la coca para que desaparezca por su voluntad y sin reproche para el blanco.” (MISTRAL, 1994, p. 269). Tanto Mistral como Mariátegui reivindicaram o direito do índio à terra e entenderam que a solução devia ser dada pela reforma do sistema agrário, abandonando definitivamente o regime de *gamonalismo* mais próximo da sociedade feudal que do século XX.

---

<sup>41</sup> Para Mariátegui, o *gamonalismo* é o regime que sucedeu o feudalismo colonial.



Destacamos que, no escopo dos estudos sobre América Latina, em suas diversas linhas, jamais o pensamento de Gabriela Mistral é mencionado e, salvo algumas raras exceções, essa ausência permanece ainda hoje. Assim como os ensaios de Martí, Rodó e Mariátegui, entre outros, os ensaios de Mistral poderiam ser considerados à antessala dos estudos culturais latino-americanos seguindo o pensamento de teóricos atuais<sup>42</sup>. Há neles uma colocação importantíssima sobre a produção de pensamento latino-americano, relacionada à origem de quem constrói o conhecimento, pois não seria o mesmo falar sobre América Latina a partir dos Estados Unidos do que falar desse continente desde a América Latina. E aqui cabe uma outra questão apontada por Restrepo (2015) como fundamental: “[...] esse desde merece destacar-se no sentido de que as diferenças de classe, raciais, de gênero, geracionais, institucionais e de lugar contam e são significativas em termos intelectuais e políticos” (RESTREPO, 2015, p. 24 – grifo nosso). Esse “desde”, relacionado à Gabriela Mistral, é sua condição de mulher, indígena e pobre. Seu pensamento está permeado pela sua

---

<sup>42</sup> Restrepo discorre acerca desse assunto em seu texto “Sobre os estudos culturais na América Latina” (2015). O autor, junto a Jesús Barbeiro, traz a ideia dos momentos prévios aos Estudos Culturais no continente com os pensadores e ensaístas do século XX, porém problematiza o termo e vai além da categoria.



condição e traz à tona uma preocupação, não apenas mais honesta, mas também mais coerente. Essa colocação está em concordância com o posicionamento de Grosfoguel (2008), sobre a tentativa de descolonizar o conhecimento: “[...] a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul Global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados.” (GROSFOGUEL, 2008, p. 117).

Gabriela Mistral produziu seu pensamento a partir de um determinado lugar de poder, que, embora foi variando ao longo de sua vida, sempre esteve ancorado em sua condição de mulher, indígena, chilena, latino-americana e pobre. Dizemos que esse lugar de poder variou porque a escritora saiu do Chile rumo ao México com trinta e três anos de idade e continuou viajando pelo mundo como cônsul do Chile<sup>43</sup>. Radicada na França, na Itália, na Espanha e nos Estados Unidos, por motivos laborais, Mistral continuou a produzir sua perspectiva sobre as mudanças do *Breve século*

---

<sup>43</sup> Embora hoje o cargo de cônsul implica um bom salário, são recorrentes os comentários da autora em seu diário íntimo sobre o pequeno montante que recebia pelo seu trabalho de representante do Chile. Por exemplo, em 1934 Gabriela enviara uma carta a seu amigo Pedro Aguirre Cerda solicitando um empréstimo de dinheiro, pois teve que utilizar suas poupanças para pagar os gastos da embaixada (MISTRAL, 2002, p. 128).



XX (HOBSBAUWM, 1998) a partir de sua situação como mulher latino-americana, indígena, escritora e, também agora, estrangeira, isto é, o que Grosfoguel (2008) chama de: “[...] o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e o corpo-político do sujeito que fala.” (GROSFOGUEL, 2008, p. 119). Sua produção de pensamento centrou-se em três questões: a mulher, a terra e o indígena. Por isso destacamos a contribuição de suas perspectivas subalternizadas, étnico-raciais e feministas já que nos permite pensarmos, mais ao sul<sup>44</sup>, uma epistemologia descolonizada<sup>45</sup>.

Parafraseando Glória Anzaldúa<sup>46</sup>, encontramos Gabriela Mistral como uma mulher poderosa não apenas porque escreve, mas também porque escreve a partir de sua experiência, sem quebrar o vínculo entre o que escreve e quem escreve, seu corpo político, isto é, o corpo-político de

---

<sup>44</sup> Com “mais ao sul”, destacamos a vida itinerante de Gabriela Mistral dentro do território chileno sendo professora rural, e também pelo mundo como cônsul chilena, porém com um olhar sempre atento à situação latino-americana.

<sup>45</sup> Pontuamos esta questão pensando na proposta de Grosfoguel (2008) em incluir sujeitas epistêmicas que contribuam para uma teoria crítica deconolonial radical do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno. Acreditamos, então, que a produção ensaística de Gabriela Mistral poderia ser levada em consideração para tal empresa.

<sup>46</sup> Em “Hablar en lenguas. Una carta a escritoras tercermundistas” (2017), a chicana Gloria Anzaldúa, traz a questão da voz dessas mulheres como uma ferramenta política.



seu conhecimento. Os inumeráveis ensaios de Mistral podem servir para observarmos uma perspectiva crítica ao conhecimento hegemônico; perspectiva originada a partir das relações de poder pelas quais ela estava envolvida. Por isso, consideramos que as reflexões da escritora sobre o feminismo da época são fundamentais para entendermos criticamente a recepção de Mistral – assim como a de algumas de suas contemporâneas – em relação aos postulados do feminismo liberal. Trata-se de reflexões críticas a este feminismo que permanecem ainda hoje.

### **O mulherio mistraliano**

O caminho que traçaremos, a partir daqui, parte dos ensaios de Gabriela Mistral sobre o feminismo<sup>47</sup>, ensaios nos quais, como a literalidade da palavra anuncia, a escritora ensaia críticas, ponderações e contribuições, mostrando um caminho reflexivo em torno das problemáticas das mulheres no mundo inteiro, mas sempre com o foco na Latino-América. A maioria desses ensaios foram publicados em jornais, mas há

---

<sup>47</sup> Utilizaremos como base os seguintes ensaios: Organización de las mujeres, *El Mercurio*, Santiago, maio, 1927. Feminismo: la opinión de Gabriela Mistral. *Revista Universitaria*, Santiago, n. 3, 9 jun. 1927. Una nueva organización del trabajo, *El Mercurio*, Santiago, 17 jun. 1928. El voto femenino, *El Mercurio*, Santiago, maio 1946. Sobre la mujer chilena, *Revista Política y Espíritu*, Santiago, n. 11, 1940. "Recado para Eduardo Frei". In: Montalva, Eduardo Frey. *La política y el espíritu*. Santiago: Ercilla, 1940.



também alguns escritos que partem de intercâmbios epistolares<sup>48</sup> e reflexões em seu diário íntimo.

É prudente compreender as reflexões de Gabriela Mistral em torno do feminismo e das problemáticas das mulheres como um processo de construção de um pensamento político feminista, por isso o conceito de sujeita epistêmica que formulamos no início deste trabalho, já que Mistral foi construindo diferentes opiniões ao longo de sua vida e em interação com o meio social que a cercava. Assim, vemos que os primeiros postulados de Mistral trazem questões que surgem da realidade da escritora: a educação das mulheres. Logo, refletem sobre os principais postulados do movimento feminista, no Chile e no mundo, sempre a partir de seu olhar de mulher latino-americana. As últimas observações feitas por Mistral em relação ao tema abordam o silenciamento da participação das mulheres na vida política. Assim, buscando compreender esse feminismo mistraliano como um processo dinâmico e de grande importância histórica, iremos trabalhar com vários de seus ensaios, cartas e publicações jornalísticas, pontuando os principais argumentos na construção deste pensamento político-feminista da escritora, além de

---

<sup>48</sup> Relativo ao gênero literário cuja forma é a carta (ex.: romance epistolar). "epistolares", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/epistolares> [consultado em 10-02-2022].



relacioná-los com alguns dos postulados atuais dos estudos de gênero em nosso continente.

Em 1925, Mistral enviou ao jornal *El Mercurio*<sup>49</sup> um artigo em que ensaiava algumas ideias e questionamentos em torno da organização das mulheres. Vale destacar que, nesse momento, Gabriela se encontrava fora de Chile havia três anos, porém acompanhava os desenvolvimentos e acontecimentos políticos do seu país natal desde seus inúmeros endereços em várias regiões da Europa e América<sup>50</sup>. Nesse texto, ela elogia a força das mulheres chilenas e a quantidade de organizações por elas fundadas, porém ela questiona: “[...] falta la columna vertebral, sin la cual no hay organismo” (MISTRAL, 1994, p. 66). Para Mistral, tal coluna vertebral é necessária para que as mulheres encontrem um espaço de representação que contemple tanto suas diferentes necessidades como também sua diversidade enquanto mulheres. Ela critica que: “No existe la gran sociedad que inspire la confianza suficiente para que obreras, empleadas, maestras, médicas, católicas, liberales, socialistas,

---

<sup>49</sup> El Mercurio é um jornal tradicional do Chile que começou suas atividades em 1900 e continua ainda nos dias de hoje.

<sup>50</sup> No ano de 1925, Gabriela Mistral passou alguns meses no Chile, porém não sabemos com exatidão o período. Apesar dessa falta de rigor, sabemos que outros textos referentes ao feminismo e às mulheres foram enviados da Europa, como pontuaremos a seguir.



comunistas, destaquen hacia ella representación, reciban sugerencias y presenten a su vez las suyas” (MISTRAL, 1994, p. 66). Podemos entender essa sugestão de Mistral como uma ideia de articulação no sentido de movimento social que consiga abraçar não apenas a causa liberal ou socialista, mas a causa de todas as mulheres. No mesmo texto, a escritora questiona o *Consejo Nacional de Mujeres*<sup>51</sup> por se tratar de uma organização burguesa que não contempla nem mulheres proletárias, nem camponesas, ambas em sua maioria indígenas (MISTRAL, 1994, p. 67).

Tal crítica se relaciona àquelas feitas na atualidade pelo feminismo comunitário e o feminismo decolonial<sup>52</sup>. O feminismo comunitário, pela voz de Julieta Paredes (2017), questiona o feminismo hegemônico por sua tendência a homogeneizar as reivindicações dentro de uma ideia

---

<sup>51</sup> O Consejo Nacional de Mujeres do Chile foi fundado por Amanda Labarca em 1919, reunindo mulheres principalmente de classe média com o objetivo de eliminar as diferenças de gênero no âmbito civil e social do país.

<sup>52</sup> O feminismo comunitário surge na Bolívia durante o processo de neoliberalização do Estado. Trata-se de um projeto político que busca visibilizar todas as mulheres. Como referencial teórico desta postura política, usamos Julieta Paredes, feminista comunitária aymara e boliviana. Por sua vez, o feminismo decolonial surge dos postulados teóricos das relações globais de poder, a partir do eixo colonialidade/modernidade. Usaremos a análise de María Lugones, filósofa argentina, que entende a categoria de gênero como uma invenção fictícia da colonialidade, que oprime de forma interseccional as mulheres racializadas. Ampliaremos esta perspectiva no corpo deste trabalho.



neoliberal do feminismo, isto é, um feminismo branco e burguês. Para Paredes (2017), o gênero precisa ser desneoliberalizado, ou seja, precisa ser entendido como uma ferramenta de denúncia da opressão de todas as mulheres e não apenas das mulheres burguesas: “Este instrumento tan valioso [o gênero] [...] fue despojado de su posibilidad revolucionaria, al punto que les sirvió a las mujeres de la clase media latinoamericana para imponer políticas públicas neoliberales” (PAREDES, 2017, pp. 4-5). Observamos que a preocupação de Paredes (2017) se relaciona com a de Mistral, pois o feminismo precisa abarcar não apenas as reivindicações das mulheres brancas e burguesas, mas também as reivindicações das operárias, das indígenas, das mulheres pobres.

María Lugones (2008) questiona também o feminismo hegemônico, já que entende que o termo ‘mulher’ “[...] selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterosexuales [...]” (LUGONES, 2008, p.82). Essa posição do feminismo hegemônico contribui para o silenciamento das violências múltiplas que atravessam as mulheres de cor. Para combater este silenciamento, Lugones (2008) propõe o conceito de interseccionalidade, ou seja, perceber gênero e raça relacionados indissociavelmente: “[...] la interseccionalidad nos muestra lo que se pierde [...]”



(LUGONES, 2008, p. 82). Essa abordagem de Maria Lugones permite entender a desconfiança de Gabriela Mistral para com o *Consejo Nacional de Mujeres* de Chile, já que este agrupava unicamente mulheres brancas e burguesas, silenciando as violências e reivindicações das mulheres indígenas, com quem se identificava Gabriela: “Mi indigenismo, por lo tanto, no compromete ni de cerca ni de lejos a Chile y arranca sus raíces fieles de mi porción de sangre indígena norteña” (MISTRAL, 2001, p. 155). Em outro ensaio, “Sobre la mujer chilena”, de 1946 e publicado na revista *Política y Espíritu*<sup>53</sup> em Santiago, Gabriela Mistral deixa bem claro que não é possível entender ‘a mulher’ como uma unidade, pois existem diversas mulheres, e uma dessas diferenças, reconhecidas pela autora, é a etnicorracial: “Hablar de un tipo femenino de cualquier país sudamericano es jugar a las malas con las generalizaciones. De una parte, existen las Españas peninsulares; de otra, las Américas criollas, y de otro lado, todavía las mestizas [...]” (MISTRAL, 1994, p. 63). É por estas mulheres que Gabriela se pronunciará em seus discursos, as mulheres de cor, seguindo o conceito de María Lugones (2008).

---

<sup>53</sup> A revista *Política y espíritu* surgiu em 1º de julho de 1945 como um órgão de difusão do pensamento humanista cristão da Falange Nacional (partido político de tendência social-cristã fundado em 1935).



A interseccionalidade<sup>54</sup> em Gabriela Mistral aparece com força em outro artigo muito conhecido, em que critica novamente a tendência hegemônica burguesa do feminismo que atua no Chile em princípios do século XX. Trata-se de *Feminismo. La opinión de Gabriela Mistral de 1927*<sup>55</sup> (MISTRAL, 1998, p.44), que foi duramente criticado pelas feministas chilenas. Nesse artigo, Mistral discorre acerca de uma nova organização dos ofícios, na qual as mulheres poderiam participar como força de trabalho em profissões aptas para elas, isto é, voltadas para o vínculo com as crianças. A argumentação proposta por Mistral para essa empreitada parte de duas críticas: em primeiro lugar, critica a tendência de se considerar homens e mulheres como iguais (equidade de gênero); em segundo lugar, critica a omissão de classe como indicador das explorações às quais as mulheres pobres estavam submetidas.

---

<sup>54</sup> Acreditamos que a interseccionalidade, além de vincular intrinsecamente as categorias de raça e gênero, também envolve categoria de classe. Este aspecto da interseccionalidade é trabalhado por Angela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe*, de 1981, traduzido para o português pela editora Boitempo, em 2016.

<sup>55</sup> Em 1927, Mistral encontrava-se na França ocupando o cargo de Secretária do Instituto de Cooperação Internacional da Sociedade das Nações, no qual realizava ações intelectuais em prol da infância e da difusão dos pensadores/as e escritor/es latino-americanos no velho continente a partir da tradução.



Deste modo, Mistral entende que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho era necessária, como expressou em um artigo anterior em que defendia sua instrução para: “Que pueda llegar a valerse por sí sola y deje de ser aquella creatura (sic) que agoniza y miseria (sic) si el padre, el esposo o el hijo no le amparan.” (MISTRAL, 1998, p. 13). Porém, essa incorporação no mundo laboral precisaria ser analisada em termos mais abrangentes pois, para as mulheres de recursos, as portas que se abririam no mercado laboral acabariam sendo muito melhores, em termos de condições de trabalho, que os postos destinados para aquelas mulheres que viviam na pobreza: “[...] frente a la abogada de niños está la carrilana [operária que limpava os trilhos do trem], frente a la profesora de Universidad, la obrera de explosivos y la infeliz vendedora ambulante de periódicos [...]” (MISTRAL, 1998, p. 45).

A partir da leitura dos trechos de opiniões de Mistral citados acima, fica evidente que a preocupação de Mistral está associada à exploração da classe trabalhadora, questão que as feministas da época não conseguiam enxergar. Essa posição se aprofunda quando Mistral questiona a ideia de equidade de gênero defendida pelas feministas da época pois, partindo da ideia de que homens e



mulheres são iguais, as feministas europeias<sup>56</sup> se negavam a aceitar alguns privilégios concedidos por lei em relação ao gênero, o que implicava a abolição de algumas leis que buscavam proteger as mulheres mais vulneráveis, ou seja, as operárias: “[...] comprende la supresión de la llamada «ley de la silla», la supresión de la licencia concedida a la obrera un mes antes y otro después del alumbramiento, etc.” (MISTRAL, 1998, p. 45). Neste sentido, Paredes (2017) considera que a equidade de gênero significa um esvaziamento da potência de mudança social da categoria de gênero: “[...] la equidad de género buscaba instituir el imaginario de creer que es posible que los valores de los roles asignados por el patriarcado a mujeres y hombres podrían alguna vez ser iguales.” (PAREDES, 2017, p. 5). Consideramos que Paredes e Mistral coincidem neste aspecto.

Outro assunto do qual se ocupou Mistral, em concordância com as reivindicações do feminismo das primeiras décadas do século XX, foi a questão salarial. Gabriela entendia que receber uma remuneração diferente

---

<sup>56</sup> O contacto de Gabriela com as ideias feministas europeias se deu pela sua atividade intelectual na Europa durante seus anos como secretária das Nações Unidas e, logo, como cônsul chilena. São muitas as referências que a escritora faz às ações feministas dos países europeus, por isso, recomendamos a leitura de uma antologia de ensaios de sua autoria sobre a situação das mulheres no mundo, compilada por Pedro Pablo Zegers em 1998 sob o título *Mistral: La tierra tiene la actitud de una mujer*, pela editora RIL.



pelo mesmo trabalho era uma injustiça, porém essa injustiça tornava-se ainda maior quando se tratava de mulheres camponesas, a grande maioria das trabalhadoras na América Latina. Assim, no Primeiro Congresso Interamericano de Mulheres<sup>57</sup> ocorrido na Guatemala, em 1947, Gabriela se dirige ante uma multidão de mulheres bem acomodadas e instruídas:

La mujer del campo y la montaña, que ha pasado delante de vuestra vista apenas pergeñada, apresuradamente dicha, es la más desvalida de nuestras hermanas. Tomemos con ella nuestro primer contacto y no soltemos el vínculo atado hoy entre ella y la 'Liga Internacional de Mujeres'. (MISTRAL, 1998, p. 105)

Contudo, o pensamento de Mistral foi contestado com duras críticas por parte das feministas, levando-a a reflexões que dividiu com seu amigo e escritor chileno, Juan de Orts Gonzalez, em uma carta que começava com um comentário sobre a falta de diálogo entre as mulheres e as lógicas patriarcais que atravessavam o movimento: “[...] entre las

---

<sup>57</sup> Organizado pela Unión Democrática de Mujeres de Guatemala (organização fundada em 1944 com o retorno à democracia depois da ditadura de Jorge Ubico) e convocado pela Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade (fundada na cidade da Haia, 1915) com o objetivo de abordar assuntos referentes à política internacional: armas nucleares, defesa da democracia, relações entre as Américas, imigração, refugiados e vítimas de guerra, direitos civis e políticos.



mujeres de nuestra raza, todavía no se aprende a discutir sin odio y sin injurias, y la lucha de ideas degenera en un personalismo feo, que será muy masculino, pero del que yo no he usado nunca." (MISTRAL, 1998, p. 52). Também nessa carta, comenta a falta de coerência em chamá-la de inimiga da mulher que trabalha, sendo que ela sempre trabalhou (a partir dos 14 anos) e que ainda trabalhava. Além disso, ela expressa que quando pensou em uma nova organização do trabalho baseado na divisão sexual, estava pedindo por um trabalho mais ameno para as menos favorecidas, posto que para as mais privilegiadas seria mais fácil encontrar um trabalho decente, porém, as mulheres operárias e camponesas não encontrariam outra oportunidade laboral senão a exploração (MISTRAL, 1998). Ainda nessa carta, Mistral conclui colocando que suas críticas ao feminismo buscavam uma construção de um movimento mais sólido, baseado no diálogo e no intercâmbio de opiniões. Acrescentando, o sentimento de felicidade ao ter suas críticas ouvidas pelo Estado chileno, quando o Ministério do Interior estabeleceu a exclusividade feminina nas vagas de emprego do correio: "[...] el Ministerio del Interior disponía que se reservasen absolutamente para las mujeres los empleos de correos y telégrafos, por ser ocupaciones suaves



*que convienen a la mujer.*” (MISTRAL, 1998, p. 54 – a marcação é do original).

Nas linhas acima, vimos que a posição de Gabriela Mistral em relação ao feminismo é crítica, mas a crítica dela tem origem em sua condição de mulher do terceiro mundo, trabalhadora e indígena<sup>58</sup>, isto é, origina-se a partir de sua experiência. Para Ochy Curiel (2014) são estas experiências que permitem pensarmos em uma descolonização do feminismo, ou seja, um feminismo que permita compreender os sujeitos sociais a partir de uma diversidade de experiências particulares, com formas de vida diversas.

Uma das questões e reivindicações centrais das feministas de princípios do século XX foi o sufrágio feminino<sup>59</sup>, o que logo seria considerado como a “primeira onda

---

<sup>58</sup> Mistral, a princípio, se autodefine como mulher mestiça, porém, no decorrer de sua carreira e em contato com os postulados indigenista, ela começa a se autoperceber como mulher descendente de indígenas: “Pertenezco al grupo de los malaventurados que nacieron sin edad patriarcal y sin edad media; soy de los que llevan entrañas, rostro y expresión conturbados e irregulares, a causa del injerto; me cuento entre los hijos de esa cosa torcida que se llama una experiencia racial, mejor dicho, una violencia racial” (MISTRAL, 1994, p. 120).

<sup>59</sup> O sufrágio foi uma das conquistas mais importantes das mulheres do século passado. As primeiras mulheres a lutarem por esse direito foram as europeias e norte-americanas, valendo-se de inúmeras estratégias, como a simulação de voto, as manifestações pacíficas e, em alguns casos, o uso da força física ou destruição de patrimônio para chamar a atenção da sociedade. As mulheres na América Latina, também tiveram essa preocupação, porém só se tornou central logo de conquistarem o direito à educação (MEDAIL, 2021, p. 128).



feminista". Sobre a possibilidade do voto feminino, Gabriela se coloca a favor deste direito, mas entende a necessidade de trabalhar não apenas no marco legal, mas também no campo cultural, no campo dos costumes e na educação (MISTRAL, 1998, p. 58). Em 1928, Mistral declara: "El derecho femenino al voto me ha parecido siempre cosa naturalísima." (MISTRAL, 1998, p. 59). Mas chama a atenção sobre a tendência dos partidos políticos de esquerda e de direita em se apropriarem das pautas feministas, sobretudo do sufrágio, para proveito de suas campanhas. Essa colocação de Mistral nos remete à crítica que faz Julieta Paredes (2017) sobre os mecanismos que a esquerda e a direita boliviana utilizaram para criar um imaginário de participação democrática que nunca foi efetivo, mas que serviu para implementar várias medidas liberais na Bolívia na década de 1990. Paredes menciona essa questão para entender o ponto de partida do feminismo comunitário. Consideramos que a colocação de Mistral vai no mesmo sentido, isto é, entender que muitas vezes as reivindicações das mulheres podem ser cooptadas em prol da aquisição de poder e aplicação de projetos políticos que não têm as mulheres como foco e acabam por prejudicar àquelas menos favorecidas pelo sistema: as mulheres racializadas e subalternizadas.



Anos mais tarde, já com o sufrágio feminino aprovado em muitos países latino-americanos e europeus, Mistral foi convidada a redigir o prólogo do livro *La política y el espíritu*, de Eduardo Frei Montalva (1940). Esta obra é um ensaio social sobre a história do Chile e que Mistral elogia com afinco, porém estabelece uma crítica concreta, talvez a mais proeminente de toda sua obra: o esquecimento de incorporar as mulheres na vida social chilena. Ela inicia seu texto comentando a falta de menção ao sufrágio feminino conquistado no Chile em meados do século XX<sup>60</sup>, e conclui que assim como muitos homens intelectuais e dirigentes:

Eduardo Frei, Ud. también nos olvidó, y este desliz en una mente tan escrupulosa como la suya, le declara a su amiga mejor que cualquier otro dato, la inefable despreocupación de nosotras que hay en las cabezas capitanas no sólo de Chile... sino del planeta. (MONTALVA, 1940, p. 18)

A denúncia de Gabriela Mistral neste prólogo é compartilhada por várias feministas (incluindo esta quem escreve): há um apagamento da história das mulheres na história oficial. Gabriela teve a coragem de se posicionar

---

<sup>60</sup> A história do sufrágio feminino no Chile, assim como na maioria dos países latino-americanos, começa nas primeiras décadas do século XX. A primeira conquista foi municipal, estabelecendo-se o sufrágio feminino em Santiago no ano 1934, as mulheres do interior tiveram que esperar quinze anos para exercer sua cidadania (1949). Para uma história detalhada do sufrágio feminino no Chile recomendamos ler LAVRIN, Asunción. *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)*. Santiago: LOM Ediciones, 2005.



frente a essa e outras injustiças, ocupando seu poderoso lugar de intelectual (lugar pelo qual lutou durante toda sua vida), para denunciar os silenciamentos das mulheres em todos os âmbitos e exigir a incorporação destas à vida pública das nações do mundo.

### **Conclusões**

Parte deste trabalho teve como objetivo visibilizar as abordagens de Gabriela Mistral como pensadora latino-americana, mulher que pensou a realidade que a circundava a partir de suas múltiplas condições de opressão. Condições que a levaram a focar-se nas problemáticas dos subalternizados – indígenas, camponeses, operários e “su mujerío”<sup>61</sup>.

Nas páginas anteriores, tentamos expor os principais pensamentos de Gabriela Mistral em torno das mulheres e do feminismo: a educação das mulheres, a múltipla opressão das mulheres pobres, camponesas e indígenas, uma organização de mulheres que contemplasse sua diversidade, o sufrágio feminino, as mulheres no mercado de trabalho e a importância das mulheres na história oficial. Sua posição foi

---

<sup>61</sup> Mistral cria o conceito de “mujerío” para referir-se à multiplicidade de mulheres sobre as quais ela escreve: a operária, a indígena, a mestiça, a camponesa, todas essas filhas de sua terra continental Latino-América.



crítica, pois acreditava na construção de um movimento com base no diálogo entre as diferentes posturas e com as mais diversas mulheres. Ela lutou incansavelmente pela incorporação das mulheres operárias nas pautas do feminismo liberal; entendia que a industrialização avançava rapidamente e que as mudanças sociais deveriam acompanhar esse avanço, mas sempre buscando amenizar a exploração dos menos favorecidos pelo capitalismo. Também se preocupou com a massa de mulheres camponesas que habitavam os meios rurais do continente e pedia às mulheres burguesas que lutavam pelo feminismo que incorporassem e que entendessem a situação das camponesas.

Podemos concluir que há algumas questões centrais que nortearam a produção em prosa de Gabriela Mistral sobre as mulheres: o trabalho (a exploração e as condições salariais), as mulheres em sua interseccionalidade (raça e classe), o sufrágio e os direitos políticos. Sugerimos que as críticas pontuadas e resumidas nas questões acima podem ser a causa pela qual Gabriela Mistral muitas vezes escolheu não ser considerada feminista: “—¿Es ud. feminista? Casi me parece más honrado contestar un *no* escueto: me falta tempo para entregar una larga declaración de principios” (MISTRAL, 1998, p. 45). Isso porque os interesses do feminismo



no momento (os primeiros cinquenta anos do século XX) não eram compartilhados pela autora, talvez por serem demasiado europeus, burgueses e brancos, além de distantes das realidades do 'mujerío' na América Latina.

Nas primeiras linhas vimos que, o pensamento de Mistral encontra-se interligado ao de pensadores de renome da primeira metade do século XX, que ela se preocupou com a situação do indígena latino-americano e entende que sua preocupação teve repercussão em todo continente, sobretudo para “[...] que los países blancos del Sur no desdeñen la ancha base aborigen que ellos tienen” (MISTRAL, 2002, p. 155). Mas não apenas preocupou-se, também se ocupou da questão indígena por meio de sua dedicação à docência, tanto em território chileno como mexicano. Após essa experiência no governo de Obregón, Mistral se radicou na Europa: ali trabalhou como cônsul chilena recebendo uma modesta pensão do governo do Chile, a qual complementava escrevendo artigos para jornais de várias regiões da América. Na Europa e nos Estado Unidos, teve que enfrentar algumas situações violentas por ser uma mulher indígena e latino-americana; assim, relata em seu diário íntimo o enfrentamento dela com o professor Federico de



Onís<sup>62</sup>, responsável pela publicação de seu primeiro livro de versos em Nova York. De Onís, segundo Gabriela, ficou incomodado com a atitude indigenista dela: “Pero no callo el choque, la colisión que tuvimos cuando yo comencé a dar mis clases. No se esperaba que yo ni nadie fuera a defender lo indefendible: la indiada” (MISTRAL, 2002, p. 136). Consciente e firme em seu posicionamento político, já quando morava em Petrópolis<sup>63</sup>, Mistral refletia sobre o divórcio entre os países hispano-americanos e o Brasil por conta da língua; ela entendia que a integração era um caminho necessário para pensar soluções próprias para os problemas comuns de todo o continente, e via nos intelectuais a responsabilidade por essa integração. Responsabilidade que levou a sério durante toda sua carreira, comprometida com os oprimidos, com a justiça social, combatendo todo poder autoritário: “[...] yo soy socialista, no internacionalista, es decir, con herejía o cisma en el sentido

---

<sup>62</sup> Federico de Onís foi um professor, filólogo, crítico literário e escritor espanhol radicado nos Estados Unidos, onde presidiu o Hispanic Institute da Universidade de Columbia, através do qual financiou o primeiro livro de Mistral.

<sup>63</sup> A escritora chegou ao Brasil para exercer sua função como Cônsul do Chile, logo de solicitar sua transferência para escapar da Guerra Civil Espanhola. Aqui, radicou-se em Petrópolis, onde desde 1941 até 1946, partindo logo para Estados Unidos onde falecerá em 1957. Nessa cidade, Mistral vivenciou momentos marcantes de sua vida pessoal, o falecimento de seu sobrinho Yin Yin – criado como um filho por ela – e o recebimento do Prêmio Nobel em 1945.



de desear que nuestro socialismo futuro sea americanista criollo. [...] No puedo ser fascista y menos puedo ayudar a ciertas personas en una propaganda sorda o abierta de esta índole” (MISTRAL, 2002, pp. 149-150).

### REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G. “Hablar en lenguas. Una carta a escritoras tercermundistas”. *In*: Borja, Edith Caballero; Guzmán, Alejandra de Santiago; Ortuño, Gabriela González. (ed.). **Mujeres intelectuales: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 277-285.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008. Tradução de Inês Martins Ferreira. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>. Acesso em: 3 jun. 2020.

HOBBSBAUWM, Eric. **Historia del siglo XX**. Barcelona: Crítica, 1998.

LAVRIN, Asunción. **Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)**. Santiago: LOM Ediciones, 2005



LUGONES, M. "Colonialidad y Género". In: Correal, Diana. M. G.; Miñoso, Yuderkys. E.; Muñoz, Karina O. (ed.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayan (Colombia): Universidad del Cauca, 2014. p. 57-74.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARTÍ, José. "Nuestra América". In: **La Revista Ilustrada de Nueva York**, Estados Unidos, 10 jan. 1891. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal27/14Marti.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MEDAIL, Nadia Ayelén. **As Musas de América: modernidade, feminismos e mulheres escritoras na Argentina, Chile e Uruguai**. 2021. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.84.2021.tde-10122021-180304. Acesso em: 2022-02-12.

MISTRAL, Gabriela. **Bendita mi lengua sea**. Chile: Planeta, 2002.

MISTRAL, Gabriela. **Escritos políticos**. Chile: Tierra Firme, 1994.

MISTRAL, Gabriela. **Gabriela Mistral. Caminando se siembra**. Santiago: Lumen, 2013.

MISTRAL, Gabriela. **La tierra tiene la actitud de una mujer**. Chile: RIL, 1998.



MISTRAL, Gabriela. **Recado para Eduardo Frei**. Santiago: Ercilla, 1940.

PAREDES, J. "Hilando fino desde el Feminismo comunitario". *In*: Borja, Edith Caballero; Guzmán, Alejandra de Santiago; Ortuño, Gabriela González. (ed.). **Mujeres intelectuales: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p.111-139

PICHARDO, O. C. "Hacia la construcción de un feminismo descolonizado". *In*: Correal, Diana M. G.; Miñoso, Yuderkys E.; Muñoz, Karina O. (ed.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayan (Colômbia): Universidad del Cauca, 2014. p. 325-334.

RESTREPO, Eduardo. "Sobre os Estudos Culturais na América Latina". *In*: **Educação**, v. 38, n. 1, jan.-abr. 2015, p. 21-31. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.1.20325>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RODO, José Enrique. **Ariel**. Buenos Aires: Cultura del Pueblo, 1947.



## **CAPÍTULO 6**

### **TIAS OU PROFESSORAS? UMA CARTA SOBRE RAÇA, GÊNERO E DOCÊNCIA**

Sheila Perina de Souza <sup>64</sup>

14 de outubro de 2020, São Paulo.

Caras professoras negras/pobres do meu Brasil, escrevo esta carta para compartilhar algumas reflexões que têm caminhado comigo desde meu ingresso no curso de pedagogia, há 8 anos. Na ocasião, eu era uma jovem de 18 anos, fruto da escola pública, moradora da região metropolitana de São Paulo que havia acabado de passar no vestibular no curso de pedagogia na Universidade de São Paulo (USP), uma das melhores e mais elitistas universidades da América do Sul.

A recente leitura do livro do Paulo Freire “Professora Sim, Tia não”, no Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e

---

<sup>64</sup> Mestre e doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da USP na área de Educação, Linguagem e Psicologia.. É bolsista CAPES. E-mail- [sheilaperina@hotmail.com](mailto:sheilaperina@hotmail.com) )



Psicanálise, lançou luz para as inquietações, angústias e dilemas vividos desde então por uma pedagoga negra. Em seu livro, Paulo Freire (1997), por meio de cartas, apresenta reflexões sobre as implicações relativas à problemática ideológica que reduz a professora à condição de tia. Recomendo a você fortemente a leitura desse livro.

Nas escolas brasileiras, mais especificamente em São Paulo, é bastante utilizado o uso do substantivo tia para a nomeação das professoras de crianças pequenas, e por vezes dos anos iniciais. Uma prática comum entre as famílias, incentivadas inclusive pelas das próprias profissionais do ensino. É algo corriqueiro, que não leva ao espanto e raramente é tratado como um incômodo, salvo exceções, tem feito parte da cultura chamar a professora de tia.

Também inspirada por Freire (1997) escrevo esta carta, para convidá-las a embarcar em uma reflexão sobre essa problemática a partir da minha trajetória, que se assemelha a de tantas outras pedagogas brasileiras. Inspiro-me na escritora e professora universitária Conceição Evaristo (2014), que desenvolve o conceito de “escrevivência”, compreendido como o ato de contar histórias particulares que remetem a outras experiências coletivizadas. A professora Conceição nos alerta sobre os objetivos da



escrevivência, ela diz que “a nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa grande, e sim para incomodá-los em sEUs sonhos injustos”. (EVARISTO, 2014, s/p). A minha escrevivência, por meio dessa carta, pretende dialogar com aquelas que sonharam em se tornar professoras, mas hoje são nomeadas como tia.

A escrevivência que desenvolvo nessa carta se dá a partir do lugar que enuncio, o de uma mulher negra, de pele escura e brasileira. Lélia Gonzalez (s/d) considera que o lugar em que nos situamos determina a nossa interpretação sobre o duplo fenômeno vivido pela mulher negra, o racismo e o sexismo. “Para nós o racismo se constitui como sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, sd, p.224). Esses efeitos se fazem sentir nas mulheres negras de diferentes classes, níveis diversos de escolarização e sobretudo nas diferentes profissões. Nesta carta, trataremos de alguns desses efeitos vivenciados pelos professores de crianças pequenas.

Lembro-me que quando iniciei o curso de pedagogia sempre me questionavam, com um tom quase impositivo, diziam “Você está fazendo pedagogia porque gosta de



crianças?” Não que eu não goste, gosto, mas se fosse só por esse motivo, poderia escolher tantas outras profissões. Como pedagogas, sabemos que a pedagogia é a ciência que se dedica à educação, e, portanto, se faz presente nos processos de ensino e aprendizagem ao longo de toda a vida do sujeito, logo, se faço opção por estudar educação, não é somente por apreço às crianças. Penso que o discurso que associa a escolha da pedagogia somente ao apreço às crianças está atrelado a uma imagem socialmente construída com um propósito específico: diminuir as implicações políticas inerentes a nossa profissão.

A pedagoga negra Mighian Danae Nunes (2012), que hoje é professora da Universidade da Integração da Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), em seu mestrado, dissertou sobre as professoras negras na educação infantil com o trabalho *Histórias do Ébano: Professoras Negras na cidade de São Paulo*. Mighian. Nunes (2012), em sua pesquisa de mestrado, questionou 172 professoras negras de educação infantil sobre como elas se tornaram professoras. Fiz uma releitura dos dados desta pesquisadora, e observei que somente 19 delas atribuíram a escolha da profissão ao gosto pelas crianças. As outras atribuíram a escolha devido à importância do trabalho com as crianças ou com a educação, citaram a identificação pessoal com a profissão,



apontaram para a educação como sacerdócio e para as poucas oportunidades em outras áreas.

Parece-me que associar a imagem da pedagoga ao gosto exclusivo pelas crianças é muito mais uma imagem imposta do que uma imagem construída por meio do discurso proferido pelas profissionais. Constrói-se a imagem de que a pedagoga escolhe sua profissão por gostar de crianças, para em seguida torná-las “tias” na escola, negando as implicações políticas de sua escolha profissional.

As relações e questionamentos que versam sobre pedagogia, criança e a imagem de tia dada às professoras, estiveram presentes desde os primeiros semestres da graduação, nas escolas que atuei e nas conversas do dia a dia. Ainda no início do curso quando comecei a ouvir falar do livro *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*, antes mesmo da leitura já havia aderido à ideia de Paulo Freire, pois me identifiquei com a negação do lugar de tia dado à professora no título da obra. Nesse sentido, mesmo sem debater amplamente a ideia de parentesco associada à professora, no meu íntimo, não aceitava que meus colegas do ensino médio, que cursavam Direito, Psicologia, Medicina e Veterinária, seriam, ao final de suas graduações, chamados de doutores, e, eu, de tia.



Inspirada na escrevivência de Conceição Evaristo (2014), quero compartilhar com vocês a trajetória de escolarização da minha família. Não foi fácil chegarmos hoje ao ensino superior, somos a primeira geração de mulheres a entrar na universidade. Das cinco netas da Dona Perina, minha avó paterna, todas somos professoras. A escolarização para nossa família sempre foi preconizada com uma ferramenta importante, a minha avó Perina, não sabia ler, mas ensinou a leitura da palavra e a leitura do mundo aos seus filhos, como diria Paulo Freire. Todo dia, após a escola minha avó pedia aos filhos para explicarem o conteúdo aprendido.

Minha avó Perina nasceu em Carandaí, Minas Gerais, casou-se e veio morar em São Paulo, aqui ela sofreu humilhações e jurou: “na minha família há de ter professores e doutores”. Para minha avó, que nasceu na década de 30, a profissão de professora tinha muito valor. E penso que a desagradaria muito saber que suas netas, que se tornaram professoras, depois de tanto esforço seu e de seus antepassados, hoje são reduzidas a tia.

Se pensarmos nesse contexto histórico em que minha avó nasceu, veremos que a educação escolar para a população negra era algo muito raro, e foi assim desde o



período da colonização no Brasil. A população negra permaneceu à margem do ensino/catequização ao longo do período colonial e imperial. No curso de pedagogia, estudamos em história da educação que instrução nesse período era direcionada aos indígenas, órfãos vindos de Portugal e aos filhos de portugueses.

A pedagoga e professora da Universidade Federal do Maranhão, Mariléia dos Santos Cruz (2005), explica que o Estado brasileiro impediu o acesso dos negros à instrução pública durante o império em nível legislativo, proibindo a pessoa escravizada, e em alguns casos até o negro liberto, de frequentar a escola pública. De acordo com Nilma Lino Gomes (2009) a presença dos negros na escola era motivo de incômodo para população branca, e era dificultada pelos mecanismos mais diversos, desde impedimentos nas matrículas até empecilhos nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

Apesar da inibição do Estado, nos últimos anos do Império e nos primeiros anos da República, a população negra se apropriou do saber escolar por meio de outras alternativas. Os negros criaram escolas, aproximavam-se de pessoas escolarizadas e conseguiam estudar, ou ainda, em caráter de exceção, conseguiam acessar a escola pública,



asilos para órfãos ou escolas particulares (GOMES, 2009). Esse cenário de exclusão massiva na população negra, só começa a mudar, com maior inclusão dos negros e pobres, a partir da década de 1970, com a democratização do ensino.

Os efeitos desta política educacional que impedia o acesso dos negros à educação foram vivenciados pelos meus avós maternos e paternos, e esse fenômeno parece ter atingido as mulheres de maneira mais incisiva. Tanto a minha avó materna, Lurdes, como minha avó Perina, não tiveram acesso a escola. Para os meus avôs, Manuel e Joaquim, a aprendizagem da leitura e da escrita, se deu já na idade adulta, quando ambos se mudaram para São Paulo entre a década de 1960 e 70.

Acessar o espaço escolar na vida de uma pessoa negra no Brasil, a despeito das baixas possibilidades de ascensão social, tem se configurado como um caminho para uma vida melhor. Ao mesmo tempo que acessar o ensino formal pode oportunizar uma melhor qualidade de vida futura, frequentar a sala de aula tem sido uma experiência cruel permeada por discriminações e violências, visto que escola brasileira fere, perturba e desumaniza o alunado negro. A começar pelo currículo, que desde a colonização está assentado sob o pilar eurocêntrico. A professora Eliane Cavalleiro (1999), em seu



texto “O processo de socialização na educação infantil: a construção do silêncio e da submissão”, afirma que as experiências de humilhação vividas pelas crianças negras na escola contribuem para condicionar os negros à submissão e ao fracasso (CAVALLEIRO, 1999).

Os meus familiares, e os de muitas professoras, enfrentaram diversas dificuldades e sacrificaram confortos materiais para nos mandar para a escola. É interessante notar, que apesar de todo racismo escolar vivido na infância, por nós, professoras negras, sobrevivemos ao ensino formal e retornamos como professoras. Caras professoras, acredito que muitas de vocês carregam em suas memórias, os cruéis episódios de racismo na infância vivenciado na escola.

Após gerações e gerações de pessoas negras fora do ensino formal, na minha família, finalmente, nessa geração nós mulheres, formamo-nos em nível superior. E parece-me um grande desaforo, que, depois de tanto esforço para entrar na universidade, quando entramos não reconhecem a nossa formação, o nosso diploma e querem nos chamar de tia!

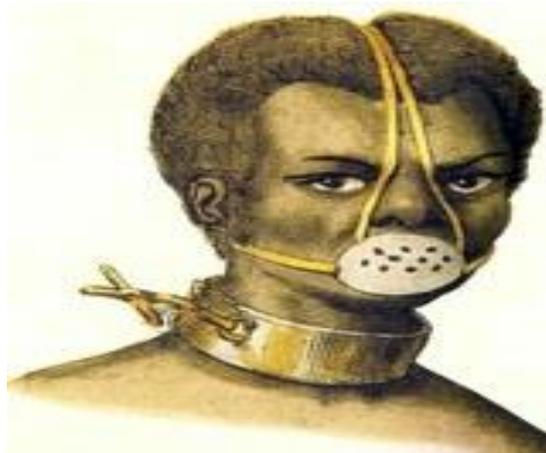
Nós, somos netas de Dona Perina, Dona Lurdes, das Dona (s) Maria (s); somos fruto de várias gerações de mulheres que trabalharam duramente como donas de casa,



costureiras, cozinheiras, babás, lavadeiras, vendedoras ambulantes, empregadas domésticas, escravizadas na lavoura, nos engenhos de cana de açúcar, ou como amas de leite. Somos nós, também, que hoje somos reduzidas a tias. Mas não seremos, não nos calaremos, pois somos descendentes das Anastácias, resistiremos!



**Figura 1: Anastácia**



Vale depois, saber mais sobre a história de Anastácia<sup>65</sup>, considerada no Brasil uma entidade nas religiões de matrizes africanas e uma heroína pelo movimento negro, uma das mais importantes mulheres da história do Brasil. De acordo com a tradição oral, Anastácia era uma mulher escravizada que não cedeu aos apelos sexuais do senhor de escravizados e, por isso, foi estuprada e amordaçada. Foi obrigada a usar uma máscara de ferro durante toda a sua vida, suportou essa e outras violências, mas nunca sucumbiu. Sua resistência inspirou outras pessoas escravizadas a resistirem.

---

<sup>65</sup> Para saber mais da história de Anastácia consultar <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>



Convido vocês a voltarem a refletir comigo sobre a pedagogia, tenho observado, caras colegas de profissão, que a imagem de tia não é associada aos professores de todos os níveis ou áreas do ensino. A redução da professora à tia é direcionada às professoras formadas em Pedagogia, antigamente formadas tecnicamente no curso de magistério<sup>66</sup>. Vocês sabem o perfil das alunas desse curso, não é!? Basta olhar para uma sala de aula para constatar que é formada por uma esmagadora maioria de mulheres que, geralmente, são oriundas de classes populares.

Convido vocês a fazerem leitura do texto *O Vermelho e o Negro: Raça e Gênero na Universidade Brasileira* de Beltrão, Kaizô Iwakami Beltrão e Moema De Poli Teixeira (2004). Nessa pesquisa, as autoras apontam que Pedagogia é um dos cursos mais acessados pelas mulheres negras nas instituições públicas do país.

De acordo com a professora da Universidade Federal da Bahia, Edilza Sotero (2005), a distribuição desigual de mulheres e homens, brancos e negros nas carreiras não é uma questão específica dos dias atuais. A pesquisadora explica que essa

---

<sup>66</sup> Magistério era o nome de um curso profissionalizante, realizado conjuntamente com o ensino médio, para a formação de professores. A partir de 1996, o governo federal buscou melhorar a qualidade do ensino nas instituições do país e começou a exigir a graduação para lecionar no ensino básico.



distribuição é determinada socialmente, isto porque a estratificação das carreiras no ensino superior não está pautada por uma escolha individual, e sim estrutural. Ou seja, as matrículas de mulheres negras e pobres e em Pedagogia, um curso com baixa remuneração financeira e prestígio social, quando comparado aos outros cursos de nível superior no Brasil ocorrem seguindo uma lógica que pretende manter a ordem social. Rememoremos a pesquisa feita por Nunes (2012) que apontou que há um grupo de professoras mulheres negras que escolhem a pedagogia pela ausência de oportunidades em outras áreas.

O Dossiê mulheres Negras divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPE) em 2013, afirmou que:

Num cenário em que são evidentes as tendências de universalização do ensino básico e as políticas de acesso ao ensino superior com critérios raciais, verifica-se, simultaneamente, avanço para negros e mulheres, mas também a persistência de expressivas desigualdades categoriais, principalmente, nos níveis mais elevados. De fato, tais desenvolvimentos nas políticas educacionais resultaram em incrementos na realização educacional das mulheres negras, mas não o suficiente para eliminar as desigualdades neste campo. De maneira que, a despeito do crescimento nas oportunidades educacionais, persistem as desigualdades entre as categorias raciais e de gênero no Brasil, o que, por fim, resulta em desvantagens no posicionamento das mulheres negras na estratificação social. Em suma, no período recortado, observa-se um aumento da taxa de escolarização para todos os grupos, em todos os



níveis educacionais. Tais avanços certamente impactarão na configuração dos cenários vindouros referentes ao perfil da mão de obra brasileira e das desigualdades entre as categorias sociais que os compõem. Entretanto, atualmente, estes avanços não levaram a uma equalização, mantendo-se as distâncias entre os grupos raciais e de gênero, principalmente nos níveis mais altos de ensino (BRASIL, 2013, p.61)

Apesar dos avanços decorrentes da universalização do ensino básico e das políticas de ações afirmativas, as mulheres negras graduadas no ensino superior estão em grande parte nas carreiras menos prestigiadas socialmente, entre elas o curso de pedagogia. E é válido salientar que entre as graduadas em pedagogia há uma hierarquia no que diz respeito ao prestígio. As professoras da educação infantil são as menos prestigiadas socialmente, inclusive ganham salários inferiores ao de suas colegas do ensino fundamental e médio. Nunes (2012) constatou que a maioria das professoras negras em exercício na cidade de São Paulo estão na educação infantil.

Waldete Tristão Farias de Oliveira (2009) em sua pesquisa intitulada *Trajetórias de mulheres negras na educação de crianças pequenas no distrito do Jaraguá, em São Paulo: processos diferenciados de formação e de introdução no mercado de trabalho*, constatou que a educação infantil, de modo específico a creche, se transformou um mercado de



trabalho possível para as mulheres negras e pobres. A pesquisadora demonstrou que para as professoras participantes da pesquisa o trabalho nessa etapa do ensino não disponibiliza um prestígio próximo ao que têm os professores das outras etapas.

É justamente na educação infantil, etapa que pior remunera as docentes e de menor reconhecimento social, que tem se convencionado, em maior escala, chamar as professoras de tia. Diante desse cenário, observamos que esse discurso que pretende deslocar a profissional professora para o lugar de tia, contribui também para que se atribua menos valor às professoras dessa fase da educação.

No entanto, nega-se que essa nomeação tenha como intuito a desvalorização, e os argumento, minhas caras colegas, são os mais variados. Dizem que é melhor chamar de tia para que haja uma proximidade familiar entre as profissionais e as crianças, ou ainda se argumenta que as crianças teriam dificuldade em chamar as professoras pelo nome ou de professoras. E por fim, o argumento clássico, que se chama de tia para a construção de uma aproximação mais afetuosa.

Olha, o meu pai sempre diz que de boas intenções o inferno está cheio. O fato é que impor à professora a



nomenclatura de tia tem implicações políticas e omissões identitárias. Freire (1997) no livro, Professora Sim, Tia não, que perpassa pelos meus questionamentos, expõe que a tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma “inocente” armadilha ideológica, na qual se tenta dar ilusão de adocicar a vida da professora. Para o autor, tenta-se amaciar a capacidade de luta no exercício de tarefas fundamentais, como, por exemplo, o de desafiar seus alunos desde a mais tenra idade através de jogos, de histórias de leituras que auxiliam na compreensão da necessidade da coerência entre discurso e prática. Para Freire (1967), reduzir a professora a tia é uma tentativa de neutralizar o discurso que nega a existência das classes sociais, dos seus conflitos e um meio de promover práticas em favor exatamente dos poderosos.

A imagem de tia imposta à professora é direcionada às profissionais que atuam na educação infantil, justamente onde lecionam a maioria das professoras negras, precisamente na área pedagógica mais precarizada e desprestigiada. Nesses espaços, muitas vezes o discurso público pretende retirar a dimensão do educar que existe no cuidar, relegando às professoras da educação infantil ao espaço de cuidadoras. A dimensão do cuidar, me faz pensar em nossa história escravocrata, onde o cuidar é marcado



pela figura da mulher negra, principalmente pela figura maternal da mãe preta/ ama de leite.

Revisitemos as reflexões de Gonzalez (1984) que discute as imagens das mulheres negras que circulam na sociedade brasileira, destaquemos a figura da mãe preta. No discurso tem sua imagem relacionada a mulher de bom coração, àquela que é exemplo de amor e dedicação e que durante a escravização ocupou o lugar maternal; que deixou de dar aos seus filhos para dar aos filhos dos senhores do engenho, que é especializada no cuidado do outro.

Nunes (2012), em suas reflexões sobre a figura da professora de educação infantil, focaliza as imagens da “ama-de-leite” e a “mãe preta”

construídos a partir de uma lógica escravizante e dominadora, a “ama-de-leite” e a “mãe preta” são constituições que enxergam as mulheres negras apenas através de seus corpos: é através dele que, a mãe preta, acolhe a todos/as que não são seus/suas filhos/as, sem distinção. É através do corpo também que, a ama-de-leite, sacia a fome de outras crianças a quem não gerou, cuidando, fortalecendo (NUNES,2012, p.196)

A pesquisadora considera que essas duas visões sobre o feminino negro, imprimem à mulher negra alguns moldes de atuação nas sociedades que ajudam a definir o que elas podem ou não fazer, além do modo como elas se relacionam com as pessoas que as cercam. Para a



pesquisadora tais visões relacionadas ao cuidar também são projetadas nas mulheres negras professoras de Educação Infantil.

Sabemos que as professoras da educação infantil, estão em um lugar crucial da vida do sujeito. Os anos iniciais da vida de uma criança é considerado o período grande possibilidades para a formação de competências humanas, e tem forte influência no seu desenvolvimento futuro e, em muitos aspectos, é determinante em relação à vida adulta. Dada a importância dessa fase, considero que é estratégico que se busque a homogeneização identitária das professoras, reduzindo-as a tias. Nesse processo de homogeneização identitária das professoras tenta-se amaciar a capacidade de expressão e sensibilização que essas professoras podem ter diante das questões de raça, de gênero e classe.

Trago novamente o texto da professora Cavalleiro (1999) sobre o processo de socialização na educação infantil. Nele, a pesquisadora aponta a necessidade de se compreender a dinâmica das relações multiétnicas no âmbito da educação infantil como um recurso de avanço no combate ao racismo brasileiro e às desigualdades. Para ela, o entendimento desta questão é fundamental para se arquitetar um projeto novo



de educação igualitário que possibilite a inserção social e os desenvolvimentos igualitários dos sujeitos.

A pesquisadora enfatiza que recebimento de uma educação igualitária desde os primeiros anos escolar, é um dever de todas as sociedades, pois as crianças pequenas são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelos mediadores tornando-se vítimas indefesas dos preconceitos e estereótipos difundidos no cotidiano. Em seu texto, ela combate a idealização da educação infantil como um espaço neutro, livre de preconceitos.

É urgente que assumamos que as opressões de raça, gênero e classe que estruturam as desigualdades em nosso país também se manifestam na escola desde a mais tenra idade, estão presentes nas relações entre as crianças e adultos, nos materiais disponibilizados a e nas práticas pedagógicas. Rememoremos as escolas infantis que já frequentamos, nessas escolas temos a mesma quantidade de bonecas brancas e negras? Os filmes selecionados têm personagem negros? Nas paredes as crianças negras são representadas em paridade em relação as brancas? Qual é a cor das crianças que são consideradas as mais bonitas e fofas e, portanto, as mais paparicas?



Precisamos refletir que a interação entre crianças e professoras é pessoal e política, e, por isso, profundamente marcada pelas experiências sócio-históricas dos sujeitos envolvidos nas interações. Cavalleiro (2005) pontua que o silêncio das professoras sobre a diversidade étnica facilita o desenvolvimento do preconceito e discriminação no espaço escolar.

A pesquisadora americana, Glória Ladson-Billings (2002) citada por Nunes (2012), que se dedicou a desenvolver uma pesquisa sobre a educação nos anos iniciais, pontuou algo que quero chamar a atenção nesse debate. Para ela, as diferenças de gênero, origem e sobretudo raça, alteram significativamente o modo como as professoras brancas ou negras relacionam-se com alunos e com a comunidade, e como se constituem como professoras.

Outra leitura que podemos partilhar e talvez conversar depois, é a da intelectual estadunidense, Bell Hooks (1994), em seu livro *Ensinando a Transgredir* (1994). Ela diz que percebeu, em seus vinte anos de docência, que os professores, qualquer que seja sua tendência política, apresentam sinais de perturbação quando os alunos querem ser vistos como seres humanos integrais, com vidas e experiências complexas. Observo que este incômodo,



relatado por Hooks (1994), pode se dar como consequência do histórico de escolarização que não pretende ver nem alunos e nem professores a partir de suas marcas e identidades sócio-históricas, algo observável também no Brasil.

Parece-me muito característico da educação brasileira, e da educação de países que vivenciaram experiências coloniais, a dificuldade proposital em ver o professor em sua integralidade e identidade. Nessa relação, cito Freire (1967), em seu livro, *Educação como prática de liberdade*, no qual pontua que não é possível compreender a sociedade brasileira com seus avanços e recuos, sem uma visão de ontem, sem a apreensão em suas raízes.

O autor explica que no Brasil a inexperiência democrática é uma das mais fortes marcas do passado e está sempre disposta a florescer, referindo-se ao período colonial. O intelectual brasileiro diz que o Brasil nasceu dentro de condições negativas para as experiências democráticas, e cresceu sem diálogo. Não houve a criação de condições necessárias ao desenvolvimento de uma mentalidade permeável, flexível, característica do clima cultural democrático.



As nossas escolas espelham em muitos aspectos essas condições negativas de experiências democráticas em que o Brasil foi construído. Observamos isso quando a escola nega no currículo as contribuições dos diferentes povos que formaram a sociedade brasileira, quando propõe um currículo homogêneo que desconsidera as particularidades e falares regionais e principalmente quando não vê seus alunos e professores em sua integralidade, em suas necessidades físicas, afetivas, psicológicas, cognitivas, étnicas-raciais e sócio-históricas.

Retomo a minha história pessoal, e de tantas outras mulheres negras, para marcar que a nossa entrada no sistema de ensino superior é trabalho de nossos antepassados e do movimento negro que tem lutado por políticas de reparação histórica. E é justamente neste momento da história, em que nós ocupamos o espaço de professoras, um lugar estratégico socialmente para a transformação da sociedade, a imagem de tia é atrelada às professoras, cumprindo a função de inibir nossas identidades, reduzir a importância de nossa profissão e de despolitizar a docência.

É fundamental que reafirmemos, não somos tias; somos professoras. Freire (1997) diz “ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu



cumprimento, enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco” (FREIRE, 1997, p.9-10). Para ele para ser professora é necessário ter ousadia de quem quer se fazer para ser professora, é necessário ter disposição pela briga justa.

Percebem que ao nos derem o lugar de tia e não de professora, busca-se limitar a atuação política de professoras em direção à transformação social?

Não quero que tenhamos a ilusão de que sozinhas vamos transformar o Brasil, de modo a despejar toda responsabilidade de mudança nas mãos das professoras. No entanto, sem nós tão pouco o Brasil se transformará. É como diz Ângela Davis **“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”**.

Para o Estado brasileiro fundado em práticas antidemocráticas, é perigoso que se tenham professoras em vez de tias. Pois enquanto as professoras têm a obrigação política de educar as crianças para igualdade racial e de gênero, apresentar as contribuições dos diferentes povos na sociedade brasileiras, as tias podem até ensinar tudo isso, mas não têm esse compromisso político inerente à profissão docente, este é um fator fundamental que Freire (1967) reitera em seu livro.



Finalizo nossa conversa com as palavras Freire (1967)

Recusar a identificação da figura do professor com a da tia não significa, de modo algum, diminuir ou menosprezar a figura da tia, da mesma forma como aceitar a identificação não traduz nenhuma valorização à lei. Significa, pelo contrário, retirar algo fundamental à professor: sua responsabilidade profissional de que faz parte a exigência política por sua formação permanente. A recusa, a meu ver, se deve sobretudo a duas razões principais. De um lado, evitar uma compreensão distorcida da tarefa profissional da professora, de outro, de ocultar a sombra ideológica repousando manhosamente na intimidade da falsa identificação. (FREIRE, 1997, p. 9).

Deixo aqui as referências que usei, caso queiram continuar o diálogo com as obras citadas.

### Referências

BELTRÃO, Kaizô Iwakami.; TEIXEIRA, Moema de Poli. **O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000** [Texto para discussão]. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

BRASIL. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Mariana Mazzini Marcondes et al. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:



<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20978&catid=336](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978&catid=336)>

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. O Processo de Socialização na Educação Infantil: a construção do silêncio e da submissão. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2005.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org). **História do negro e outras histórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não** - cartas a quem ousa ensinar. S. Paulo: Editora Olho d'Água, 1997

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10639/03 no contexto as políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (orgs). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009



GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p.223-244. 1984.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. Ed. São Paulo, 2013.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. **Histórias de Ébano**: professoras negras de educação infantil da cidade de São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias de. **Trajetória de Mulheres Negras na Educação de Crianças Pequenas no Distrito de Jaraguá em São Paulo**: processos diferenciados de formação e de introdução no mercado de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: PUC, 2006

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no Acesso ao Ensino Superior Brasileiro: Algumas Implicações para diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana et al. (orgs.). **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.



## CAPÍTULO 7

### **VIRGINIA BRINDIS DE SALLAS: UMA ESCRITORA NEGRA... UNA MUJER QUE ESCRIBES DE CORAZÓN**

Jamyle Vanessa Costa Brasil <sup>67</sup>

Marcela Arantes Ribeiro <sup>68</sup>

Beatriz de Oliveira Benedito <sup>69</sup>

#### **Introdução**

A mulher na sociedade, no tempo e no espaço transversaliza as múltiplas formas com que é representada nos mais variados meios da linguagem: da escrita à oralidade, da imagem à dramaturgia, e tantas outras formas que demonstram o ser mulher na sociedade, imersa na diversidade sociocultural que ultrapassa os tempos históricos e ganha a contemporaneidade. A construção do papel

---

<sup>67</sup> Mestranda em Estudos Literários – Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora da Rede Estadual de Ensino na SEDUC/RO. e-mail: jamyleeducadora@gmail.com

<sup>68</sup> Doutoranda em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Téc. em Assuntos Educacionais na UNIR. e-mail: mar\_arantes@hotmail.com

<sup>69</sup> Mestranda em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes Proex). e-mail: beatriz.benedito@outlook.com.br



social e cultural da mulher vivenciada no cotidiano transcende os limites da invisibilidade e adentra nas lutas por igualdade e equidade a partir de discussões históricas e culturais que rompem com o padrão característico de uma sociedade.

A discussão sobre gênero se fortalece no enfrentamento das desigualdades que as mulheres vivenciam, ainda hoje, em todos os espaços e de todas as formas. Esse enfrentamento propõe romper com as relações construídas historicamente e ocorre de várias maneiras e em ambientes possíveis. Nas releituras dessas relações há o caminho para construção e desenvolvimento de outras relações que atendam a perspectiva de respeito, equidade e igualdade de gênero, considerando a diversidade de experiências de vidas nas relações das mulheres, no âmbito global. Posto isso, a forma de representar o cotidiano dessas mulheres perpassa por essa diversidade e transversaliza na cultura da sociedade que produz arte e ciência sobre as relações sociais.

Nesse universo de discussão e direcionando para produções culturais, especificamente a literatura, tem-se a informação contextualizada sobre a presença da mulher na sociedade representada na arte, de forma atemporal, e nas mais diversas relações, individual e/ou coletiva. A



interpretação da subjetividade apresentada na literatura é perpassada pela apropriação interpretativa do leitor da obra literária, no qual um olhar discursivo possibilita identificar uma escrita interativa, contextualizada e vinculada ao momento vivido pela autora, com o interdiscurso e construtor de sentidos para uma sociedade.

As relações descritas direta ou indiretamente nas produções literárias representam a sociedade em um determinado tempo e espaço e podem ultrapassar o passado e adentrar no presente, possibilitando interpretações de marcas socioculturais que perduram até a atualidade. A partir de uma análise subjetiva das obras literárias, estas apresentam as particularidades e multiplicidades da sociedade em seu processo contínuo de construção ou reafirmação sociocultural.

Pela literatura, a informação contextualizada se torna fluida, se dilui e amplia as possibilidades de interpretação sócio-histórica, reafirmando nas entrelinhas as relações diretas e indiretas entre os sujeitos da sociedade. Na subjetividade literária torna-se possível identificar as construções do sujeito e evidenciar as marcas socioculturais da sociedade que demarcam o tempo e o espaço e que transcendem o momento vivido.



Nesse sentido, esse estudo apresenta uma reflexão discursiva do poema *À margem americana*, de Virginia Brindis de Salas, escritora e poetisa afro-latina que desenvolve uma abordagem sobre a mulher na sociedade, reverberando pelos tempos históricos, com uma narrativa construída por acontecimentos históricos e com uma escrita literária marcada pela luta de gênero à frente de sua época.

Virginia Brindis de Salas, a partir de sua biografia, uma vez que representa uma narrativa contemporânea latino-americana e, por isso, em suas produções culturais tem-se as condições sócio-históricas da mulher negra latina. Virginia Brindis de Salas é a primeira mulher negra uruguaia a publicar poesia e ser reconhecida. E, conforme apresentado por Victor Andre Pinheiro Cantuário e Fabiana Pereira Marques (2020, p. 401), “nesse cenário de lutas por valorização e afirmação culturais, a obra de Virginia Brindis de Salas é digna de nota por representar um divisor de águas em muitos sentidos para a literatura uruguaia”.

No processo de contextualização discursiva que conduz para afirmação da autora no cenário cultural, há a identificação descritiva de luta e valorização do trabalho da mulher negra; e no subjetivo relaciona a necessidade de enfatizar a luta por esse espaço, interpelada pelo



questionamento do apagamento anterior da produção literária da mulher negra na América Latina, bem como se pode compreender que o espaço de visibilidade conquistado pela autora tem como efeito de sentido o precedente a outras mulheres literárias.

Com uma escrita poetizada, a obra demonstra de forma crítica as práticas sociais que determinam a representação da mulher na sociedade. O traçado textual e literário emergido nas manifestações culturais enfrenta o determinismo do comportamento sociocultural e constrói um discurso crítico com a linguagem das artes. Pela criação literária, identifica-se a representação do cotidiano das pessoas, uma maneira de se comunicar e de demonstrar as relações históricas e sociais presentes na linguagem artística.

Ao direcionar a apreciação para um poema latino-americano reconhecido mundialmente, se ultrapassa os limites territoriais e adentra-se na discussão afro-latino-americana com uma análise discursivo-literária na análise de discurso (Orlandi, 2020), relacionando elementos que geram sentidos no processo histórico da construção da mulher na escrita do poema, e pautando-se na discussão de interseccionalidade de Kimberle Crenshaw (2002; 2004).



No processo de contextualização, apresenta-se a relação da autora e poetisa com as esferas sociais e a conquista do espaço na literatura pela mulher, bem como a ultrapassagem ao longo dos tempos de sua produção, que fortalece o discurso da presença da mulher na sociedade e a necessidade de enfrentamento das desigualdades de gênero.

Dito isso, tem-se como pergunta principal: Como o poema *À margem americana* significa os efeitos de sentidos, no que diz respeito ao contexto sócio-histórico de construção da mulher na/pela sociedade?

Apresentada como objetivo de pesquisa: Analisar o efeito de sentido no discurso apresentado no poema *À margem americana*. Trata-se de um trabalho com abordagem qualitativa a partir da leitura interpretativa das condições sócio-históricas da mulher negra e latina, com a aplicação do método da análise de discurso, no que tange à contextualização do objetivo simbólico literário, a saber: a mulher negra e latina na construção da sociedade e os possíveis sentidos que ele pode produzir desde a identificação de seu significado, na relação do sujeito contextualizado.



Em conformidade com as reflexões teóricas apresentadas por Crenshaw (2004), Lélia Gonzalez (1988) e outros, que fundamentam a importância da autora na conquista do espaço literário pela mulher negra na América Latina.



### **2 A mulher na sociedade: uma abordagem teórica**

A sociedade contemporânea é marcada por múltiplos eventos revolucionários e libertários que, de certa maneira, proporcionaram mudanças significativas na historicidade da ambiência social. As lutas inerentes à conquista pelos direitos civis, humanos, políticos e sociais são exemplos evidentes de acontecimentos que reafirmam essa observação. Com efeito, na maior parte da história os cidadãos e cidadãs protagonizaram diversas revoltas sociais contra os modelos e ordens conservadoras de poder, tal realidade se perpetua em praticamente todas as sociedades, se não quase todas.

Contudo, apesar dos ganhos significativos de direitos, liberdade de expressão, empoderamento e emancipação, as dimensões que simbolizam a compreensão e relação com o universo contemporâneo, no amplo sentido, evidentemente, são também representadas por inúmeras injustiças e iniquidades sociais. Em termos formais há, de certo modo, uma tarefa árdua e extremamente difícil para as democracias de inúmeros países em combater e minimizar tal cenário discrepante, o que remete ao fato de que as práticas políticas e sociais têm defrontado entraves e retrocessos estruturais na busca pela igualdade.



Nessa argumentação, torna-se necessário fazer referência ao contexto das mulheres na sociedade moderna. Assim, falar sobre a situação da mulher nos dias de hoje é, fundamentalmente, articular várias condições desfavoráveis que atingem desproporcionalmente esse grupo populacional, a destacar na maior parte da história ocidental a condição da mulher perpétua e representa todo um período de agitação histórica. Ao articular sobre essa temática, Flávia Biroli (2016) afirma que a posição ou condição da mulher nas relações sociais, laborais e políticas modificou-se profundamente ao longo dos anos, o que significa que houve, de certo modo, transformações revolucionárias nos papéis direcionados aos sujeitos sociais feminino e masculino. A dualidade entre as responsabilidades entre mulheres e homens corresponde a um sentido amplo que leva em consideração outros eixos de intersecção. É igualmente verdadeiro que as revoluções protagonizadas pelas mulheres proporcionaram significativamente novas formas de relacionamentos entre os indivíduos e as diversas ambiências.

Nas últimas décadas, as mulheres têm se mobilizado em ações efetivas para combater as inúmeras formas de opressão, subalternização e discriminação. O feminismo representa simbolicamente um movimento que, segundo Céli



Regina Jardim Pinto (2010), produz sua própria corrente crítica e reflexiva, e ainda, transversaliza diversos enquadramentos de compreensão; como sociais, políticos, laborais, educacionais, entre outros marcadores. Este é também um evento importante na vida coletiva das mulheres, pois proporcionou o acesso aos direitos civis, políticos e sociais, assim como a uma vida digna de sobrevivência.

Historicamente, com base no autor supracitado, o movimento das mulheres nasce sob a influência dos ideais da Revolução Francesa, entre meados dos séculos XVIII e XIX, uma vez que, elas passam a se rebelar contra sua condição social, as imposições dogmáticas da Igreja Católica, os papéis convencionais construídos unicamente para a mulher, sobretudo, ao não reconhecimento das mulheres francesas como cidadãs. Nesta perspectiva, os primeiros passos foram marcados por figuras femininas da classe média e burguesa, bem como pequenos grupos da classe operária. O objetivo era imprimir um novo significado para as responsabilidades femininas (que na época mencionada estavam voltados para o âmbito privado) e o acesso aos mesmos direitos civis que os homens. Ainda nessa discussão, as mulheres revolucionárias eram consideradas como ameaças, principalmente, uma vergonha e desonra para a sociedade francesa, pois estavam prejudicando o espaço mais sagrado,



isto é, o âmbito familiar, tal como aponta Josseane de Freitas Schmidt (2012).

Sobre isso, nas palavras de Elisabeth Badinter (1989, p. 9):

As mulheres tentaram fazer-se ouvir durante a Revolução. Algumas através da pena ou da palavra, e a maioria com seus gritos nas tribunas da Assembleia e das sociedades populares, ou com suas manifestações nas ruas. [...] Dois tipos de mulheres chamaram a atenção. Umas anônimas são as mulheres do povo: operárias de tecidos (lavadeiras e fiandeiras...), lojistas, feirantes. São elas as primeiras a reagirem ao período de miséria, e a tomar frente dos motins da fome. [...], mas a revolução teve outras atrizes: um número pequeno de mulheres [...] mulher de letras que mal sabiam escrever, como Olympe de Gouges; [...] mulheres oriundas da pequena burguesia, se interessavam pela política, assistiam às sessões das sociedades populares, e fundaram elas mesmas, em Paris e na província, clubes femininos (Badinter, 1989, p. 9).

É essencial ressaltar que na Revolução Francesa, a posição da mulher refere-se à lógica da fragilidade e vulnerabilidade. Para Schmidt (2012), os modelos de dominação masculina do período naturalmente alinhavam a mulher a uma figura passiva e maternal, e que esta não era reconhecida como cidadã, logo, os direitos e benefícios civis, sociais e políticos não se enquadravam para a mulher. Em contrapartida, aos homens o cenário era extremamente distinto, pois eram reconhecidos como cidadãos de uma sociedade, sendo possuidores de liberdade de expressão,



direito ao voto e a capacidade de derrubar e romper com as ordens de um rei “absolutista”. Ou seja, o papel militante e revolucionário era e estava inerente ao papel masculino. Telma Gurgel (2010) compartilha da mesma percepção e complementa que, embora o panorama das mulheres fosse configurado pela submissão e ausência de princípios civis, a resistência frente à sociedade patriarcal era eloquente. Em exemplo, destaca-se o embate por reconhecimento da mulher enquanto sujeito político e livre da dominação masculina:

A primeira vez que as mulheres representaram na história como sujeito político, foi no processo da Revolução Francesa. Além da reivindicação pelos direitos políticos, existe o registro da luta das mulheres pelo direito ao alistamento na carreira militar e ter acesso às armas, na defesa da revolução. Direito até então restrito aos homens, apesar da presença massiva das mulheres, nas ruas em levante populares contra o poder Real e da Igreja na organização da sociedade à época (Gurgel, 2010, p. 1).

Ademais, é interessante compreender que as ordens de dominação masculina são um traço evidente na maior parte da história humana; segundo Luís Felipe Miguel (2014, p. 19) é possível resgatá-las nas representações figurativas na Grécia antiga por meio de “figuras como Safo ou mesmo Hipátia”, bem como na Idade Média, através da obra de Cristina de Pizán (1364 – 1430), que retrata a posição inferior da mulher



como uma denúncia das condições sociais. De acordo com a reflexão de Miguel (2014) sobre o ativismo das mulheres, o discurso feminista ultrapassa as estruturas representativas da equidade de gênero, uma vez que é inegável a definição do movimento feminista “pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública” (MIGUEL, 2014, p. 20). Tal observação destacada pelo autor é um dos eixos centrais da essência do nascimento do feminismo no período da Revolução Francesa.

Os esforços no sentido de garantir direitos sociais econômicos e laborais para as mulheres - são extremamente reconhecidos em diversos países. Entretanto, o movimento feminista apresenta algumas lacunas, especialmente, o debate acerca do feminismo liberal. Segundo Miguel (2014, p. 22) o feminismo liberal é a luta mais antiga do movimento feminista. Essa vertente está direcionada à reivindicação dos direitos das mulheres, buscando inseri-las nos diversos âmbitos da sociedade. O feminismo liberal possui como expoente a igualdade de gênero, sendo que seu ponto de partida é a liberdade da mulher e sua subalternidade na hierarquia social e de poder. Ademais, é evidente no feminismo liberal a ausência das discussões voltadas às mulheres negras, isto é,



“as desigualdades de gênero, classe e raça não aparecem no feminismo liberal”.

Já o feminismo socialista apresenta-se como uma vertente mais radicalizada, bem como, emerge a partir das críticas destinadas ao feminismo liberal. Para Miguel (2014, p. 22) o feminismo socialista “ficou à margem das correntes dominantes do sufragismo”. Logo, as lutas desta vertente são fortemente representadas pelos movimentos operários, e ainda, são oponentes ao advento do capitalismo e as discriminações resultadas do sexismo e machismo. O feminismo contemporâneo para o autor, se estabelece pelas lutas de libertação da mulher, a perpetuação das desigualdades entre os gêneros e as barreiras impostas pelo sexismo.

Diante desse contexto, deve-se enfatizar que o discurso do feminismo era dominante, elitizado e, particularmente, embranquecido. Desse modo, registra-se o papel do feminismo negro, considerado uma forma de ilustrar a luta e resistência de mulheres negras e intelectuais contra os discursos hegemônicos construídos pela sociedade, e propagados pelas próprias feministas de classe média e burguesa no início de suas ações. Segundo Djamila Ribeiro (2019), o feminismo negro é um movimento social e político



realizado por mulheres negras que já existia antes mesmo da primeira onda feminista. No entanto, suas ações eram invisibilizadas pela sociedade, logo, este era concebido como principal problema na luta destas mulheres.

Não obstante a isso, a autora ainda pontua que, um dos objetivos do feminismo negro era romper com a narrativa estrutural e universal do paradigma dominante do feminismo. Isto é, denunciar a possível cegueira e ignorância, por parte das feministas da primeira onda, frente ao racismo e outras formas de opressão vivenciadas pelas mulheres negras. Ao discorrer sobre esse enquadramento histórico, Grada Kilomba (2019, p. 104), concorda com as observações apresentadas por Ribeiro (2019), e complementa que, as formas variadas de negligências perante a vulnerabilidade da mulher negra em relação à perpetuação do racismo, resulta fortemente em “[...] um imenso fracasso para o movimento social preocupado com as formas como as mulheres têm sido oprimidas”. Fato é que, o cenário é claramente a marginalização da mulher negra, e, a neutralidade das feministas burguesas e brancas, ao direcionamento de outras intersecções, a saber: raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero.



Ademais, a invisibilidade do ativismo da mulher negra expõe outras insurgências, tais como, o acesso e utilização dos direitos humanos e básicos, e a representação de uma sociedade marcada pelo simbolismo de uma democracia incompleta. O lugar da mulher negra nesse cenário é de subalternidade, tanto que, suas reivindicações demoraram para serem escutadas, e ao mesmo tempo, seus direitos e benefícios sociais foram negados durante anos. Em outras palavras, a luta pela visibilidade e o reconhecimento da mulher negra como cidadã e sujeito político é conscientemente revolucionário e transformativo, mesmo que, embora nas condições atuais a posição das mulheres negras continue sendo subalterna. Sabe-se que, inúmeras ativistas participaram do feminismo negro, entre elas, deve-se destacar, Sojourner Truth, Lélia Gonzalez, Bell Hooks, Angela Davis, entre outras.

Nesse viés, registra-se o papel primordial de Isabella Baumfree, mais conhecida como Sojourner Truth, abolicionista afro-americana. A crítica construída por Truth era direcionada aos sujeitos que estavam na linha de frente do feminismo: mulheres brancas, de classe média ou burguesa. Segundo Djamilia Ribeiro (2019) e Suéli Carneiro (1993), Sojourner Truth, ainda no século XIX aponta para a invisibilidade da pauta racial ou a presença invisível da mulher negra nos debates



feministas da época. Todos os princípios e direitos conquistados no início do feminismo estavam limitados apenas à população feminina branca, enquanto os debates sobre “[...] à perpetuação do racismo e como naquele momento esse fato não era considerado relevante como pauta feminista por elas. Interessava, ali, a conquista de direitos para um grupo específico de mulheres” (Ribeiro, 2019, p. 23).

Em consonância, Carneiro (1993, p. 5) faz a seguinte reflexão: as mulheres negras fazem

parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras, ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar.

Nesse momento histórico essa população era impedida de ter direitos ou benefício social (Nogueira, 1998; Sousa, 2015). Nesse sentido, com o objetivo de trazer a visibilidade para essas mulheres e potencializar sua participação democrática nas relações sociais, bem como lutar contra a violação dos direitos humanos da população negra e inserir as mulheres negras como sujeitos políticos, iniciam-se os debates e lutas do “feminismo negro”, um dos mais importantes movimentos da historicidade e, ao mesmo tempo, da redemocratização do Estado.



O feminismo negro já existe há muito tempo, mas ganha relevância ao incentivar mulheres negras a buscarem seus direitos e lutarem contra “as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil” (CARNEIRO, 2003, p. 1-10). Outra questão é a noção de interseccionalidade, isto é, as relações entre os debates sobre gênero, raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero (RIBEIRO, 2019; AKOTIRENE, 2019).

Hodiernamente, o feminismo negro transmite fortemente a voz ativista da mulher negra como sujeito político e intelectual e, ainda, a resistência e persistência destas mulheres diante de uma sociedade conservadora e preconceituosa. As inquietações das mulheres negras e, conseqüentemente, seus embates e discursos narrativos, possuem um elevado significado ao articular os debates dentro do feminismo, pois a transformação protagonizada pelas mulheres negras, mesmo que demorada, implicou principalmente na universalização da categoria mulher. Notoriamente, nas condições atuais é indissociável do feminismo a historicidade revolucionária, as insurgências das mulheres negras e a inclusão de outros debates vinculados aos eixos de poder nas pautas feministas.



### **2.1 A interseccionalidade das opressões: uma reflexão sobre as mulheres afro-latinas**

A importância do pensamento feminista negro contido na obra da escritora Virginia Brindis de Salas corrobora para aprofundar a discussão contemporânea feminista afro-latina ao considerar em sua produção - pontos de concordância entre raça, gênero e classe. Esses apontamentos resultam na multiplicativa da intersecção das opressões de dominação que criam tanto a opressão quanto a oportunidade.

Sendo essa última para aqueles que pertencem às elites econômicas e são beneficiários dos privilégios decorrentes da injustiça do gênero, da classe e/ou da raça, e em função da transversalidade das hierarquias de poder que pesam sob as mulheres negras. A partir dessa compreensão torna-se importante "identificar a discriminação racial e discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras" (Crenshaw, 2004, p.1).

De tal modo, é importante reconhecer e identificar os elementos que caracterizam a discriminação social, bem como o entrecruzamento deles, como gênero, étnico-racial e a pobreza, demarcando as estruturas sociais representativas



de cada indivíduo. Nessa realidade há uma crescente demanda pela necessidade de um modelo de enfrentamento social que possibilite a identificação das várias formas de subordinação. Logo, é igualmente importante refletir sobre os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero, bem como o reconhecimento da diferença entre as mulheres.

Sobre o conceito de interseccionalidade, nas palavras de Crenshaw:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Soma-se a essa definição, as observações de Carla Akotirene (2019, p. 59):

[...] o termo demarca o paradigma teórico metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras [...].



A inalterabilidade do feminismo branco, movimento antirracista e instâncias de direitos humanos, se deve ao fato destes, absolutamente, encontrarem dificuldades metodológicas práticas na condução das identidades interseccionais. Sensibilidade analítica – a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade impede reducionismos das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais (Akotirene (2019, p. 59)

A partir da compreensão de interseccionalidade amplia-se a discussão para a dialética histórica do racismo na construção da América Latina, a partir dos conceitos de Lélia Gonzalez (1988), legitima-se na importância do pensamento e na preocupação com o povo negro latino-americano sobre as ligações dos povos afro-latinos ou afro-americanos, discorre sobre o continente americano a datar da afirmação “América”, conforme a autora, os afrodescendentes das Américas resgatando a cultura nas relações da herança africana no chamado Novo Mundo, em especial das falas dos africanizados de todo o continente, que não seja ocidentalizado e branco.

Desse modo, a contribuição dos conceitos de Gonzalez (1988) em defender a amefricanidade como uma alternativa epistemológica para a discussão racial, que pode também ser chamada como pensamento contra-hegemônico,



representa a fala sobre negros e indígenas e acerca da experiência comum na América Latina. Há de se reconhecer que o:

[...] racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores eurocêntricos. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pela fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 1988, p. 73).

Neste contexto, tem-se a obra de Virginia Brindis de Salas, a qual retrata a realidade social do Uruguai na primeira metade do século XX, com denúncias contra a desigualdade de classe, gênero e racial, em que “sua poesia, entretanto, introduz uma voz social na ‘poesia feminina’” (Cantuário; Marques, 2020, p. 403). Sendo esta uma escritora negra que protagonizou o apagamento intelectual, vítima do patriarcado e racismo pela comunidade, contudo, o tímido reconhecimento de sua obra colaborou para a desconstrução da discriminação de gênero, racial e opressões sociais por apresentar uma visão crítica em relação às mulheres, aos negros e à situação política e social de seu



país. “Nesse cenário de lutas por valorização e afirmação culturais, a obra de Virginia Brindis de Salas é digna de nota por representar um divisor de águas em muitos sentidos para a literatura uruguaia: trata-se de uma mulher negra [...]” (Cantuário; Marques, 2020, p. 401).

Nota-se, então, o reconhecimento de sua contribuição por sua produção literária, bem como o enfrentamento pessoal de situações sociais para conquistar seu espaço enquanto mulher negra e literária, visto que, “enquanto estudos sobre sua obra eram publicados nos Estados Unidos, pela mão de pesquisadores como Carol Young ou Marvin Lewis, no Uruguai Alberto Brito Serrat tentava apagar da literatura uruguaia a obra da poetisa [...]” (Alejandro Gortazar, 2017, s/p.). A consolidação e valorização cultural do seu trabalho transcendem o tempo e, ao ser reunido e publicado em 2013, aspectos como a interseccionalidade e a presença das mulheres afro-latinas tornam-se pontos de reflexão social na literatura de Virginia Brindis de Salas (Gortazar, 2017, s/p.).

Destarte, situações historicamente construídas de dominação ultrapassam os tempos e conduzem para a:

Rebeldia e consciência revelada alerta, captando sua posição de luta como a de todas as consciências [...] todos os poemas ganham um novo



encanto. De rebeldia, de justiça, de canções, de sons e formas de cidade, de campo e de rua e fábrica de café (Marvin Lewis, 1989, p. 79).

É importante mencionar que a partir da compreensão de interseccionalidade e considerando a contextualização, Gortazar (2017) e Cantuário e Marques (2020), na poesia de Virginia Brindis de Salas, evidenciam uma forte influência revolucionária com vistas aos fortes vínculos com a poesia espanhola, com a diáspora africana e com o caribe hispânico.

Esses elementos são enfatizados em suas obras literárias de modo a caracterizar a importância de desconstruir a estrutura colonial em que se produziram lutas concretas de mulheres e homens contra as metrópoles nas Américas, e é essa historicidade da resistência que faz com que se aposte em mudanças produzidas por outras perspectivas frente ao poder colonial que predomina ainda hoje. A partir desse entendimento, Anibal Quijano (2009, p. 109) conceitua a cololialidade do poder “nas relações internacionais de poder e nas relações internas dentro dos países, o que na América Latina foi denominada de dependência histórico-cultural”. Assim, tem-se essa relação estruturada historicamente que se sustentam nos contextos sociais e culturais e impulsionam a permanência da interseccionalidade das opressões contra as mulheres negras e indígenas da América Latina.



Dessarte, compreende-se que os efeitos da intervenção colonialista na vida das mulheres negras e suas ações de resistência para a confrontação de tais poderes ultrapassa as temporalidades, entre as várias abordagens sobre a resiliência do colonialismo na organização das estruturas sociais atuais, com isso destaca-se a colonialidade do poder.

Por isso, e partir dessas discussões, deve-se refletir atentamente sobre a realidade da exclusão das mulheres negras e a importância de estabelecer relações e reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando, com isto, as histórias das mulheres negras a fim de estabelecer uma relação de enfrentamento aos discursos colonizadores em relação ao recorte de gênero, raça e classe.

### **3 Entre a história e a literatura: um poema contextualizado**

A interpretação dos discursos tem-se a relação entre sujeito, linguagem, história e sociedade, demarcada nas redes interdiscursivas que se materializam nas múltiplas formas de comunicação que permitem a interação dos indivíduos sociais. Dito isso, a análise de discurso é o método empregado, pois, compreende-se que o discurso está repleto de concepções e, crenças sociais e culturais que delineiam o



posicionamento e as ações dos sujeitos que constituem e se relacionam em sociedade.

Ao compreender o discurso como um elemento que relaciona língua e ideologia na produção de sentidos por parte dos sujeitos (ORLANDI, 2020), abre-se caminho para analisar as materialidades da língua nas mais diversas linguagens e identificar pontos de relação do sujeito com o mundo. Por isso, o discurso se apresenta como um elemento complexo e respaldado na trama das relações dos indivíduos na sociedade em um determinado tempo e espaço e, nesse sentido, há de se considerar a existência de discursos que transcendem o tempo e permanecem ainda hoje na sociedade.

Dessa forma e fundamentando na proposta de Eni Orlandi (2020) por compreender que o posicionamento dos sujeitos é contextualizado historicamente, por ideologias e repleto de hegemonias discursivas que se materializam na linguagem, bem como a partir do estudo das relações entre sociedade e história, tem-se como condutor da análise, os efeitos de sentidos nos versos do poema *À margem americana*, com base no processo histórico da contextualização da escrita do poema, e pautando-se na discussão de interseccionalidade de Crenshaw (2002; 2004).



O percurso metodológico corresponde a escolha do poema “À margem americana” e o alinhamento com o objetivo proposto no estudo, neste contexto tem-se uma análise interpretativa, a partir dos fragmentos do poema com base no todo e nas leituras, que possibilita a contextualização desses fragmentos em sua subjetividade. Outro ponto elencado corresponde à inter-relação do poema com a discussão sobre o feminismo e interseccionalidades, temas em volta da discussão sobre a construção histórica da mulher na sociedade que, nesse *corpus* de análise, transcendeu o tempo e demonstrou relações que perduram até os dias atuais; por fim uma reflexão dos possíveis efeitos de sentido apresentado no poema. Tais pontos se interseccionam nas análises apresentadas.

A partir desse caminho interpretativo, e com recorte para o poema “À margem americana”, compreende-se que “qualquer enunciação supõe a presença de outra instância de enunciação, em relação à qual alguém constrói seu próprio discurso” (Dominique Maingueneau, 2015, p. 26). Nesse ponto, inter-relaciona a presença da mulher poetisa que construiu seu discurso e conquistou o espaço e a visibilidade lutando pela valorização e afirmação cultural pautada na representação da mulher latina. A história de vida da autora reverbera em sua produção e abre caminhos



para os mais variados efeitos de sentido na sociedade e na materialidade dessa interpretação. Consequentemente, tem-se o momento que Virginia Brindis de Salas “obteve o reconhecimento do círculo de intelectuais dos meios por ela frequentados e sua poesia recebeu elogios de autores como a poeta chilena e premiada com o Nobel de Literatura, em 1945, Gabriela Mistral (1949)” (Cantuário; Marques, 2020, p. 401).

Nota-se o efeito produzido pela conquista do espaço de sua produção literária no momento do reconhecimento por outros intelectuais. Nesse sentido, afirma Maingueneau (2015, p. 26) que “qualquer enunciação, mesmo que produzida na ausência de um destinatário ou na presença de um destinatário que parece passivo, se dá em uma interatividade constitutiva”. Ao produzir textos literários demonstrando as condições sócio-históricas da mulher negra latina, mesmo que na ausência instantânea do leitor, produz, também, uma interação direta e/ou indireta com leitores.

Em sua biografia, evidencia-se sua posição de poeta e mulher negra em defesa do negro (a) na sociedade, uma vez que ela vivencia e enfrenta as desigualdades e injustiças nas relações sociais marcadas pela discriminação, que ultrapassa o tempo histórico e perdura até hoje na sociedade



(Cantuário; Marques, 2020). Há de se considerar ainda que, com a literatura, o posicionamento de Virginia Brindis de Salas reverberou nas artes e gerou demandas por visibilidade social a partir da diversidade, com efeitos de sentidos, como o reconhecimento e a equidade social com base na diversidade sociocultural em todos os espaços de relações que caracterizam a humanidade.

A partir da breve contextualização biográfica possibilitou-se identificar as condições de produção, assim como adentrar na discursividade do poema “À margem americana” enquanto constituição do *corpus* de análise que significa os efeitos de sentidos na construção histórico-social da mulher, envolvendo a compreensão do feminismo e interseccionalidades, pois, “o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história com os sentidos” (Orlandi, 2020, p. 45).

Nessa perspectiva, tem-se o primeiro fragmento do poema supracitado:

*Cuántos años vieron mojar mis pies  
las aguas salitrosas*



*que bordan la ribera americana.*

Por trás das palavras apresentadas é possível identificar relações temporais e atemporais marcadas na expressão “há quantos anos”; já a expressão “meus pés molhados” possibilita a identificação da poetisa no contexto do poema. Outro possível marcador de caráter territorial está na expressão “águas salgadas que bordam a costa americana”.

Nas relações, o discurso constrói socialmente o sentido (Maingueneau, 2015), dito isto, há de se compreender que possibilita, mesmo que de forma indireta, surgirem interpretações em volta do contexto histórico que reverberam na conjuntura contemporânea da sociedade latino-americana, especificamente no sentido de efeito das relações sociais, pois “ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas” (Maingueneau, 2015, p. 29).

Gonzalez (1988) argumenta sobre a composição multiétnica da América Latina com o conceito de latino-amefricanidade, respeitando a formação histórico-cultural da América Latina. Com base nesse pensamento, compreende-se que a escrita de Virginia Brindis de Salas, com referência à uma América Latina como afro-indígena e da qual emanam



muitas vozes de clamores contra a opressão que atravessou o Atlântico e ocupou este continente, reverberando falas contra o patriarcado, o racismo e a desigualdade de classe na sua escrita literária.

Nesse mesmo sentido de uma abordagem que se caracteriza por atemporal, tem-se a continuidade discursiva do poema:

*La carne de mi cuerpo  
bañada en agua hermana,  
bautismo de este río  
que como mar se ensancha  
para buscar en la ribera  
de América, su senda ancha.*

Pode-se compreender que o fragmento supramencionado reporta às condições de produção discursiva na narrativa histórica, relacionadas às questões dos negros(as) desde a época da escravidão nas Américas, dito isso, o poema apresenta de forma literária um sentido discursivo para a diáspora e para a condição da raça negra, focando, por conseguinte, o questionamento referente às relações sociais no Uruguai, no cenário de lutas relatadas em seus versos.

Em conformidade com a discussão de Crenshaw (2004), amplia-se para as reflexões da construção da discriminação



que reflete diretamente nas relações das mulheres negras na atualidade.

*Cuántos barcos al pasar por el ancón  
y por la playa  
abrieron, desmesurados  
grandes ojos  
y entre el cantar de marineros en su borda  
a toda la ribera del istmo saludaron.*

De forma geral, pensar o poema a partir da abordagem histórica e discursiva demanda buscar o seu funcionamento (Orlandi, 2017), nesse sentido, o contexto apresentado explicita a relação tempo e espaço do passado ainda vivido e refletido na contemporaneidade, possibilitando evidenciar o discurso mediante os limites das fronteiras dos acontecimentos socioculturais - representados no poema de forma atemporal e que caracterizam as identidades culturais da formação do povo latino-americano.

Ainda na interdiscursividade atemporal em que a poetisa transcende sua produção e demonstra pelos caminhos literários o passado no presente, tem-se a mulher através da objetificação, grafada no fragmento:

*Mi piel quemada, que besar quisieron,*



*ebria de soles matinales  
se ha sumergido mar adentro  
saturada de sales  
y de encuentros.*

Nesse fragmento evidencia-se o sentido metafórico ao apresentar a relação de gênero a partir do corpo da mulher como desejo de satisfação do homem. No processo de contextualização, Schmidt (2012) apresenta que a construção da dominação masculina conduz para a submissão feminina em todos os sentidos.

Mantendo a discursividade atemporal, o sentido expresso configura no tempo presente em discussões de gênero que enfrentam cada vez mais a mulher objetificada e buscam romper com o discurso dominante, evidenciando a liberdade da mulher na sociedade, tem-se o reconhecimento do feminismo em Gonzalez (2011, p. 12-13) “como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher”.

Em continuidade tem-se no poema:

*Vamos por la ribera*



*de esta América indígena y mulata  
en pos de la vereda  
que todo lo mata.*

O fragmento acima inter-relaciona “conjuntamente a língua com a história na produção de sentidos [...] que é a forma encarnada na história para produzir sentido.” (Orlandi, 2020, p. 17). Essa reflexão discursiva está evidenciada no fragmento do poema ao descrever a América como indígena e mulata, o efeito de sentido desencadeia a discussão de desigualdades construídas historicamente, nesta argumentação tem-se em Gonzalez (2011, p.17) “Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias”.

Portanto, pode-se pontuar o reflexo linguístico-histórico nas palavras, bem como o efeito de sentido na intenção de caracterizar a constituição da sociedade atual, reverberando na dialética histórica discutida por Gonzalez (1988).

*El pecho fuerte y los brazos siempre abiertos;  
macho y hembra,;  
multitud, barcos y puertos;  
y una bandera  
de un solo color*



*hinchada al viento;  
y las gentes en los barcos  
a babor y estribor  
con sus torsos desnudos  
teñidos de sangre por escudo.*

Partindo do princípio de que “o sentido resulta de processos de significação com a inscrição da língua, não fechada em si mesma e capaz de falha, na história” (Orlandi, 2017), têm-se os acontecimentos históricos da comercialização dos povos africanos nas Américas com a descrição de forma literária das pessoas e dos barcos; ao mesmo tempo essa descrição dialoga nas relações de gênero, raça e feminismo, ou seja, intersecciona eixos de subordinação que estruturam as posições que geram desigualdades e subordinações (Crenshaw, 2002) de vozes que reverberam essas relações que percorrem a história e se configuram ainda hoje. Ao pensar a construção da sociedade de forma contextualizada e considerando que há uma evidência entre masculino e feminino que está descrita no fragmento acima, salta à compreensão a construção da mulher na sociedade com posições e condições delimitadas nas relações sociais (Biroli, 2016).



Seguindo na análise, o poema *À margem americana* apresenta de forma literária um sentido discursivo para a diáspora e para a condição da raça negra, focando, por conseguinte, o questionamento referente às relações sociais no Uruguai, no cenário de lutas relatadas em seus versos. Identifica-se esse efeito de sentido histórico, apresentado nas entrelinhas literárias do poema, na mistura das margens do território da costa marítima americana, com as da África. Essa formação tem-se a trama discursiva se significando na materialidade histórica (Maingueneau, 2015). Em continuidade tem-se o fragmento abaixo:

*Que el pecho inflame  
la paz redentora  
y diga a todos: id ahora;  
que nuestra sangre se derrame  
sin demora.*

Na sua formação discursiva, o fragmento em tese transversaliza no contexto sócio-histórico de forma literária; há um efeito na escrita que conduz para compreensão de relação entre locutores, destacando-se a expressão “vá agora”, que evidencia um possível diálogo entre indivíduo(os), bem como caracteriza referências no campo histórico-social que remete à materialidade discursiva, ao



processo de escravização do negro(a) africano(a) (Orlandi, 2017; 2020). Virginia de Brindis de Salas com sua escrita literária interpela o passado ao presente com maestria e possibilita ao leitor(a) reflexões e apropriações do conhecimento histórico em outra linguagem.

Avançando no processo histórico da contextualização da escrita do poema, e reforçando a fundamentação das análises pautando-se na discussão de interseccionalidade de Crenshaw (2004), o fragmento a seguir apresenta a consolidação das relações sociais na América Latina:

*Hijos del suelo americano  
blancos y negros hermanados;  
tomad mi cuerpo,  
gustad el sabor de mi carne morena;  
quebrad el espasmo de la gruta del miedo  
que vuestra carne encierra!*

Vale destacar novamente o desejo com o corpo da mulher, essencialmente o corpo da mulher negra, no contexto em que se evidencia a imagem feminina diante do processo de relações de contraste existentes na América; há de se destacar também o efeito de sentido produzido na relação “preto”, “branco” e “minha carne marrom” que ultrapassa os limites temporais e contemporiza na construção



da representação da mulher latina na sociedade, atualmente. Na linguagem literária do poema, o “medo”, apresentado nesse fragmento, materializa-se na metáfora da relação de ser mulher na sociedade, na relação multiétnica da sociedade (Gonzalez, 1988).

*Sed nuevos prometeos;  
venid como Espartaco  
que América en su nervio  
desata sus canciones  
que dicen los deseos  
de un mundo amplio, nuevo,  
sus nuevas rebeliones!*

Ao considerar o poema como um acontecimento discursivo que intersecciona a construção da mulher na sociedade latino-americana, nas múltiplas possibilidades de variações de sentidos na linguagem literária, apresenta-se condições sócio-históricas da mulher negra e latina de forma atemporal. Nesse sentido, contextualiza Quijano (2009), a interferência da herança escravocrata na construção social do lugar das mulheres negras na sociedade.

Por fim, na última parte do poema tem-se:

*Quiero posar mi pie morena  
en la ribera de los lares*



*de América, infinita  
y verla que del suelo  
se levanta  
en sus talleres,  
sus fábricas,  
sus minas  
y de un formidable pulmón  
de voces femeninas,  
que aprieta el fuelle  
con manos masculinas,  
oír la canción  
en los caminos y en los muelles,  
plena de redención!*

Nesse ponto, o efeito de sentido do texto possibilita remeter ao contexto do período de escravidão negra nas Américas, que reflete ainda hoje nas relações sociais; com uma linguagem literária interseccional nas relações socioculturais remetendo à presença da mulher ao enfatizar “vozes femininas” rompendo com a dominação masculina (Miguel, 2014). A narrativa apresentada possibilita múltiplas análises e em contextos atemporais.

Pontua-se ainda que, os caminhos para reflexões no contexto sócio-histórico das mulheres, parafraseando teóricas como Carneiro (1993) enfatizam a presença das mulheres



negras no trabalho por séculos e são apresentados no poema com uma linguagem literária. O estilo do poema passa pelo realismo, o que possibilitou o reconhecimento do caminho histórico-social que se pode identificar na produção “À margem americana”.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste trabalho foi possível identificar as múltiplas intersecções das opressões em relação às mulheres afro-latinas, que se configuram produzindo desigualdades e situações adversas ao longo dos séculos, compreendidas pela intersecção de diversos sistemas de dominação através do recorte do racismo, sexismo e do classismo.

Ao refletir sobre as experiências das mulheres afro-latinas na diáspora, a partir da concepção do feminismo em suas origens e dos pensamentos de Virginia Bridis de Salas que circula pela América Latina, defende-se os diversos contextos da diáspora negra, fazendo surgir mulheres negras e indígenas para refletir a realidade contemporânea destas mulheres com a investida colonizadora, de mulheres negras com a escravização, com a dominação e a exploração humana, mas, essencialmente, a resistência das mulheres afro-latinas nestes processos.



Retomando ao objetivo proposto nesse texto, o poema demonstrou ser um discurso contextualizado historicamente e com hegemonias discursivas que reverberam, ainda hoje, nas lutas sociais por uma sociedade igualitária, especificamente a mulher negra na sociedade. A partir da descrição foi possível interpretar contextos históricos silenciados ou apresentados nas entrelinhas do poema que demonstraram acontecimentos históricos que influenciaram na construção da sociedade contemporânea.

Assim, considera-se o poema um acontecimento discursivo que apresenta elementos histórico-sociais, os quais potencializam a produção de sentido desde a identificação do sujeito com a leitura reverberando, ainda, pelas condições sócio-históricas da mulher negra e latina; apresentada na escrita literária do poema que demandam o enfrentamento das desigualdades no que tange à construção da mulher na sociedade.

Mediante aos fatos, ressalta-se que as discussões apresentadas neste texto são parciais e estão abertas para outras análises que possam fortalecer a discussão de luta pela equidade, igualdade e respeito, especificando novamente a mulher na sociedade e sua representatividade



construída e em construção contínua; no campo histórico-social, ideológico e cultural.

### Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019. 152p.

BADINTER, E. **Émilie, Émilie. A ambição feminina no século XVIII**. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 463p.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016. 252 p.

CANTUÁRIO, V. A. P. MARQUES, Fabiana Pereira. Virginia Brindis de Salas: notas em torno de uma biografia. **Revell-Revista de Estudos Literários da UEMS**, v. 01, n. 24, jan/abr 2020, p.395-423. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/4840>>. Acesso em 14 abr. 2021.

CARNEIRO, S. Identidade feminina. In: **Cadernos Geledés 4 - Mulher negra**. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 1993.

CRENSHAW, K. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Estudos Feministas**, 2002 - 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em 28 abr. 2021.



CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4587063/mod\\_resource/content/1/Kimberle-Crenshaw.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4587063/mod_resource/content/1/Kimberle-Crenshaw.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social**. Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988d.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, n.1, p. 12-20, 2011. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)>. Acessado em: 07 abr. 2022.

GORTAZAR, A. A poesia de Virginia Brindis de Salas. **Blog Sujeitos Editores**. Ciudad de la Costa, Uruguay, 13 de set. 2017. Disponível em: <<https://sujetos.uy/2017/09/13/la-poesia-de-virginia-brindis-de-salas/>>. Acessado em: 06 maio 2021.

GURGEL, T. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na



contemporaneidade. **9º Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9resource/anais1277667680\\_ARQUIVO\\_Feminismoelutadeclasse.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9resource/anais1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2021.

LEWIS, M. A. “**Resistência e identidade na poesia afro-uruguaia**”. Literatura Afro-Uruguaia. Perspectivas pós-coloniais . Cranbury, Bucknell University Press, 2003, pp. 78-103.

MIGUEL, L. F. O feminismo e a política. In: Luis Felipe Miguel; Flávia Biroli (Org). **Feminismo e política**: uma introdução. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 164.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 84-130.

NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo negro**. 146 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.18, n.36, p. 15 – 23, 2010.

SALAS, V. B. de; **A La Ribera Americana** (poema). Disponível em: <<https://escamandro.com/2020/05/26/virginia-brindis-de-salas-por-anelise-freitas-ma-njanu-e-marcela-batista/>> Acesso em: 26 abr. 2021.

SCHMIDT, J. F. de. **As mulheres na Revolução Francesa**. Revista Thema, Pelotas/RS, 2012.



SOUSA, M. P. S. L. de. **A presença de mulheres negras em cargos hierarquizados da Secretaria Municipal de Educação de Manaus:** racismo e impasse na sua pertença e autodeclaração. 2015. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5137>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala.** São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019a. 112p.



## CAPÍTULO 8

### TÃO LONGE E TÃO PERTO: NARRATIVAS DAS EXPERIÊNCIAS RACIAIS E DE GÊNERO NO BRASIL E NA COLÔMBIA <sup>70</sup>

Maria da Anunciação Conceição Silva<sup>71</sup>

#### Introdução

O conceito de experiência histórica e cultural como amostras catalisadoras das ações sociais, é utilizado neste estudo para analisar as situações de raça, de gênero e de outras desigualdades que atravessam o cotidiano de mulheres negras que atuam no mercado de trabalho informal nas cidades turísticas de Cartagena das Índias, capital do departamento de Bolívar, na Colômbia, e em Salvador, capital da Bahia no Brasil, países que detêm a maior

---

<sup>70</sup> Uma versão deste texto foi publicado na obra organizada por Rita de Cássia Marques Lima de Castro, María Eufemia Freire Tigreros; Paulo Sérgio de Castro; Amanda Enriqueta Violante Gavira. *Políticas públicas y educación en América Latina: interrogantes y alternativas hacia una educación más inclusiva y conectada con los desafíos para la región*. 1ed. Londrina - Paraná: Thath, 2023, v. 1, p. 220-237.

<sup>71</sup> Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marconceicao@uneb.br ou maranunciacao@usp.br. Este estudo não teve financiamento.



população negra da América Latina, segundo estudos da “Afrodescendentes e a matriz da desigualdade social na América Latina: desafios para a inclusão”, desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal.

As análises sobre os conceitos de experiência histórica e cultura, neste artigo, dialogam com os estudos de Edward Palmer Thompson (2001), historiador britânico, marxista e humanista, que procurava apreender através da luta de classes a formação de experiências históricas do operariado inglês do século XVIII. O autor advoga por uma noção de experiência que versa sobre a necessidade de revelar as vivências de grupos marginalizados ou excluídos economicamente e tem o objetivo de permitir que os sujeitos possam se expressar a partir das vivências do seu cotidiano. Thompson (2001), lembra que estes homens e estas mulheres são esquecidos pelas pesquisas de historiadores marxistas que dialogavam com as perspectivas estruturalistas.

Por essa e outras razões, as variantes dos conceitos de experiência em Thompson (2001), nesse artigo, servem como estratégia de anunciação, reflexão e análise das dimensões estruturais do racismo, das desigualdades de gênero e de outras formas de segregação que aparecem nas narrativas



das mulheres sobre suas vivências no mercado de trabalho informal. Trabalhadoras que apesar de partilharem realidades econômicas, políticas, culturais e sociais distintas, têm experiências que revelam ocorrências de exclusão e segregação em função do triplo pertencimento por serem mulheres, negras e pobres. Conscientes das interdições simbólicas, estruturais e materiais que essa tripla forma de opressão traz para suas vidas, essas mulheres tornam os discursos e as práticas que tradicionalmente tentam ignorá-las e/ou silenciá-las em ferramentas de luta.

A análise permite identificar singularidades e desigualdades vivenciadas por trabalhadoras informais, que partilharam realidades econômicas, políticas, culturais e sociais distintas. Em fluxo contínuo, são apresentadas as experiências de exclusão e segregação. E, de igual modo, suas estratégias de superação diante das interdições simbólicas, estruturais e materiais que essa tripla forma de opressão impõe.

No Brasil, assim como na Colômbia, a pandemia impôs retrações econômicas que têm contribuído para ampliar diferentes formas de desigualdade de homens e mulheres, em especial das trabalhadoras e dos trabalhadores informais que vivem do turismo. Não podemos esquecer que a



presença dessas mulheres no mercado de trabalho informal é reflexo também das desigualdades econômicas. Em curva ascendente, o desequilíbrio econômico na última década tem impactado nos níveis de renda da população brasileira e colombiana.

O turismo, contudo, é uma área que historicamente impulsiona a economia de cidades turísticas, litorâneas, com rico patrimônio arquitetônico e cultural, como as cidades de Salvador, capital da Bahia situada no nordeste brasileiro, e Cartagena, situada no litoral do pacífico colombiano. O turismo move a vida econômica destas cidades, alimenta o mercado de trabalho formal e informal, além de garantir a sobrevivência de uma significativa parcela da população. As mulheres negras conhecidas como “*Palenqueras*” em Cartagena, e baianas em Salvador, são facilmente identificadas pelo uso de trajes tradicionais. Elas vendem roupas, objetos, comidas típicas locais ou oferecem sua imagem com trajes tradicionais para serem fotografadas em troca de um pagamento financeiro, convivem com formas de segregações e/ou rejeição por parte de alguns empresários que não as aceitam vendendo seus produtos nas proximidades dos seus pontos comerciais.



O texto está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, faço uma breve análise para localizar o contexto situando a presença das afro-colombianas e das afro-brasileiras em seus respectivos países. Em seguida examino as experiências com base na análise de Thompson (2001, 2007, 2010) e, para tanto, apresento como ele diferencia a experiência vivida da experiência percebida. Assim, apresento as narrativas cujas experiências e as realidades vividas estão associadas à realidade dos contextos em referência. Em segundo momento, aparecem as narrativas e as estratégias de transgressões utilizadas pelas mulheres negras para continuar resistindo às várias formas de opressão que lhes são impostas em decorrência da tripla desvantagem serem mulheres, negras e pobres.

### **2 Contextos de desenvolvimento dos estudos**

Os estudos de Caixeta e Mendonça (2002) advertem que, durante décadas, o narcotráfico contribuiu para ameaçar a segurança e a soberania colombiana, de forma mais específica, a população desta região vivenciou tensões e violências de toda ordem. Atualmente, o país vivencia tensões de outra ordem: nos meses de abril a maio de 2021, conflitos políticos levaram o povo colombiano ao centro dos



noticiários nos principais veículos de comunicação de massa. Cenário marcado por conflitos, com grande número de pessoas marchando nas ruas, reivindicando direitos por diferentes motivos.

Em reportagem à Carmen Aristegui, do canal CNN *online*, em 07 de maio de 2021, Iván Cepeda, senador do partido de oposição Polo Democrático Alternativo, afirmou que:

é uma crise que foi se acumulando e se agravando – principalmente agora com a pandemia – e que tem pelo menos três planos. Um é a própria pandemia e a sua gestão, que, na minha opinião, teve uma atuação deficiente do governo. Em segundo lugar, a pobreza e a recessão econômica que golpeou uma parte muito grande da população. As estimativas sugerem cerca de 42% da população está na pobreza no país. E eu diria também, em terceiro lugar, a não implementação do acordo firmado em 2016, que permitiu o aumento considerável da violência em muitas regiões do país”, disse. “Esses fatores ceifaram a paciência da sociedade e estamos vendo mobilizações gigantescas, que eles tentam controlar usando métodos desproporcionais de uso da força e com graves violações dos direitos humanos”. [...] está tomando a forma de um movimento por uma mudança política”, como já foi visto em outros países. “Não é somente o fato de que se propõem leis absolutamente injustas, que pressionam de maneira insuportável uma economia debilitada da maioria dos lugares vulneráveis e das classes médias, mas também o contraste entre a corrupção, com o fato de que há setores da economia que, apesar da crise, seguem ganhando e acumulando uma série de lucros que são absolutamente injustos com o



resto da população e uma série de privilégios, por exemplo, de altos funcionários do poder público”. “um ponto no qual as pessoas sentem um verdadeiro cansaço do governo atual e está reclamando, algo que vai além de uma medida pontual, uma pequena mudança.

A Colômbia detém a segunda maior população de afrodescendentes na América Latina. Os afrocolombianos somam 10,9% do total nacional, sendo que 29,2% residem nas cidades de Cali, Cartagena, Barranquilla, Bogotá e Medellín. San Basílio de Palenque, aldeia colombiana onde moram as mulheres afro-colombianas, traz o legado de ter sido a primeira cidade de escravizados nas Américas. Localizada no sapé dos Montes de Maria ao sul de Cartagena, fundada em meados do século XVI, por Benkos Biohó – negro, ex-rei, há dúvidas se ele veio da República Democrática do Congo ou de Angola. Sobre sua história, sabe-se que escapou do porto de escravizados de Cartagena em 1599, quando era vendido como escravizado. Em San Basílio de Palenque, passou a organizar um exército de libertação dos povos negros que dominaram uma região em torno dos Montes de Maria.

Em 1691, tornaram-se os primeiros africanos livres das Américas através de um Decreto da Coroa Espanhola. Atualmente, essa aldeia (ou vila) guarda legados históricos dos povos afro-colombianos por meio das famílias que habitam o local. Um exemplo disso é o “Festival de Tambores”



que anualmente reúne pessoas de diferentes locais do mundo para desfrutar da música, da culinária e das bebidas na principal praça da aldeia.

**Figura 1** – Mapa da Colômbia. Ao norte, sinalização de Cartagena das Índias



Fonte: Reprodução de imagens Google

San Basílio de Palenque ainda conserva as línguas de matriz africana, a escola, os rituais tradicionais, a gastronomia dentre outras práticas sociais e culturais características da cultura africana. Contudo, sua população sempre conviveu com sérios problemas sociais e econômicos. Para suprir algumas necessidades materiais e econômicas, as mulheres trabalham nas ruas turísticas de Cartagena vendendo produtos gastronômicos e turísticos. Essas mulheres são



conhecidas como *palenqueras*, trabalhadoras que representam a cultura afrocolombiana.

A afrocolombianidade em suas diversas expressões não é apenas uma categoria cultural, mas também uma categoria política que se expressa de forma concreta nas dinâmicas organizativas que constituem o movimento social. Deste modo, se gera um cenário de debate e diálogo entre a comunidade afro e o Estado colombiano que no campo da educação se concretizou na criação da Comissão Pedagógica Nacional de Comunidades Negras. (JORGE HENRIQUE RINCÓN, 2008, p. 5).

As Leis multiculturalistas, no início da década de 1990, foram responsáveis pela constituição de uma legislação ampla, passando a incluir demandas como posse da terra, programas étnicos educativos nas escolas<sup>72</sup>, participação de representantes das comunidades negras em órgãos de tomada de decisão em comitês e órgãos do Estado. Essas mudanças passam a escrever novas possibilidades nas relações étnico-raciais entre negros, indígenas e brancos colombianos.

Nos estudos de Guerreiro Ramos (1995), sobre os contextos latino-americanos, é possível identificar que a

---

72 A "Lei 70" de 1993 reflete a força de alguns segmentos populacionais comprometidos com o ativismo político e o comprometimento do Estado com a justiça e o direito à vida e cidadania. No artigo 35, o Estado deve reconhecer e garantir o direito das comunidades negras de criar suas próprias instituições e comunicação sempre que tais instituições satisfaçam às normas estabelecidas pela autoridade competente.



maioria dominante de origem europeia, além de recorrer à força e à violência, para afirmar a dogmática dignidade da brancura ou a degradação estética da cor negra, utilizavam suportes psicológicos da espoliação. Quer seja através da existência de um sistema de pseudojustificações de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica.

Escritos no século passado, os estudos de Guerreiro Ramos nos convidam a reconhecer as marcas indelévels da branquitude e suas consequências para a população negra. Ao mesmo tempo, faz entender que as situações de violência do Estado e de desigualdades ainda estão presentes nos distintos países latino-americanos em contextos políticos, econômicos, sociais, entre outros – a exemplo de Brasil e Colômbia –, e ressoam como legado das formas de opressão impostas pelo colonialismo. Isso nos faz lembrar que “o essencial é ver com nitidez, pensar com nitidez, entender temerariamente, responder à inocente pergunta inicial: o que, em seu princípio, é afinal a colonização?” (AIMÉ CÉSAIRE, 2019, p. 20). Nos permite compreender por que o que parece ser tão distante está tão perto, abrindo precedentes para ver, pensar e entender com nitidez as mazelas do colonialismo. Neste contexto, elas funcionam como mecanismos para desconstruções e abrem caminhos



para assimilar de forma crítica, reflexiva e transgressora as assimetrias raciais, de gênero e de classe.



**Figura 2** – Mapa do Brasil, com destaque para o Estado da Bahia



Fonte: Reprodução de imagens do Google

Não é por acaso que escolhi Salvador, Bahia, a primeira capital do Brasil, local onde moram as mulheres brasileiras entrevistadas. A cidade representa a quarta maior economia do país: tem uma estrutura administrativa, política e econômica que corresponde aos grandes centros urbanos; possui um dos maiores índices de desemprego e sérios problemas de desigualdades econômicas, de gênero, raciais e de classe. Na cidade de Salvador, quando analisadas em relação à divisão sexual do trabalho, as oportunidades de acesso para as mulheres no mercado de trabalho informal as colocam em desvantagem social, pois, além do racismo, do



machismo e da pobreza, convivem com outras formas de opressões.

Em 2017, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, oito em cada 10 moradores se autodeclarava de cor preta ou parda. Os negros (pretos e pardos) somavam 2.425 milhões, ou 82,1% das 2.954 milhões de pessoas que viviam na cidade no ano de 2017. A população negra soteropolitana corresponde a maior proporção entre as capitais brasileiras, o equivalente a 1,078 milhão de pessoas.

Na mesma pesquisa foi identificada uma redução percentual de negros que viviam no meio rural, passando de 29,1% para 28,0% no período, com consequente ampliação no índice dos que residiam em zonas urbanas. Essa representatividade não isenta a população negra de vivenciar situações cotidianas de racismo e exclusão. Os estudos de Hasenbalg (1979), Hasenbalg e Valle Silva (1988), Pastore (2000), Henriques (2001, 2002) e Gonzalez (1988), ajudam a entender as desigualdades raciais e de gênero. Tais autores evidenciam as lutas de grupos que historicamente vivem à margem da sociedade e os mecanismos utilizados por eles para enfrentar as várias formas de opressões e



exclusões oriundas do racismo estrutural. Além disso, ainda nutrem práticas sociais e políticas universalistas para preservar, nas sociedades contemporâneas, os privilégios do colonizador, os quais são revestidos por novas estratégias de dominação e de exclusão.

### **3 Ecoando experiências vividas por mulheres negras**

Tratando-se de um estudo que envolve países latino-americanos, onde há uma relação de colonialidade alicerçadas e constituídas pelo poder, saber, ser, natureza e linguagem, raça e classe tornam-se categorias indissociáveis do gênero. Reconhecer as relações de indissociabilidade dessas categorias permitem compreender e analisar o contexto com base nas implicações que envolvem os diferentes sujeitos.

Sendo assim, estudar situações de gênero em uma perspectiva decolonial impõe o entendimento de que sexo, gênero e raça são categorias fundantes para pensar e ler para além das desconstruções binárias do ser homem ou mulher, para além do sistema sexo/gênero. É pensar a luz de um sistema colonial que atravessa as relações de gênero, raça e sexo para categorizar, atribuir sentidos e significados diferentes aos corpos dos homens e das mulheres negras. É



impor a urgência de não negligenciar as questões raciais quando se pretende narrar e/ou problematizar situações que envolvem questões com predominância de desigualdade para as mulheres negras.

Saffioti (1987) advoga que o patriarcado estabelece uma relação indissociável com o racismo e o capitalismo. Representa uma estrutura de dominação e exploração que regula e explora as mulheres, similar as relações entre patrão e empregado, senhores escravo, senhor e vassalo. Não é por acaso, que os marcos da sociedade racista e patriarcal em que vivemos ainda alimenta o distanciamento exponencial entre as mulheres negras e mulheres brancas, nas diferentes áreas de atuação profissional.

É impossível isolar a responsabilidade de cada um dos sistemas de dominação-exploração fundidos no patriarcado-racismo-capitalismo pelas discriminações diariamente praticadas contra as mulheres. De outra parte, convém notar que a referida simbiose não é harmônica, não é pacífica. Ao contrário, trata-se de uma unidade contraditória (SAFFIOTI, 1987, p.62).

Pensar o gênero como uma categoria de análise envolve questionamentos críticos em relação a existência e sobrevivência desses corpos, considerando que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma



forma primeira de significar as relações de poder". (SCOTT, 1990, p. 86). Enquanto categoria de análise, o gênero necessita de um constante processo de reconstrução, discussão, problematização.

Do ponto de vista decolonial, a criação da raça se apresenta como produto que garante a permanência da colonialidade europeia na América Latina. Embora para Anibal Quijano (2009), raça seja uma categoria que forma o sistema-mundo da colonialidade, não é suficiente ou "totalizante" ao invisibilizar o gênero. Com base nas várias categorias que estruturam as identidades de gênero e para contemplar os meandros e as sutilezas que compõe as experiências trazidas nas narrativas das mulheres, essas análises precisam ser assimiladas em uma perspectiva interseccional, pois, elas nos

(...) remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE, 2009, p. 70).



Atentar-se para os atravessamentos econômicos, geracionais, de gênero, sociais, raciais e de classe presentes nas experiências de vidas dessas mulheres negras é reconhecer as múltiplas formas de discriminações, cujas cicatrizes e/ou fissuras deixam marcas para toda a vida. Soma-se isso às especificidades políticas, culturais, econômicas e sociais que interferem nas formas de vida dos diferentes sujeitos que habitam esses espaços-tempos e suas relações com as atividades profissionais.

Sobre as relações entre sujeito e contexto, os estudos de Thompson (1981; 1998; 2001) nos fazem entender que a experiência é um termo intermediário necessário para entender a relação entre o ser social e a consciência social. A experiência, em algumas situações de classe, é responsável em dar sentido à cultura, aos valores e ao pensamento; é através da experiência que o modo de produção imprime pressão decisiva sobre outras atividades.

O interesse de Thompson (1981) era diferenciar a experiência vivida da experiência percebida. Para isso, ao aproximar conceitualmente a experiência percebida com o que Marx chamou de consciência social – por ser consequência das causas materiais que envolvem os sujeitos –, não pode ignorar que a coesão das experiências sobre as



ações históricas não deve ser postergada ou sabotada pela “falsa consciência”.

A tomada de consciência estabelece conexões e nos permite entender que as experiências cotidianas articuladas às relações de classe, em qualquer tempo ou espaço, desenvolvem ações e mudanças individuais e coletivas. Neste estudo, essa consciência se articula sobre as intercorrências acerca das experiências do racismo e outras formas de opressão, vivenciadas por mulheres negras no mercado de trabalho informal, nas ruas turísticas de Salvador e Cartagena.

Do ponto de vista empírico, por meio das experiências é possível elaborar teoricamente uma explicação racional das mudanças históricas, evidenciam os estudos de Thompson (2001). O conceito de experiência histórica tem contribuído para que historiadores entendam que só é possível pensar uma classe social vinculada à outra sem propor níveis de importância e autenticidade. Isso se deve aos processos de autoformação que ocorrem necessariamente a partir das experiências históricas conquistadas e apreendidas por homens e mulheres.

Por isso, é preciso atentar-se para desconstruir a prevalência do olhar unilateral quando se analisa formas de



desigualdades e opressões que afetam determinados grupos sociais. De modo mais específico, em sociedades latino-americanas, cujas estratégias de dominação e opressão, quase sempre veladas, reduzem as possibilidades de ampliar o foco de observação, crítica e análise dos acontecimentos.

Em ambas as cidades com grande legado africano, a presença dos corpos negros representa uma presença indesejada ou inadequada em alguns espaços externos às lojas, uma forma de transgressão de limites sociais, econômicos e espaciais. Os donos de lojas costumam alegar que a presença das vendedoras informais nas ruas de grande fluxo turístico se trata de uma concorrência desleal em função dos altos impostos que pagam ao município para manterem suas vendas de produtos típicos.

O que é demonstrado nessas posturas é o racismo por denegação, que ocorre quando de um lado convivemos historicamente com um discurso oficial do Estado que reconhece as “contribuições” civilizacionais do povo negro e, de outro, faz uso de estratégias para extinguir e reduzir os mecanismos de reprodução social dos sujeitos que representam legados culturais-civilizacionais da cultura brasileira. Contraditoriamente, essa prática é negada com o mito da democracia racial.



Segundo Gonzalez (1998), o racismo por denegação sempre esteve presente na América Latina, com a maior parte da população ameríndia e amefricana, para fazer valer as “teorias” da miscigenação, que conduzissem à apropriação de uma pseudodemocracia racial. A autora nos lembra que a formação histórica da Espanha e de Portugal, em consequência da reconquista da Península Ibérica contra os invasores mouros – de maioria negra – e árabes, conduziu os colonizadores a uma “sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais” (GONZALEZ, 1988, p. 325).

Na medida em que entendemos a violência como tudo que esmaga, fere e nega a dignidade humana, tais comportamentos revelam formas de violência e operam como mecanismos de inclusão e exclusão para coisificar os corpos negros, como pertencimentos ou não, a espaços específicos dessas cidades através da ótica do colonizador. Não podemos esquecer que

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (QUIJANO, 2009, p. 73).



Outro exemplo de colonialidade do poder, vivenciado por essas mulheres, está nas estratégias utilizadas pelos comerciantes, ao se oferecerem como mediadores de uma possível relação sexual entre elas e os turistas estrangeiros. Esses comerciantes são, homens brancos, que detém poder econômico superior ao das mulheres entrevistadas e costumam associar os corpos dessas mulheres a “mercadoria e/ou objeto sexual” utilizável como moeda de troca. Essas características reforçam as análises de Ruth Frankenberg (2004), de que a branquitude é uma construção histórica, relacional que tem formas de significações que variam de acordo com o local e o contexto social. A branquitude, enquanto identidade racial cria fronteiras raciais externas e internas entre brancos e negros. Existem fronteiras e distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo.

Diante dos precedentes que a branquitude lhes conferem, os comerciantes, não temem tal atitude, além disso, acreditam na possibilidade de obterem, de alguma forma, êxito financeiro e material com as propostas. Segundo as mulheres, alguns comerciantes costumam argumentar que essas “relações” podem possibilitar um futuro melhor ou um ganho financeiro extra para elas.



A ideia de o “corpo” ser hipersexualizado e a-histórico – em especial o da mulher negra – está gerida sobre a lógica do colonizador a fim de manter o controle sobre as relações de poder econômico e material presentes nas narrativas das mulheres negras, o que representa um tripé de desvalorização em função de serem mulheres, negras e pobres. Nessas sociedades, o capitalismo e o racismo são sistemas estruturantes e operam sobre diferentes formas de subordinação, discriminação e marginalização de grupos socialmente excluídos.

A resistência das mulheres – ao permanecerem nos locais que trazem melhor retorno financeiro, contrariando as expectativas dos comerciantes locais – representa formas de atuação política, fortalecimento de direitos, pertencimento identitário e cultural com o espaço e com sua atividade profissional. Fatores tais que contribuem, sobremaneira, para inquietar novas ameaças e fortalecer seus iguais. Essas práticas vão ao encontro do pensamento de Sueli Carneiro (2003, p. 48), no artigo *Mulheres em movimento*, em que a autora destaca a importância de politizar as desigualdades de gênero, para transformar as mulheres em novos sujeitos políticos, a fim de que assumam “a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular”.



### **4 Análise das narrativas: mulheres negras trabalhadoras informais em área turística Cartagena das Índias**

A idade das mulheres entrevistadas varia entre 35 e 55 anos, com diferentes níveis de escolaridade. Em sua maioria, são casadas, revelam que a principal renda familiar é proveniente das vendas que fazem dos produtos tradicionais nas ruas das cidades. Há famílias cujas mulheres atuam nesta profissão há mais de três gerações. As mais jovens apresentam melhores níveis de escolaridade e tendem a ingressar neste mercado de trabalho por questões de renda ou falta de outras oportunidades de emprego. Tanto em Salvador quanto em Cartagena, as mulheres entrevistadas disputam espaços nas ruas que agregam pontos comerciais com maior circulação de turistas, na expectativa de garantir melhor retorno financeiro.

**Figura 3** – *Palenqueras* de Cartagena das Índias



Fonte: Reprodução de imagens do Google



### Experiência I

María Fernanda<sup>73</sup>, 56 anos, mulher negra, nascida e criada na aldeia de San Basílio de Palenque, mãe de cinco filhos, viúva, trabalha nas ruas de Cartagena desde os 17 anos de idade. Seu primeiro filho, atualmente com 34 anos, é fruto de um relacionamento com “um turista branco de olhos azuis” que à época tinha mais de 30 anos, ela mesma diz: “o homem era bonito mesmo! Parecia um príncipe!”. Relata que saiu com esse homem apenas uma noite. Teve sua primeira experiência sexual e nunca mais o viu. Descobriu que estava grávida no quarto mês de gestação. O fato de ter que conviver com as rejeições, as críticas e os comentários sobre quem seria o pai da criança e qual o tipo de relacionamento que ela desenvolveu com esse homem, foi seu principal e mais doloroso desafio. Segundo ela, repetidas vezes era questionada se a criança era ou não fruto de uma possível prostituição decorrente das suas idas e vindas com a venda de produtos nas ruas de Cartagena.

À época, um ex-namorado – viúvo e pai de dois meninos – acompanhando suas dificuldades em manter uma gravidez indesejada, sozinha e com sérios conflitos familiares, desafiou todos os preconceitos da comunidade, dos

---

<sup>73</sup> Todos os nomes foram substituídos para preservar as pessoas entrevistadas.



familiares e dos amigos ao convidá-la para morar com ele, e se fosse do desejo dela, se tornaria responsável, também, pela criança que ela trazia no ventre. A condição imposta pelo pretendente era de que ela não trabalhasse mais como *palenquera*. María aceitou a proposta sem questionar, pois acreditava que essa união lhe devolveria o respeito social e familiar, o que de fato ocorreu.

Após 10 anos de convivência, o companheiro de María Fernanda veio a óbito por problemas cardíacos. Com três filhos para sustentar, gravidez gemelar e com severas dificuldades financeiras, voltou a trabalhar nas ruas de Cartagena como *palenquera*. Temerosa com a experiência da juventude – cujas lembranças deixaram cicatrizes profundas que macularam sua imagem, idoneidade e moral no seu contexto familiar e social – no seu retorno às ruas, as experiências anteriores a fizeram adotar uma atuação defensiva com seu corpo e nos contatos diários com os turistas.

Duas semanas após seu retorno às ruas de Cartagena para vender seus produtos, presenciou uma tentativa de violência sexual a uma jovem de 25 anos moradora de Palenque, e que ela conhecia desde o nascimento.

*É difícil entender como um simples e educado sorriso pode despertar neles interesse pelo sexo. Tem muitos*



*homens que já chegam falando: “não quero nada sério, apenas uma paquera rápida”. Vou ao encontro dos turistas para vender meus produtos. Não quero passar fome! Existem outras mulheres fazendo a mesma coisa que eu, tento chegar na frente. Se quero vender não posso chegar de cara amarrada. É daqui que sai a comida dos meus filhos.*

*As mulheres daqui dizem que brigo por tudo. Que preciso lembrar que eles são brancos e que têm dinheiro. Mas, quando estamos sozinhas, elas falam que queriam ter minha coragem. Então eu digo para elas: isso acontece quase todos os dias, com as mulheres mais jovens é muito pior. Tem dia que não quero ouvir isso calada.*

*Quando falo para os turistas que não quero esse tipo de assunto, minhas colegas reclamam comigo e dizem que vou afastar os turistas. Mandam que faça de conta que não entendi o que eles falam. Quando chega aos ouvidos dos vendedores das lojas falam as mesmas coisas que devo ficar calada e não considerar o que eles [os turistas] falam. (Narrativa de María Fernanda, 54 anos).*

A narrativa permite compreender que a categoria gênero está diretamente imbricada com as ideologias, instituições, estruturas e práticas cotidianas que permeiam as relações sociais. Nesta lógica, a narrativa torna-se dispositivo indispensável para estruturar as relações em sociedade. O depoimento de María Fernanda está mergulhado em um conjunto de desvantagens econômicas, sociais, culturais e políticas que operam para subalternizar e silenciá-la. Segundo Rosendo da Silva e Maria da Anunciação C. Silva (2021, p. 48), “entende-se a subalternidade como um processo



entrelaçado por transformações que envolvem categorias diversas – políticas, raciais, de gênero, geracionais, psicológicas, sociais e econômicas”. As autoras fazem uma sinalização importante em relação às implicações que envolvem as relações entre subalternidade, raça e gênero ao destacarem a importância dos estudos de Frantz Fanon (2008), sobre as consequências dos impactos psicológicos da colonização sobre o dominado, ao estabelecer as relações entre subalternidade e as questões raciais.

A fala de María Fernanda expõe dolorosamente as características do capitalismo patriarcal que é descrito como um modo de: “formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente o poder é dos homens”, esse é quase sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (DELPHY, 2000, p. 172). Nas sociedades latino-americanas, as mulheres enfrentam grandes dificuldades econômicas causadas pela formação social do “patriarcado”, mediado ou não pelo “capitalismo”. Estas estruturas são complementares e tentam por diferentes mecanismos determinar e controlar as relações de poder e de gênero.

A inexistência de conformidades de opiniões entre as feministas, em relação à utilização do conceito de



patriarcado e a falta de semelhanças nas atribuições dada ao termo nos diferentes estudos e análises, comunga com a ideia de patriarcado presente nos estudos feministas de Mary Castro e Lena Lavinas (1992) ao afirmarem que: “[...] ele perde seu estatuto de conceito para firmar-se como uma referência implícita e sistemática da dominação sexual” (1992, p. 238). Ao mesmo tempo, as autoras negam o uso do termo patriarcado em sua forma adjetiva. Pois acreditam que ao falar em patriarcado é necessário levar em consideração as complexidades das relações e instituições que movem a contemporaneidade. Essas autoras advogam que as feministas se utilizam do termo patriarcado de maneira heterogênea e sem concordância conceitual, exceto quando se refere ao patriarcado enquanto o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres. soma-se a este pensamento a ideia de que “para algumas, ele se dá ao nível da família, para outras, num plano mais geral, na relação com o Estado” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 237).

Construídas através de um mosaico de dilemas pessoais e culturais entrelaçados, as experiências vividas por María Fernanda são formadas por valores patriarcais, de classe e culturais que, no passado, macularam sua imagem colocando-a, a partir dos valores mencionados e dos valores presentes em seu contexto familiar e social, em condição de



inferioridade moral e afetiva. Em decorrência, através da imposição do respeito a seu corpo, busca assegurar um comportamento feminino, cuja narrativa expressa uma desconstrução da ideia de hipersexualização, para a ideia de consciência e domínio sobre quem pode e deve ter acesso ao seu corpo.

María, vivencia, aos 54 anos de idade, sem outros recursos que garantam a subsistência e a dos seus dependentes diretos, as angústias das opressões cotidianas alimentadas com um profundo desejo de transformação. Não obstante, sofre com as pressões que recebe das companheiras de trabalho para silenciar-se diante dos acontecimentos. Seu desafio de resistência ao assédio masculino, às tentativas de coisificação e hipersexualização, ecoa com pouca ressonância local, contudo, inquieta alguns, fortalece outras e causa temor entre as pessoas que a conhecem.

A prática cotidiana de María Fernanda no seu local de trabalho acaba sendo um meio de pavimentar novas formas de consciência de ser mulher, e inviabilizar os mecanismos de contraposição às formas de hipersexualização e coisificação acerca da presença das mulheres negras nos locais de trabalho.





### Experiência II

Danna Sofia é uma mulher negra *palenquera*, de 30 anos, nascida e criada na aldeia de San Basílio de Palenque, trabalha nas ruas de Cartagena desde os 20 anos de idade. Mãe de uma menina de nove anos, seu companheiro é um amigo de infância com quem começou a namorar aos 14 anos de idade. Ele não tem uma profissão definida, porém realiza pequenos serviços na vizinhança e toca instrumentos musicais. Danna Sofia declara que sempre foi muito “paquerada” pelos turistas, e não tem ideia de quantas propostas indesejadas e ofensivas já recusou. Afirma que prefere não compartilhar com o companheiro os episódios de assédio que vivencia, para evitar conflitos no ambiente familiar. Segundo Sofia,

*é difícil dizer não às “propostas” quando tem várias pessoas lhe estimulando o contrário. Costumo ouvir “pode ser uma chance de mudar de vida!”. Então, me pergunto: o que é mudar de vida? Hoje, vejo outras meninas na mesma situação com reações diferentes. Prefiro não julgar se estão certas ou erradas.*

*Quando era mais jovem, recebia propostas feias todos os dias.*

*Sinto a diferença de quando eles estão ao meu lado para buscar uma informação, tirar uma foto de recordação e de quando tocam meu corpo ou minhas roupas com outras intenções. Não brigo, nem ofendo ninguém, apenas saio ou chamo outra mulher para ficar ao meu lado. Tem homens que*



*mesmo com as mulheres/esposas ao lado fazem brincadeiras sem graça.* (Narrativa de Danna Sofia, 38 anos).

A falta de denúncia – de Danna Sofia e das outras mulheres que vivenciam situação similar – contribui para imputar legitimidade às atitudes cotidianas de opressão e possíveis formas de punições ao assediador. Elementos estes que ampliam os mecanismos de opressão e subordinação em função de as vítimas serem mulheres, negras e pobres. Soma-se a isso a existência de natureza sutil, perversa e indelével do racismo presente nos argumentos das pessoas que presenciam e criam condições para garantir que os assediadores permaneçam em condição de privilégio. No “racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão [...], o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado” (KILOMBA, 2019, p. 34).

Grada Kilomba (2019) nos faz entender que as narrativas de Danna Sofia trazem argumentos objetivos e subjetivos sobre a sua condição enquanto mulher negra e pobre. É possível reconhecer que, mesmo em situações em que ela tem consciência do seu poder e direito sobre o seu corpo, não é fácil subverter a ordem em contextos de opressão e machismo, principalmente, diante de situações de privações ou subordinações estruturais e materiais. O silêncio é utilizado



como estratégia de proteção para evitar maiores precariedades nas suas condições de vida e possíveis fissuras nas relações de pertencimento com os seus iguais.

Conforme mencionado anteriormente, Thompson (1998; 2001) aponta que, do ponto de vista empírico, é através das experiências que se torna possível estruturar teoricamente um esclarecimento racional e coerente acerca dos acontecimentos que contribuíram para as mudanças históricas. A experiência histórica se apresenta como subsídio necessário, tanto para os historiadores quanto para outros sujeitos que entendem que não é possível analisar ou imputar graus de importância e autenticidade entre as classes sociais de forma isolada. Soma-se a isso o fato de não ser possível ignorar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para que seus corpos escapem dos olhares hipersexualizados e racistas, que recaem sobre elas nos diferentes espaços e contextos sociais.

Em contraposição, María Fernanda evidenciou em suas narrativas formas de transgressões e não silenciamento diante das situações de opressão vivenciadas. Com isso, ampliou o nível de consciência política e viabilizou formas de denúncias que podem contribuir com as experiências de vida de mulheres como Danna Sofia – mulher negra de outros valores



geracionais. As narrativas revelam que elas viveram situações similares com alternativas distintas de mudanças. Contudo, Danna Sofia utilizou do silêncio como estratégia de transgressão às formas de hipersexualização e coisificação do seu corpo.

### 4.1 Mulheres negras trabalhadoras informais em área turística de Salvador, Bahia

**Figura 4** – Baianas de Salvador, Bahia, Brasil



Fonte: Reprodução de imagens do Google

### Experiência I

Mariana Santos, 30 anos, moradora do bairro de São João do Cabrito, periferia de Salvador, tem dois filhos com

---

Série: Narrativas contemporâneas de mulheres latinas no poder, na política, na arte, na cultura e comunicação



idade inferior a 18 anos. Começou a trabalhar nas ruas do Centro Histórico de Salvador aos 25 anos, após ser demitida de uma loja de roupa feminina onde atuava como vendedora. Inicialmente, trabalhou com turismo receptivo no aeroporto e em alguns hotéis da cidade, migrando aos poucos para venda de artesanato nas ruas.

*Quando vejo que o papo deles “vai em direção ao motel” eu mudo de assunto e falo sobre meu filho, em seguida digo que tenho um marido mestre de capoeira. Eles mudam logo de assunto. Não sei se essa atitude é de medo ou de respeito. Às vezes, deixam o dinheiro e nem levam a mercadoria.*

*Aqui “a gente” vê de tudo! Já tive colegas que conheceram homens estrangeiros aqui e se deram bem. Outras se deram mal. Tem homem que vem ‘pro’ Pelourinho atrás de sexo, pensa que nós somos prostitutas. Quer bancar tudo: “Sem miséria”.*

*Venho trabalhar em busca do pão de cada dia. Meu marido não tem emprego certo, faz de tudo um pouco.*

*De uma coisa tenho certeza: muitos só olham pra nós como fazedora de sexo. Sabem que somos pobres e acham, que isso [é o motivo que] podem usar para levar “a gente” para cama. Querem “curtir” as festas e as drogas, que para eles são baratas, com uma preta do lado. (Narrativa de Mariana Santos, 30 anos).*

As narrativas de Mariana Santos mostram de forma objetiva as desigualdades materiais, raciais e de gênero que fazem parte do seu cotidiano. Seu trabalho se torna principal fonte de renda familiar, pois seu companheiro não tem



profissão e renda fixa. Este fato representa um cenário recorrente nos dados estatísticos brasileiros, ao analisar-se os marcadores de raça, gênero e mercado de trabalho. Quando Mariana Santos narra o seu contexto profissional, nota-se que as relações de gênero, classe e raça, entre outras características que estão presentes, as fazem vivenciar situações de micro e macro agressões. Portanto, tais episódios devem ser assimilados como denúncias de opressão, submissão e autossuperação.

No Brasil e na Colômbia, a promoção de políticas raciais identitárias oficializadas através de Leis, decretos e outros documentos legais, nas últimas décadas, tem contribuído para ampliar a consciência do acesso aos direitos e ao exercício da cidadania da população negra e indígena. Além disso, os constantes avanços dos estudos e debates acerca do feminismo negro são chave importante para desconstruir mecanismos seculares de opressão racial e de gênero. Contudo, ainda é possível identificar que para a mulher negra, as relações de poder e as formas de opressão presentes no mundo de trabalho permanecem como entraves ao exercício profissional e, mesmo para aquelas que subvertem as “normas” do colonizador e ingressam nos espaços de poder, há o desafio de serem “[...] uma presença



ausente, um ente coisificado, parte de algo que nem mesmo humano chega a ser” (FAUSTINO, 2018, p. 19).

As estratégias cotidianas de Marina Santos para reafirmar sua presença em seu espaço vêm através do discurso que a posiciona na condição de ser uma mulher casada, mãe e que tem um companheiro capoeirista. Esses três elementos funcionam como mecanismo de proteção contra as formas de hipersexualização, opressão e coisificação do seu corpo, em seu local de trabalho.

### **Experiência II**

Júlia Trindade, 45 anos, mulher negra, moradora do bairro de Plataforma, subúrbio ferroviário de Salvador, é mãe de duas jovens, as quais ela faz questão de anunciar como universitárias em instituições públicas. Chegou ao centro histórico de Salvador aos 18 anos para vender fitas do Senhor do Bonfim e, aos poucos, foi percebendo que poderia colocar outras mercadorias, até ser convidada por uma baiana de acarajé para ajudá-la nas vendas. Depois de algum tempo, substituiu a venda de comidas típicas por produtos artesanais da Bahia.

Sua segunda filha, de 19 anos, é fruto de um relacionamento que durou sete anos, com um homem



argentino que conheceu nas ruas do Centro Histórico, e que permanece assumindo as responsabilidades financeiras, afetivas e educacionais da filha e da enteada. Anualmente, suas filhas viajam para passar as férias com ele e os outros irmãos em Buenos Aires, Argentina. Júlia afirma ter se relacionado com outros homens estrangeiros dos quais guarda tanto experiências boas quanto ruins, inclusive já sofreu violência física e sexual dos namorados estrangeiros.

*Nunca dei queixa policial, sabe por quê? Quem está dentro de casa é que sabe onde a goteira pinga. Foi o pai da minha segunda filha quem nos tirou da miséria e nos colocou em uma casa digna e não permitiu que minhas duas filhas passassem fome ou falta de qualquer coisa. Foi ele quem pagou para que eu “ligasse as trompas” [laqueadura tubária]. Minhas duas filhas estudaram em escola particular, quando fizeram 18 anos, ele deixou de depositar o dinheiro na minha conta e coloca direto na conta delas.*

*O pai da minha primeira filha “vive até hoje” pelas ruas do Pelourinho cheio de cachaça e pedindo dinheiro aos outros e lavando carro para viver. (Narrativa de Julia Trindade, 45 anos).*

As possibilidades de acesso às condições materiais e econômicas descritas por Júlia como decorrentes das suas escolhas afetivas revelam atravessamentos de gênero, raciais, sociais e históricos. Ciente de que toda autonarrativa traz revelações, silenciamentos e denúncias, neste caso, os caminhos percorridos anunciam que:



Descolonizar o gênero é necessariamente uma *práxis*. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva de a relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. (LOGUNES, 2018, p. 940).

A narrativa de Júlia Trindade anuncia que “a experiência da dupla discriminação é vivida com base no gênero (sex) e na raça” (CRENSHAW, 1989, p. 44). Suas relações foram geridas por estratégias de dominação-exploração-opressão com base na autoridade do homem sobre o corpo feminino e no poder econômico. Desta maneira, sua vida foi atravessada por várias situações de desvantagens e opressões. Compreender e analisar esses percursos de vida e suas complexidades exige que as categorias gênero, raça e classe seja assimilada como categorias indissociáveis que lhes permitiram construir, ao longo de sua vida, estratégias de silenciamento como forma de autoproteção, resistência e superação. Estas experiências denotam gatilhos acionados nas situações que dialogavam com as necessidades de sobrevivência pessoal e de suas filhas.

Pensar nesta lógica é entender, como assevera Thompson (1998, p. 98) em “A miséria da teoria”, que a



“experiência foi, em última instância, gerada na vida material, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente, o ser social determinou a consciência social”. Contudo, essas experiências sinalizam que, em cenários de diferentes formas de opressão e dominação, a categoria raça precede o gênero e a classe. A “experiência” pode anunciar também como as estruturas opressivas objetificam e geram efeitos sobre a vida das pessoas. As diferentes formas de reação podem contribuir para construir novas relações pessoais, sociais e de classe tendo como referências as configurações que envolvem cada contexto.

### **5 Será possível concluir?**

Para a concluir, é preciso resgatar que o patriarcado, enquanto sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, atravessa de forma sistêmica toda dinâmica social com impacto nas relações familiares, trabalhistas e afetivos sexuais. Tais elementos permitem compreender que, embora as narrativas de vida envolvam mulheres de gerações e contextos, todas vivenciaram culturas machistas e racistas ao longo da vida.

O racismo tem contribuído para apequenar a afetividade das mulheres negras, construídas e alimentadas



pelo respeito, amor e carinho recíproco. Neste movimento perverso, as relações heteroafetivas sexuais recíprocas tornam-se um direito a ser vivenciado, por pessoas que detêm determinadas características fenotípicas. No livro, *Tudo sobre o amor*, bell hooks (2020, p. 38) afirma que “Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso.”.

Os estudos de Kimberle Crenshaw (2010) sobre interseccionalidade advogam pela existência da subdivisão em duas categorias a interseccionalidade estrutural e a interseccionalidade política.

A interseccionalidade estrutural, onde as estruturas sociais são parte determinantes no processo de produção de diferenças, requer atenção imediata no processo de análise em relação as situações vivenciadas. Está diretamente associada a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as decorrências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de retorno a tais violências. Ao longo das narrativas foram identificadas diferentes formas de violência que são decorrentes tanto de



situações estruturais quanto de políticas. Exemplos disso são as repetidas vezes em que as mulheres trazem, através de suas experiências, informações sobre as formas como os corpos negros são rotulados pelos turistas: “fazedoras de sexo” ou expressões similares, ou ainda por olhares e gestos que tentam apequenar seus sentimentos, desejos e expectativas afetivo-sexuais como mulheres. Violências que deixam cicatrizes emocionais e psicológicas.

Na segunda subdivisão está na interseccionalidade política, que se refere à existência de políticas feministas e antirracistas que levam à marginalização da violência em relação às mulheres negras. As quatro narrativas revelam problemáticas que envolvem a tríade subalternidade, subserviência e resistência atravessada por situações de coisificação, hipersexualização e desrespeito em relação às mulheres negras, tanto nas ruas de Cartagena, quanto nas ruas de Salvador. Por esta razão, estudar situações que envolvem as categorias gênero, raça e classe em países latinoamericanos requer aguçar os olhares sobre as formas de controle e de subalternização vivenciadas pelas populações afrodiaspóricas que povoam este continente.

Essa formulação do início dos anos de 1990 vem sendo gradativamente resignificada por Crenshaw e outras



pesquisadoras, a exemplo de Sirma Bilge, (2009, p. 70) ao afirmar que

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Lélia Gonzalez (1988) traz em seus estudos estratégias de transgressão e de denúncia das diferentes configurações de opressão impostas pelo colonizador. A autora advogou que as experiências cotidianas da população negra nas Américas estavam imersas em uma história de sofrimento, humilhação, exploração e etnocídio. Contudo, sempre houve uma contraposição que demonstra “a heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação” (GONZALEZ, 1988, p. 34).

Há um conjunto de fatores que envolvem as práticas cotidianas das mulheres que atuam no mercado de trabalho informal e que caracterizam as especificidades culturais, econômicas e políticas presentes nas cidades de Salvador e



Cartagena. Sendo assim, “O importante é analisar estas contradições na condição fundida ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó” (SAFFIOTI, 2015, p. 133). Analisar com base nesse nó é abrir-se para um diálogo interseccional, ciente de que as relações sociais estão cingidas em um terreno movediço, de percursos marcados por constantes movimentos de coesões, transformações, críticas e contrações de comportamentos e práticas individuais e/ou coletivas.

Saffioti (2015) revela que em sociedades conservadoras e patriarcais torna-se difícil, conviver com a realidade – formada pelas três subestruturas: gênero, classe social, raça/etnia – por serem sociedades presididas por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado. Sendo assim, uma voz menos grave ou menos aguda de uma mulher é relevante em sua atuação, segundo o preconceito étnico-racial e, mais seguramente, na relação de gênero e de classes sociais.

Pensar a partir da lógica apresentada pela autora é importante para perceber as configurações espaciais, políticas e econômicas das mulheres. Principalmente das que



atuam no comércio informal de Salvador (Bahia) que, assim como as afrocolombianas, precisam conjugar diferentes formas de opressão, provindas de um forte legado patriarcal por serem mulheres, negras e pobres.

Nas quatro narrativas analisadas, as questões econômicas se apresentam como fator determinante na permanência dessas mulheres em condições subjugadas de opressão e de constante racismo e machismo no exercício profissional. Razão pela qual, ao priorizar a supremacia de uma classe sobre a outra, é possível revelar configurações de elementos centrais que compõem a dinâmica das sociedades capitalistas. Isso nos permite identificar que as estratégias de superação utilizadas pelas quatro mulheres contra as formas de coisificação, hipersexualização e opressão, estão associadas aos mecanismos políticos e econômicos que elas dispõem para sobreviver e garantir a sobrevivência dos seus, sem comprometer sua principal fonte de renda que é o trabalho informal.

### **Referências**

BILGE, Sirma, Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre Interseccionalidade. Tradução de Flávia Costa Cohim Silva,



revisão de Viviane Vergueiro. **Revista de Feminismos** - Vol.8, N.3, set. – dez. 2018 • [www.feminismos.neim.ufba.br.3](http://www.feminismos.neim.ufba.br.3)

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2012 a 2018.**

CARANEIRO SUELY, Mulher, mulheres. **Revista Estudos Avançados**, nr. 17, dez 2003.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais. **Feminismo, diversidade sexual, e serviço social**. São Paulo: Cortez 2018.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdades raciais no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília: IPEA, 2001.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação brasileira**. Brasília: UNESCO, 2002.

FANON, Frantz. **Los Condenados de la Tierra**. Buenos Aires. 1ª Ed. Fondo de Cultura Económica, 2009

FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon: **Um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo, SP: Ciclo Contínuo. (2018).



HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999.

HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: VÉRTICE EDITORA - RJ; IUPERJ, 1988.

hooks, bell, **Tudo sobre o amor: novas perspectivas** (Trilogia do Amor Livro 1) Editora Elefante; 1ª edição, 2020.

LOGUNES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial - Estudos Feministas. Artigo originalmente publicado na **revista Hypatia**, v. 25, n. 4, 2010. Traduzido ao português com o consentimento da autora em 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Cabogó – 2019.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). 2009. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

RINCÓN, Jorge Henrique García. **Sube la Marea: Educación Própia e autonomía en los territorios negros del Pacífico**. Tumaco: Edición própria, 2008. Rio de Janeiro: Vértice: IUPERJ, 1988.



ROSENDO DA SILVA, A. Silva; SILVA, Maria. A. C. Amefricanidade: afrolatinas e a resistência à subalternidade suavizada na América Latina. In: GALLUCCI, N. M. L.. **Estamos aqui!** Desafios afro-latinos na perspectiva Brasil e Argentina. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Cariri, 2021. Volume 1 - 300 p. il; PDF; 7,4 MB. (Dossiê Multimídia Bilingue Português – Castelhana; Inclui Índice e Bibliografia).

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P.. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P.. **Os Românticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no Tempo.** Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

TEDLA, Eleni. **Sankofa, african thought and education.** New York: Peter Lang, 1995.

TUTU, Desmond. **Deus não é cristão e outras provocações.** Rio de Janeiro: Tomas Nelson Brasil, 2012.



## **Sobre os organizadores**

### **Júlio César Suzuki**

jcsuzuki@usp.br

ORCID [https:// orcid.org/0000-0001-7499-3242](https://orcid.org/0000-0001-7499-3242)



Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.



### **Rita de Cássia Marques Lima de Castro**

ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>



Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis – INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa.



### **Andréa Rosendo da Silva**

andrearosendo@usp.br; deárosendo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6384-2270>



Jornalista, doutoranda bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM/UFPR), bacharel em Comunicação Social - Jornalismo e graduada em Geografia pela UFPR. Professora colaboradora na pós-graduação lato sensu "Gestão de Projetos Culturais (GESTCULT)" do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc), da ECA-USP. Integra a Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade e os Grupos de pesquisa: Mirada-Estudos de Gênero e Audiovisual (USP); Grupo de Estudos do Núcleo de Apoio à Pesquisa Celacc (Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação) da USP; o GT "Epistemologias decoloniais, territorialidades e cultura" do CLACSO (Conselho Latino Americano de Ciências Sociais); Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latinoamericanas da USP (Nupedelas/USP), e Grupo de Pesquisa RHECADOS - Hierarquizações Étnico-raciais, Comunicação e Direitos Humanos, da Universidade Estadual da Bahia (Uneb). andrearosendo@usp.br; deárosendo@gmail.com



## **Sobre os autores**

### **Beatriz de Oliveira Benedito**

Mestranda em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes Proex). e-mail: [beatriz.benedito@outlook.com.br](mailto:beatriz.benedito@outlook.com.br)

### **Florisbela Maria Guimarães Nogueira Meyknecht**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Especialista em Direito Político, Administrativo e Financeiro pela mesma FADUSP; Advogada; Mestre em Ciências na área da Integração da América Latina (Prolam-USP); Doutora em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, pela Faculdade de Direito da Universidade Coimbra; Especialista em Estudos Europeus e em Direitos Humanos pela mesma UC. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais-GPPS-UNIOESTE / CNPq.  
Contatos: [florisbela.meyknecht@gmail.com](mailto:florisbela.meyknecht@gmail.com)  
/+351.925522911/+55.45.988129672/ +55.45.3223.7112.



### **Gabriella da Silva Mendes**

Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, pelo Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde (PPGECS) no Centro de Ciências e Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - (2020-2024). Possui Mestrado em Educação em Ciências e Saúde (NUTES-UFRJ) – (2018-2020) . Possui Graduação pelo Instituto de História (IH-Bacharelado e Licenciatura - 2013-2017) – UFRJ. E-mail: gabiufrj1@gmail.com

### **Henrique Pereira Galvão**

Mestrando em Estudos Literários (Unir), especialista em Metodologia de Ensino e da História e da Geografia (lesx\_Pprov), especialista em Tutoria em Educação à Distância e Docência do Ensino Superior (lesx\_Pprov), graduado em História (Faculdade Claretiano). Atualmente é professor de História da rede pública de ensino do Estado de Rondônia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História geral.

### **Link do Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/5928803845290221>



### **Jamyle Vanessa Costa Brasil**

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (1999) e mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da mesma instituição e graduanda no Curso de Letras - Língua Portuguesa pela Faculdade Fael com referências a pesquisas de Gênero, negritude, Amazônia e América Latina.

**Link do Currículo Lattes:**  
<http://lattes.cnpq.br/7338811476614887>

### **Kátia Alexandra dos Santos**

Doutora em Ciências- Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-FFCLRP-USP. Professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-Unicentro. Email: [kalexandra@unicentro.br](mailto:kalexandra@unicentro.br).

### **Marcela Arantes Ribeiro**

Doutoranda em Ciência da Informação – Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Téc. em Assuntos Educacionais na UNIR. e-mail: [mar\\_arantes@hotmail.com](mailto:mar_arantes@hotmail.com)



### **Maria da Anunciação Conceição Silva**

Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marconceicao@uneb.br ou maranunciacao@usp.br. Este estudo não teve financiamento.

### **Nadia Ayelén Medail**

Graduada em História pelo Instituto Dr. Joaquín V. González (CABA, Argentina) e em Letras (Português – Espanhol) pela Universidade Paulista (São Paulo, Brasil). Possui especialização lato sensu em Educação Sexual Integral com perspectiva de gênero pela Universidade Nacional de San Martín (Bs. As., Argentina), e é mestra pelo Programa de Pós-graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM – USP). Atua como tradutora literária e professora de Espanhol na rede particular de ensino da cidade de São Paulo. **Link do Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/2381877321939137>



### **Sheila Perina de Souza**

Mestre e doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da USP na área de Educação, Linguagem e Psicologia.. É bolsista CAPES. E-mail- sheilaperina@hotmail.com )

### **Simone de Oliveira Mestre**

Doutoranda em Sociologia (UFMG), mestre em Antropologia Social (UFMG) e graduada em Ciências Sociais (Unir). Atualmente é professora substituta de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Tem experiência na área de educação, direitos humanos, gênero, feminismo, maternidade e etnografia.

**Link do Currículo Lattes:**  
<http://lattes.cnpq.br/6597882082398090>

